

EVONÊS DE OLIVEIRA SANTOS

**INTERVENÇÃO SOCIAL NA VIOLÊNCIA NO
NAMORO: ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO**

Orientadora: Prof.^a. Doutora Maria Irene Carvalho

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Elsa Maria Pinto da Conceição

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Instituto de Serviço Social

Lisboa

2015

EVONÊS DE OLIVEIRA SANTOS

INTERVENÇÃO SOCIAL NA VIOLÊNCIA NO NAMORO: ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 30 de novembro de 2015, perante o júri, Despacho de Nomeação nº 361/2015, de 19 de outubro de 2015, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor Carlos Diogo Moreira –
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias

Arguente:

Prof.^a Doutora Regina Vieira –
Universidade Lusíada

Orientadora:

Prof.^a Doutora Maria Irene Carvalho –
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Instituto de Serviço Social

Lisboa

2015

“O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer”

(Albert Einstein, 1993)

AGRADECIMENTOS

Primeiro quero agradecer a Deus por me ter dado saúde e força para superar todas as dificuldades encontradas neste percurso.

À ULHT, seu corpo docente, direção e administração que me proporcionaram a construção de oportunidades permitindo-me hoje vislumbrar um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

À Professora, Doutora Maria Irene Carvalho pela oportunidade, dedicação, paciência e empenhamento dedicado na elaboração deste trabalho.

À Professora Dr.^a Elsa Conceição Silva pelas orientações, apoios, empenhamento e confiança para a conclusão deste trabalho.

À Professora Luísa Desmet, por ter depositado em mim confiança e incentivo para seguir em frente em momentos de indecisão.

Aos meus pais que nunca deixaram de acreditar em mim, pelo amor e dedicação e que, mesmo à distância, foram o maior suporte de incentivo e força para trilhar o percurso árduo de trabalhar e estudar.

À minha família e amigos que foram pacientes, escutam os inúmeros desabafos e me incentivam nos momentos de fragilidade.

Às instituições e técnicos pela excelente receção e adesão à colaboração na vertente empírica deste trabalho.

A todos os que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

RESUMO

A violência no namoro constitui um problema social muito importante nas relações românticas dos jovens. O comportamento dos jovens vai estabelecer os padrões de relacionamento pessoal e relacional no futuro, i.e. quando forem adultos. Recentemente, as pesquisas têm vindo a observar que as relações amorosas dos adolescentes e jovens estão marcadas cada vez mais por comportamentos de violência. Neste estudo identificamos as causas relacionadas com comportamentos de violência no namoro entre jovens e reconhecemos os fatores que podem ser prevenidos através da intervenção social.

Realizaram-se entrevistas a profissionais que atuam na área da intervenção da violência nas relações de namoro. Recolheram-se informações através de perguntas abertas recorrendo à análise de conteúdo.

Os resultados evidenciam que estes profissionais têm uma tarefa que poderá ser ainda mais árdua, se tivermos em conta o desafio que é apoiar e sensibilizar os jovens que ainda não têm competências suficientes para entender e/ou assumir que sofrem situações de violência. Daqui advém a necessidade de haver profissionais qualificados, bem como planos de intervenção dirigidos às camadas mais jovens e desenvolvidos em meios que estes frequentem (associações, escolas).

Palavras-Chave: Violência, Relação de Namoro, Intervenção, Jovens.

ABSTRACT

The dating violence is a very important social problem in romantic relationships of young people. The behavior of young people will establish the personal and relational patterns of relationships in the future as adults. Recently, research has been finding that the love relationships of adolescents and youth are marked ever more by behaviors of violence. Thereby this study aims to identify causes related with behaviors of dating violence amongst young people and to recognize factors that can be prevented through social intervention.

It was decided to use semi-structured interviews, in a qualitative methodology, with professionals working in the area and in contact with young people involved in situations of violence in dating relationships. It was intended to collect data through open questions using content analysis for results analysis.

The results evidence that these professionals have a task that could be even more difficult if we consider the challenge which is to support and raise awareness when young people still do not have sufficient expertise to understand and/or assume that they suffer from situations of violence. From this, stems the need for qualified professionals working deeper levels of intervention with the younger generations in their natural environments (associations, schools, etc.).

Keywords: Violence, Dating relationships, Intervention, Juvenile.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIME - Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

AI – Amnistia Internacional

ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APMJ - Associação Portuguesa de Mulheres Juristas

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CDL - Conselho Distrital de Lisboa

CTS - Conflicts Tactics Scales

DGAI - Direção Geral da Administração Interna

FNSP - Força Nacional de Segurança Pública

IFSW - International Federation of Social Workers

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis

LNES - Linha Nacional de Emergência Social

GNR – Guarda Nacional Republicana

NMUME - Núcleo Mulher e Menor

OMS – Organização Mundial de Saúde

PNCVD – Plano nacional contra a Violência Doméstica

PSP – Polícia de Segurança Pública

RMVS - Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde

UMAR – União de Mulheres Alternativas e Resposta

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

VD – Violência Doméstica

VN – Violência no Namoro

ÍNDICE GERAL

Introdução.....	1
Capítulo I. Plano de trabalho: Metodologias	5
1.1. Métodos.....	7
1.2. Amostra	8
1.3. Técnicas a utilizar	9
1.3.1. Procedimentos de recolha de dados	10
1.3.2. Procedimentos de análise dos dados	11
Capítulo II. Enquadramento teórico	14
2.1. A Violência	15
2.1.1. Tipos de violência.....	19
2.1.1.1. Violência de género: Diferentes contextos.....	21
2.1.1.2. A violência no feminino	22
2.1.1.3. A violência no masculino	24
2.1.2. Violência no namoro: Relações de género	26
2.1.2.1. Conceitos de namoro e relações de namoro	27
2.1.2.2. Teorias explicativas da violência no namoro	29
2.1.2.3. Tipologias de violência nas relações de namoro	31
2.2. A violência no namoro: A realidade portuguesa.....	34
2.3. Políticas públicas de combate à violência interpessoal.....	35
2.3.1. Planos de combate à violência	37
Capítulo III. A intervenção social na violência do namoro	42
3.1. Serviço social e a intervenção social.....	43
3.1.1. Modelos de intervenção social.....	46
3.1.1.1. Modelo sistémico.....	46
3.1.1.2. Modelo ecológico	52
3.1.1.3. Modelo de intervenção em crise.....	53
3.2. O papel das instituições na resposta à violência no namoro	56
3.3. Rede de profissionais e a intervenção (interdisciplinar)	59
3.4. Protocolos de atuação contra a violência	61
Capítulo IV. Intervenções e estratégias dos profissionais na violência no namoro	64
4.1. A intervenção em situações de violência no namoro	65

4.2. Especificidades da intervenção	67
4.2.1. Identificação de situações de violência no namoro	68
4.2.2. Estratégias de intervenção	71
4.2.3. Perspetivas de prevenção	74
4.3. Discussão dos resultados.....	78
Conclusão	85
Referências bibliográficas	88
Apêndices	I
Apêndice I – Guião de entrevista	I
Apêndice II – Análise individual da entrevista 1	III
Apêndice III – Análise individual da entrevista 2	VII
Apêndice IV – Análise individual da entrevista 3	XI
Apêndice V – Análise individual da entrevista 4.....	XVII
Apêndice VI – Análise individual da entrevista 5	XX
Apêndice VII – Comparação entre as entrevistas	XXIII
Apêndice VIII – Análise de conteúdo: Categorias e respetivas unidades de análise.....	XXXI

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização dos profissionais entrevistados	9
Quadro 2 – Formas e tipos de violência doméstica	20
Quadro 3 - Tipificação de condutas segundo formas de violência.....	32
Quadro 4 - A aplicação da abordagem sistémica ao processo de intervenção social.....	47
Quadro 5 - Sistemas básicos do Serviço Social (Pincus & Minahan, 1973)	48
Quadro 6 – Fases de intervenção em Serviço Social.....	49
Quadro 7 - Quadro do Modelo Ecológico em contextos de vulnerabilidade	53
Quadro 8 - Conjunto de saberes e habilidades necessárias nos profissionais de apoio.....	60

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Idade das mulheres assassinadas entre 2004 e 2012.....	24
Figura 2 – Esquema representativo do que leva à necessidade de intervenção.....	55
Figura 3 – Competências profissionais.....	61
Figura 4 – Quadro interdisciplinar de intervenção nos casos de violência nas relações de namoro entre jovens.....	67

INTRODUÇÃO

A problemática da violência interpessoal, i.e. entre dois indivíduos numa relação de namoro tem merecido destaque devido à sua crescente evolução, principalmente entre os jovens. Por este motivo, o tema tem sido amplamente estudado, tanto no âmbito das ciências sociais como na área da saúde. A problemática da violência nas relações de namoro tornou-se mais perceptível, devido à visibilidade e importância que atualmente a violência doméstica detém. Nos últimos anos, a violência doméstica constituiu-se como fenómeno complexo e de difícil controlo, tornando-se num foco que tem mobilizado o interesse das políticas sociais a nível nacional e internacional.

Alguns estudos têm sido realizados no âmbito da violência doméstica. Em Portugal, uma das autoras que mais têm trabalhado este tema é Dias (1996). A autora (op. cit.) considera que “o movimento das mulheres, em geral, das feministas, em particular, veio chamar a atenção da opinião pública para o largo espectro da vitimação da mulher. Doravante, a sua condição na família e na sociedade começa a ser largamente discutida por grupos de mulheres que, quase “acidentalmente”, descobrem que têm um problema em comum — a violência que experimentam nas suas próprias famílias” (Dias, 1996, p. 3).

A autora argumenta que a evidência desta problemática permitiu que muitas mulheres compreendessem que a violência não era um problema individual, mas sim um problema que atingia uma grande fração das famílias dos nossos tempos e que, afinal, aquelas não mereciam ser alvo de agressões nem tão pouco deveriam reforçar a sua vitimação. A divisão estrutural entre as esferas da vida pública e da vida familiar privada veio, de acordo com a Sociologia Feminista, reforçar a visibilidade daquele espaço social e a invisibilidade das relações familiares (Dias, 1996).

Apesar das várias recomendações internacionais (“Estudo fundamental sobre violência doméstica Relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS)” (2005)¹; “Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher. Ação e produção de evidência” (OMS, 2010)²; “Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica” (2011)³; entre outros) e das medidas legislativas nacionais atualmente impostas (Lei n.º 82-B/2014, de 31/12 - regime

¹ Acedido em 5 de março de 2015 em <http://www.unric.org/pt/mulheres/5651>

² Acedido em 5 de março em http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44350/3/9789275716359_por.pdf

³ Acedida em 5 de março de 2015 em <http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/convention-violence/convention/Convention%202010%20Portuguese.pdf>

jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e assistência suas vítimas), ainda há muito para desenvolver em Portugal, no que respeita ao tema da violência nas relações interpessoais no namoro. A violência interpessoal constitui, de facto, um problema complexo e multifacetado e que, a nível político, tem gerado inúmeras controvérsias levando os partidos a apresentarem ora propostas alternativas, ora a exigirem a regulamentação e respetiva aplicação das leis desenvolvidas neste domínio.

A OMS tem vindo a acompanhar este fenómeno, mostrando uma preocupação crescente, salientando (em 2001) a necessidade de criar serviços na comunidade e ao nível dos cuidados de saúde primários e secundários, para apoiar as mulheres que sofrem de violência doméstica, sexual, ou outras formas de violência. É neste espaço que se enquadra a violência nas relações de namoro, uma vez que a prevenção da violência doméstica passa também pela intervenção da violência ainda nas relações de namoro, principalmente nas camadas jovens da sociedade.

Tal como já foi referido anteriormente, tem vindo a ser trabalhada e desenvolvida uma política contra a violência interpessoal que tem procurado abranger as múltiplas formas de violência a nível conjugal e das uniões de facto, sendo que nesta é também enquadrada a violência nas relações de namoro. Esta política traduz-se em Planos Contra a Violência Doméstica (PNCVD) que atualmente já resulta no V PNCVD. Desta preocupação, surge a necessidade de implementação de uma política concertada e estruturada, com o objetivo de proteger as vítimas, condenar os agressores, conhecer e prevenir o fenómeno, qualificar profissionais e dotar o País de estruturas de apoio e atendimento (V PNCVD 2014-2017).

Justificação e objetivos

O conhecimento da realidade em que se pretende intervir é fundamental, pois “se não se tem domínio da realidade que é objeto do trabalho profissional, como é possível construir propostas de ações inovadoras? Construí-las, com base em quê?” (Iamamoto, 2000, p.41). A autora afirma que o conhecimento tem que ser em profundidade nesta matéria; “o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado: mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarificar a condução do trabalho a ser realizado” (Iamamoto, 2000, p. 63).

De acordo com esta linha de pensamento, a violência nas relações de namoro entre jovens e correspondente intervenção constituem-se como principal alvo da investigação. É nesta problemática que se concentra o interesse em aprofundar uma maior compreensão e

conhecimentos sobre o problema. Neste sentido, verifica-se que a violência no namoro é um campo complexo com potenciais linhas a explorar. Entre estas linhas exploratórias está a prevenção desta problemática – é importante identificar potenciais contextos onde se possa intervir ou dinâmicas que contribuam para prevenir a violência no namoro entre jovens. Face a isto, elaborou-se a seguinte pergunta de partida que norteia todo o trabalho:

A intervenção social promove a prevenção da violência no namoro entre os jovens?

Estabelecida a questão foram definidos os seguintes objetivos que orientam a pesquisa:

- Compreender a visão dos profissionais sobre a violência no namoro;
- Considerar as características e tipos de violência, assim como o perfil das vítimas e dos agressores;
- Identificar as estratégias de intervenção e de acompanhamento considerando os modelos e técnicas específicas utilizadas em situações de violência no namoro;
- Analisar as potencialidades e as fragilidades da intervenção na violência no namoro.

Organização do trabalho

O trabalho está estruturado da seguinte forma: Introdução com argumentação sobre a problemática, justificativa e os objetivos da pesquisa e organização do trabalho.

No Capítulo 1, apresenta-se o plano de trabalho as metodologias. Neste caracteriza-se o estudo realizado, revelando os métodos, amostra, técnicas utilizadas, procedimentos de recolha de dados, procedimentos de análise dos dados.

O capítulo 2 desenvolve-se um enquadramento teórico sobre as teorias da violência enquadrando a violência interpessoal. Dentro desta destacam-se a violência doméstica, violência de género e violência nas relações de namoro, entre outras. Faz-se ainda uma apresentação da evolução da legislação que protege as vítimas de violência interpessoal.

O Capítulo 3 retrata a intervenção social na violência interpessoal e no namoro, onde se procurou elucidar as formas de intervenção, a rede de instituições que se articulam no sentido de complementar uma intervenção, e ainda os profissionais cujo perfil se enquadra no acompanhamento destas problemáticas de violência.

Por último, o Capítulo 4 revela os resultados e análise da pesquisa empírica juntamente com os esboços e os resultados da investigação e a discussão dos dados.

A conclusão responde sinteticamente aos objetivos inicialmente propostos pela investigação. O trabalho finaliza-se com a discussão dos resultados e algumas considerações em torno da problemática objeto deste trabalho de investigação, o qual pretende ser um contributo para uma reflexão sobre como queremos e podemos prevenir situações de violência entre jovens.

CAPÍTULO I.

PLANO DE TRABALHO: METODOLOGIAS

Nos nossos dias, a educação retoma as significações pessoais dos fenómenos, as suas representações, a natureza interativa da sua construção e a necessidade de se colocar na perspetiva do outro como condição prévia ao conhecimento e à explicação de comportamentos (Almeida & Freire, 2007).

Este estudo sobre a violência no namoro é de cariz qualitativo. Os estudos qualitativos apresentam descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos que são observáveis. Incorporam o que os participantes dizem, neste caso os profissionais da intervenção que desenvolvem atividades nesta problemática. Valorizam-se as suas experiências, atitudes, crenças, pensamentos e reflexões, tal como são expressadas por eles próprios (Gonzaga, 2006, p. 70).

Assim dentro do fundamento da investigação qualitativa em educação, o presente estudo centra-se no paradigma da investigação interpretativa (Amado, 2013; Coutinho, 2008, 2013). Este paradigma busca a compreensão das intenções e significações, as crenças, opiniões, perceções, representações, perspetivas e conceções que os seres humanos colocam nas suas próprias ações, em relação com os outros e com os contextos em que e com que interagem.

Para Coutinho (2013, p. 18), “investigar implica interpretar ações de quem é também intérprete, envolve interpretações de interpretações. Além de parciais e perspetivas, as interações são circulares. A interpretação da parte depende da do todo, mas o todo depende das partes”. Procura-se o que faz sentido na realidade e como faz sentido para os sujeitos investigados; os fenómenos tal como são percebidos e verbalizados, investigando sem isolar do contexto natural em que se desenvolvem nas suas vertentes histórica, socioeconómica e cultural – a procura da compreensão (Amado, 2013).

Segundo Coutinho (2008, p. 13),

Se atentarmos bem nos pressupostos da pesquisa interpretativa e no seu objetivo último – compreender os fenómenos desde o ponto de vista dos atores sociais – verificamos que o trabalho do investigador se centra na descoberta da variabilidade das relações comportamento/significado e visa, ao nível teórico, à descoberta de esquemas específicos da identidade social de um dado grupo.

Pardal e Lopes (2011, p. 26) explicitam que a investigação qualitativa apresenta várias características norteadoras, designadamente: “Referências diversas, ênfase na ação social dos indivíduos, na complexidade do social, preocupação com a compreensão dos acontecimentos, valorização da transferibilidade, diversidade de modelo de recolha de dados, ênfase no

processo de investigação, ênfase na compreensão do fenómeno a partir do interior e valorização da sensibilidade do investigador”.

Caracterizando ainda os estudos qualitativos, Fred Erickson (citado por Stake, 2012) afirma que a característica mais distintiva da investigação qualitativa é a sua ênfase na interpretação. Conforme Gonzaga (2006, p. 71), “é visível que o imaginário do sujeito pesquisado não pode ser quantificado, pois seu universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes correspondem a um espaço mais profundo de relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

A natureza circular, iterativa e interativa da pesquisa qualitativa exige que o problema se adapte ao método, que, por sua vez, tem que adaptar-se aos dados e ao processo de análise (Coutinho, 2008). A pesquisa é tão boa quanto o investigador. É a sua criatividade, sensibilidade, flexibilidade e destreza em utilizar as estratégias de verificação que determinam a validade e fiabilidade do estudo qualitativo.

1.1. MÉTODOS

A metodologia qualitativa tem vindo a ganhar cada vez mais consideração na academia científica. Definir o método da investigação é descrever o percurso e de que forma se vai prosseguir nesse caminho. Há várias formas de abordagem para afirmar e delinear o percurso da investigação. Assim, o método qualitativo usado neste estudo, através da aplicação da entrevista como método de recolha de dados, facilita e promove uma maior adaptação entre a pergunta e a resposta, no sentido de extrair a informação pretendida e mais adequada ao estudo em causa (Walliman, 2011).

A entrevista constitui hoje um método considerado por alguns autores como o instrumento por excelência na investigação (Lakatos & Marconi, 2005). Quando utilizada por um investigador experiente, revela-se muitas vezes superior a outros sistemas de obtenção de dados (Best, 1972).

No que diz respeito às dimensões em análise, destacam-se as seguintes categorias: 1) Identificação da situação de violência; 2) Estratégias de intervenção e 3) Perspetivas de prevenção.

Segundo Neves (1996), o método qualitativo procura condensar um conjunto de técnicas diferenciadas e interpretativas que visam descrever ou decodificar os componentes de um sistema de significados complexos. São várias as características que compõem a

metodologia qualitativa. Nela “(...) estuda-se a realidade sem a fragmentar e sem a descontextualizar, ao mesmo tempo que se parte sobretudo dos próprios dados, e não de teorias prévias, para compreender ou explicar (método indutivo) e situando-se mais nas peculiaridades” (Almeida & Freire, 2007, p. 95).

1.2. AMOSTRA

Numa investigação torna-se necessário definir o campo onde se pretende investigar, ou seja delimitar o grupo ou tipo de população. A amostra “é um subgrupo da população (ou universo) selecionado para obter a informação relativa a esta e às suas características.” (Ribeiro, 2007, p. 41).

No entanto, após definir a amostra da investigação convém definir também de que tipo de amostra se trata. E no que se refere à tipologia verificam-se dois tipos distintos de amostra: não probabilística e probabilística. De acordo com Ribeiro (2007), a amostra não probabilística, uma vez definida a amostragem, não permite a entrada de outros elementos para além do previamente delineado, enquanto a amostra probabilística já é mais flexível, permitindo a entrada de outros elementos na amostragem mesmo que esta já tenha sido definida.

No presente trabalho utilizou-se uma amostra não probabilística e intencional, é uma unidade de análise heterogénea, tendo em consideração que a problemática a investigar se dá na maioria das vezes em contextos de intimidade, o que torna expectável alguma resistência em colaborar numa investigação deste teor. É importante recolher informações estratégicas que permitam aceder a um conhecimento pertinente acerca dos atores ou do sistema social que os enquadra. Neste sentido optou-se por dar ênfase à experiência dos entrevistados no domínio da violência no namoro.

A amostra intencional enquadra-se nas características da investigação. Esta amostra é caracterizada por serem selecionados elementos da população intencionalmente, porque se considera que esses elementos possuem características típicas ou representativas da população (Vieira, 2008). Assim, foram selecionados profissionais que desenvolvem atividades na área da violência no namoro.

Participaram neste estudo 5 profissionais (1 Socióloga, 2 Psicólogas e 2 Assistentes Sociais), com idades compreendidas entre os 27 e os 47 anos (cf. Quadro 8). À data da

recolha dos dados, os participantes encontravam-se a desempenhar funções em locais que prestam apoio a jovens vítimas de violência no namoro.

Quadro 1– Caracterização dos profissionais entrevistados

Profissão	Idade	Sexo
Socióloga	37	Feminino
Psicóloga	27	
Assistente Social	42	
Assistente Social	47	
Psicóloga	41	

Estes profissionais exercem atividades na área da violência no namoro, há mais de 3 anos, sendo que três profissionais exerciam a sua atividade há 3 anos; uma há 5 anos e, por fim, a última técnica exercia funções há 14 anos.

Todos os profissionais entrevistados no período da investigação trabalhavam com jovens que compreendia as idades de 16 à 20 anos, sendo que os projetos de caráter preventivo estavam focalizados para uma população mista jovens e adultos.

1.3. TÉCNICAS A UTILIZAR

A técnica utilizada nesta pesquisa foi a entrevista semi-estruturada. As técnicas correspondem aos procedimentos da operacionalização da parte empírica da investigação.

A entrevista corresponde a uma fonte de retenção de informações que procura responder aos objetivos da investigação. A entrevista é um processo de recolha de dados mais utilizada em investigação social, entendendo-se por isso como “um procedimento de recolha de informação que utiliza a forma de comunicação verbal” (Silva & Pinto, 2001, p. 138).

De acordo com Robert e Bickle (1994), esta técnica utiliza-se para recolher elementos descritivos na linguagem do próprio ator o que vai permitir ao investigador construir de uma forma intuitiva a forma como os indivíduos interpretam o fenómeno a estudar. Por conseguinte, a entrevista obedece a certas aplicações de processos fundamentais de comunicação e de interação humana, que vão permitir ao investigador retirar as informações e os elementos de reflexão que sejam mais válidos e abundantes.

Segundo Fontana e Frey (1994) a “Entrevista é uma das mais comuns e poderosas maneiras que utilizamos para tentar compreender nossa condição humana” (p.361).

A caracterização fundamental desta técnica é o facto de envolver dois interlocutores, e que tem subjacente o conhecimento de determinado fenómeno social e “ (...) tem, portanto, como função principal revelar determinados aspetos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas leituras” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 69).

Considera-se uma boa entrevista quando os sujeitos falam à vontade e refletem a sua maneira de pensar acerca da temática. Neste sentido é importante começar a entrevista por uma conversa social, cujo objetivo é procurar um interesse ou um ponto em comum para começar a construir uma relação entre investigador e entrevistado. Ao conduzir uma entrevista, o indivíduo deve ser informado de uma forma breve e objetiva que aquilo que será dito ou falado na entrevista permanecerá estritamente confidencial.

Por fim, quanto ao grau de estruturação da entrevista qualitativa foi aberta e centrada em aspetos determinados, podendo estes ser introduzidos a partir dos recursos a questões mais generalistas. Todo esse processo das entrevistas requer flexibilidade por parte do investigador.

1.3.1. Procedimentos de recolha de dados

Na fase inicial, foi efetuado um pedido formal de colaboração junto dos diretores do curso, com uma apresentação sumária do estudo e seus propósitos. Concedida a permissão para a recolha de dados, foram calendarizados os momentos de administração dos instrumentos e acordados os procedimentos.

Procedeu-se ao contacto com as diversas instituições e as entrevistas decorreram de acordo com a prontidão das respostas às solicitações. Teve como critérios seletivos instituições com projetos em desenvolvimento sobre a temática VN e ainda profissionais Técnicos de Serviço Social com experiências na área da temática da Violência Doméstica e Violência no namoro.

Para efetuar as entrevistas foi feito um levantamento das instituições que desenvolvessem projetos relacionados com a problemática da violência no namoro. Dentro da área de Lisboa foram identificadas 4 instituições que desenvolvem projetos ativos na área da problemática da violência no namoro. Procedeu-se aos contactos com os técnicos que desenvolvem os respetivos projetos. Eis então as entidades que colaboraram com a

investigação: a Câmara Municipal de Lisboa, a Instituição/Cooperativa (de Desenvolvimento Social), a Raízes – Associação de Apoio à Criança e ao Jovem e a Instituição Graal de Portugal.

Para cada entrevista, em momento prévio, fora explicado o objetivo do estudo e o caráter voluntário e anónimo da participação. No sentido de assegurar o anonimato, fora igualmente explicado que não seria necessário citar o nome em nenhum momento da entrevista.

De salientar que as entrevistas tiveram uma duração média de 20 minutos e foram realizadas em locais adequados para garantir a qualidade das mesmas.

Como já foi referido recorreu-se a entrevistas para a recolha de dados. Neste ponto cabe explicitar a operacionalização do instrumento da recolha de dados. Para realizar uma entrevista considera-se necessário seguir algumas etapas, tais como: planeamento da entrevista, conhecimento prévio do entrevistado, oportunidade da entrevista, considerações favoráveis, contacto com chefias, conhecimento prévio do campo e a preparação concreta da entrevista.

De acordo com estas etapas, foi realizado o planeamento das entrevistas, ou seja a preparação do guião de entrevista, as características e propostas de perguntas a fazer. Foi desenvolvido um guião (Apêndice I) de entrevista para profissionais que trabalham em contacto com problemáticas de violência nas relações de namoro entre jovens. O guião de entrevista obedece a categorias e indicadores com o propósito de especificar perguntas, desenvolvidas e apresentados no Capítulo seguinte.

1.3.2. Procedimentos de análise dos dados

De forma a analisar as entrevistas realizadas, recorre-se à análise de conteúdo, que para Bardin (1977) permite uma explicação de procedimentos e critérios de interpretação de entrevista, discurso político, etc., e, neste sentido, contribui para a realização de pesquisas mais rigorosas. De facto, desde a década de 20 a análise de conteúdo foi sistematizada como método, a partir dos estudos realizados por Leavell, acerca da propaganda na I Grande Guerra Mundial, passando nessa altura a assumir o caráter de método investigativo. A célebre definição de análise de conteúdo surge com Berelson em 1952 quando afirma que “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva,

sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Silva, Gobbi & Simão, 2004, p. 18).

Empregue originalmente em pesquisas sobre o conteúdo jornalístico, a técnica de análise de conteúdo tem sido hoje largamente utilizada em investigações acerca da opinião pública e propaganda e para determinar características do conteúdo de obras literárias, científicas e didáticas, em campos tão variados como a psicologia, a biologia e a sociologia (Angelini, Netto & Rosamilha, 2001).

Este tipo de análise pode ser aplicado tanto na perspectiva quantitativa, ou seja, verificando a frequência com que certos detalhes surgem no discurso; como na investigação qualitativa, através daquilo que se pode deduzir ou o sentido que se pode atribuir a palavras, temas, personagens, etc. (Silva et al., 2004). Neste caso, as perspectivas metodológicas diferentes complementam-se no estudo de determinado assunto, compensando desta forma, as fraquezas e as lacunas de cada um dos métodos. Na análise de conteúdo interessa não só a frequência com que surgem determinadas características, mas também a presença ou ausência de uma das características do conteúdo, num determinado fragmento de mensagem.

De acordo com a definição de Berelson (Coutinho, 2013), a análise de conteúdo é uma técnica de investigação para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. No entanto, para que seja objetiva, tal descrição exige uma definição precisa das categorias de análise, de modo a permitir que diferentes pesquisadores possam utilizá-las obtendo os mesmos resultados; para ser sistemática, é necessário que a totalidade de conteúdo relevante seja analisada com relação a todas as categorias significativas; uma boa qualidade permite obter informações mais precisas e objetivas sobre a frequência da ocorrência das características do conteúdo.

A credibilidade da análise de conteúdo vai depender da quantidade de informação que se consegue aproveitar da entrevista: quanto maior for o número de informações, maior será a credibilidade da análise. A produção de conhecimento é feita a partir da análise do discurso construído pelo locutor. Na análise de conteúdo o investigador vê-se confrontado com os textos produzidos por um certo número de pessoas, todas interrogadas segundo a mesma técnica. Segundo Coutinho (2013), as entrevistas devem todas ser conduzidas respeitando a mesma técnica, para que se possam identificar semelhanças e diferenças nas respostas.

No entanto, o investigador deve utilizar métodos de análise de conteúdo que impliquem a aplicação de processos técnicos relativamente precisos, não se deve preocupar

apenas com as formalidades da entrevista em si. Atualmente a importância da análise de conteúdo na investigação social é cada vez maior, principalmente devido à forma metódica com que se tratam informações e testemunhos que expõem algum grau de profundidade e complexidade.

Assentando na metodologia já referida, as entrevistas realizadas foram transcritas, de modo exato e na íntegra e o resultado final constituiu o *corpus* de análise. Procedeu-se a uma codificação temática hierárquica e categorizaram-se os dados (unidades de análise) em categorias. Esta tarefa de codificação foi precedida por uma seleção dos excertos de fala mais representativos, obtida a partir da segmentação do discurso dos entrevistados (com indicação da sua proveniência: Entrevistado 1 – E1; Entrevistado 2 – E2; Entrevistado 3 – E3; Entrevistado 4 – E4 e Entrevistado 5 – E5). Estes excertos correspondem, deste modo, às unidades de análise presentes no discurso dos indivíduos. Por fim, ao longo do processo de codificação, as categorias foram sendo preenchidas com as unidades de análise.

CAPÍTULO II.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Tendencialmente, a violência, ao nível da conjugalidade, tem vindo a ser apresentada pressupondo atos de violência praticados pelo agressor, homem, contra vítima, mulher. O uso deste conceito tem sido predominante. Várias publicações internacionais e nacionais divulgam com maior ênfase o conceito nesse sentido, possivelmente em virtude de em várias culturas a visibilidade e difusão do fenómeno apontarem com maior predominância a violência infligida sobre a mulher. Desta forma, as relações díspares de poder entre homens e mulheres, decorrentes de papéis comportamentais e atributos socialmente construídos e considerados distintamente apropriados para homens ou mulheres, são apontadas como causa dos atos violentos praticados contra estas (García-Moreno et al., 2005).

Vários poderão ser os entraves ao distanciamento de cada indivíduo e à consciencialização do que o influencia na defesa daquele que é agressor ou vítima. Uma linha de pensamento muito habitual é a da visão feminista (relação desigual de poder na relação entre géneros) que, dado o seu poder a vários níveis, é adotada como a mais correta a seguir e a difundir para o público. Estranhamente, este procedimento deveria ser destituído da sua prevalência por ambos os géneros, uma vez que leva à manutenção da imagem das mulheres como vítimas e, conseqüentemente, dos homens como agressores.

2.1. A VIOLÊNCIA

Jean Claude Chesnais (1981) demonstrou durante 50 anos (1825-1975) através da sua obra, “*Histoire de la violence*”, a evolução da violência na Europa, Estados Unidos e Canadá. Este verdadeiro documentário que engloba diversas fontes estatísticas e documentos históricos permite que o autor afirme que ao longo de todos estes anos, a violência tenha demonstrado uma diminuição (de cerca de duas a cinco vezes) em todas as suas frentes (homicídio, lesão corporal e atentado sexual), em comparação com o início do século XIX⁴.

A violência é uma realidade que está presente nas diversas sociedades da atualidade sob formas diferenciadas, “cada sociedade tem a sua própria violência, definida segundo os seus próprios critérios que variam de cultura para cultura” (Pais, 1996, p. 31). No entanto, a

⁴ O autor (op. cit.) defende que o desenvolvimento social foi definido em três fases: a primeira designada de período agrário (mais violenta), seguida da era da industrialização e, finalmente, a terceira fase representada pela sociedade atual (menos violenta), acrescentando que a tendência, no futuro, será também ela, gradualmente decrescente (Chesnais, 1981).

sua diversidade provoca danos nas mais diversas situações, daí que se presenciem e noticiem, constantemente, atitudes e reações violentas.

Historicamente, o fenómeno da violência tem uma evidente origem social e como tal destaca-se nas relações humanas. Para Domnach (1978), a violência da natureza nas tempestades e nos vulcões só existe enquanto metáfora relativa à violência humana e devido ao uso extensivo do termo noutros fenómenos. Assim,

“(...) somente o homem é capaz de exercer a sua força contra si próprio. Só a espécie humana é capaz de destruir, precisamente, porque perdeu a capacidade de se regular. Se nos quisermos servir de um termo para classificar a realidade, importa dizer que a violência é especificamente humana na medida em que ela é uma liberdade (real ou suposta) que força uma outra.” (Domnach, 1978, pp. 760-761)

Nesta perspetiva, a violência está incorporada na condição humana e advém, paradoxalmente, como uma condição “necessária” ao estabelecimento de relações interpessoais. Ficher (1998, p. 20) argumenta que a “violência está inscrita na história da humanidade simultaneamente como sua fundadora e como parte integrante em várias dimensões do seu funcionamento e devir”.

Com a humanização e suavização dos costumes das sociedades, a crescente intolerância à violência está também associada ao individualismo contemporâneo. Para o indivíduo atomizado⁵, a violência já não tem sentido social nem constitui já um meio de afirmação e de reconhecimento. À medida que o indivíduo se foi reconhecendo na esfera privada, a função de proteção da sua existência foi sendo transferida para o Estado, o qual passou a garantir a proteção dos cidadãos livres numa sociedade que desvaloriza a violência, é sensível à natureza repressiva, aos excessos e abomina a brutalidade (Lipovetsky, 1989).

No entanto, trata-se de um diagnóstico complexo. A violência parece estar enraizada na condição humana, sobretudo quando se procura pensar em medidas de controlo ou promoção de costumes pacifistas numa sociedade ainda tolerante à atitude de represália. Torna-se complicado inserir uma cultura de não-violência nestes casos. Analisamos agora algum do trabalho desenvolvido neste sentido.

⁵ Na perspetiva de Lipovetsky (1989) o indivíduo atomizado refere-se ao sujeito moderno que perdeu os seus referenciais, deixou de ter uma identidade fixa, perdeu os valores, não encontra sequer um lugar para se fixar, procurando sem rumo um sentido.

São várias as entidades e organizações nacionais e internacionais que têm destacado a violência. Segundo o Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde [RMVS] (2002), o impacto da violência pode ser visto de várias formas, em diversas partes do mundo. No entanto, todos os anos, mais de um milhão de pessoas perde a vida e muitas outras sofrem lesões não fatais, resultantes dos vários tipos de violência. O mesmo relatório demonstra ainda que, a nível mundial, a violência está entre as principais causas de morte em indivíduos entre os 15 e os 44 anos.

Perante estes dados, nos últimos tempos, são vários os profissionais de diferentes áreas que se mostram preocupados em enquadrar a violência e propor respostas para as diversas questões que possam daí surgir. Conforme refere o RMVS (2002), a violência pode ser evitada, e são encontrados exemplos bem-sucedidos em todo o mundo, que vão desde trabalhos individuais e comunitários em pequena escala até políticas nacionais e iniciativas legislativas. Todavia, importa referir que se torna praticamente impossível calcular os custos globais da violência, por não ser possível contabilizar o sofrimento e dor humana, sendo por isso, na maioria das vezes, um custo invisível.

É ainda de salientar um outro fator que se prende com a tecnologia e que diz respeito às imagens de satélite que diariamente chegam aos nossos ecrãs. Estas, apesar de nos mostrarem vários tipos de violência como o terrorismo, as guerras, as rebeliões e os tumultos civis, a verdade é que ainda não conseguem mostrar a violência que se esconde nos lares, em locais de trabalho e até mesmo em instituições médicas e sociais criadas para cuidar das pessoas⁶.

Recentemente, pesquisas apontam que, ao mesmo tempo em que fatores biológicos e individuais explicam algumas das predisposições à agressão, é mais frequente que os mesmos interajam com fatores familiares, comunitários, culturais e também fatores externos, para assim criar uma conjuntura favorável à violência.

Torna-se imperativo referir o conceito de violência e os vários tipos de situação em que pode constar ou que impliquem o ato de violência. Existem várias definições, umas mais abrangentes, outras menos, mas todas elas giram em torno de atos de grande impacto para uma vítima e que provocam graves consequências. Para que se entenda, o termo «violência» está relacionado com a noção de força, uso da superioridade física sobre os outros.

⁶ De acordo com o RMVS (2002), “grande parte das vítimas são demasiadamente jovens, fracas ou doentes para se protegerem; outras são forçadas por convenções ou pressões sociais a manterem silêncio sobre as suas experiências; havendo ainda outras que estão profundamente enraizadas no arcabouço cultural e económico da vida humana” (p.25).

Segundo a OMS, a violência caracteriza-se conforme as suas manifestações empíricas (física, psicológica, sexual, negligência ou abandono); a violência pode ser pessoal, ou seja, autoinfligida; pode ocorrer como violência coletiva se for no âmbito macrosocial e também poderá manifestar-se apenas circunscrita nas relações interpessoais onde se destacam os contextos intrafamiliar e comunitário (Minayo, 2005). Esta definição da OMS agrega a intencionalidade com a prática do ato propriamente dito, independentemente do resultado produzido. Agrega também a palavra “poder”, além da expressão “uso da força física”. Amplia o conceito de ato violento expandindo o entendimento convencional de violência, de modo a incluir aqueles atos que resultam de uma relação de poder, incluindo ameaças e intimidações. (RMVS, 2002, p. 27). A OMS refere ainda que o exercício violento do poder também se traduz na negligência ou atos de omissão, além dos atos violentos de mais óbvia classificação. Assim, “o uso da força física ou do poder” (RMVS, 2002, p. 27) deve ser entendido de forma a incluir a negligência e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, bem como o suicídio e outros atos de auto-abuso.

Advindo de diversas fontes e razões, este fenómeno está conectado com a formação individual de cada um, costumes e normas sociais que tendencialmente o aprovam ou rejeitam, de acordo com épocas, locais e circunstâncias em que ocorrem.

Na perspetiva dos autores Straus, Gelles e Steinmetz, (1988), “a violência normal (...) é entendida como um ato cometido com a intenção, ou assim entendido, de causar dor física ou ferimentos (...) [e] violência abusiva (...) como um ato que tem um elevado potencial para lesar a pessoa que é agredida”. Também Dias (2004, p. 94) define violência como “qualquer ato, inclusive a omissão, ou ameaça que provoque nas suas vítimas danos físicos, psicológicos ou emocionais; que é praticado por pessoas com quem aquelas têm uma relação de parentesco consanguíneo, legal ou de facto (...)”. A descrição do RMVS cobre uma vasta gama de consequências,

“inclusive dano psicológico, privação e deficiência de desenvolvimento (...) Muitas formas de violência contra mulheres, crianças e idosos, por exemplo, podem resultar em problemas físicos, psicológicos e sociais que não necessariamente levam a lesões, invalidez ou morte (...) Essas consequências podem ser imediatas, bem como latentes, e podem perdurar por anos após o abuso inicial. Portanto, definir os resultados somente em termos de lesões ou mortes limita a compreensão da totalidade do impacto da violência sobre as pessoas, as comunidades e a sociedade como um todo. Intencionalidade”. (RMVS, 2002, p. 5)

Importa ainda salientar a questão da intencionalidade, já referida anteriormente, e que apresenta dois aspetos importantes: a) o primeiro refere-se à violência como sendo distinta de

eventos não intencionais que resultam em lesões, ou seja, a presença de uma intenção de usar a força não significa, necessariamente, que houve uma intenção de causar dano. Por outras palavras, pode haver uma grande diferença entre o comportamento pretendido e a consequência pretendida; b) o segundo ponto está relacionado com a intencionalidade que reside na distinção entre a intenção de lesar e a intenção de ‘usar a violência’. Por exemplo, algumas pessoas tencionam ferir os outros, mas, com base nos seus antecedentes culturais e nas suas crenças, não veem os seus atos como violentos.

2.1.1. Tipos de violência

Ao refletir sobre o conceito de violência torna-se imprescindível uma abordagem aos vários tipos de violência. Segundo o Relatório da OMS (OMS, 2002), a violência pode ser dividida em três grandes categorias⁷, conforme as características de quem comete o ato de violência: violência autoinfligida, violência interpessoal e violência coletiva. Segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) a violência doméstica é considerada violência interpessoal e define-se como

“qualquer conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e/ou intensa ou não, que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indireto, a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico ou que, não residindo, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro/a ou ex-companheiro/a, namorado/a ou ex-namorado/a, ou progenitor de descendente comum, ou esteja, ou tivesse estado, em situação análoga; ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adoção ou afinidade”.⁸

Fazendo um diagnóstico, esta é a realidade social que se vive atualmente:

⁷ As três categorias acima referidas fazem a distinção entre a violência que uma pessoa inflige a si mesma, a violência infligida por outra pessoa ou por um pequeno grupo de pessoas, e a violência infligida por grupos maiores como, por exemplo, Estados, grupos políticos organizados, grupos de milícia e organizações terroristas. Cada uma destas três categorias está ainda subdividida, no sentido de exhibir tipos mais específicos de violência. Assim, a violência autoinfligida encontra-se subdividida em comportamento suicida e auto-abuso. O primeiro inclui pensamentos suicidas, tentativas de suicídio e suicídios completados; enquanto o auto abuso inclui atos como a automutilação. A violência interpessoal está subdividida em violência da família e de parceiro(a) íntimo(a) e violência comunitária. A primeira ocorre, em geral, entre os membros da família e parceiros íntimos, por norma dentro de casa; o segundo subtipo de violência ocorre entre pessoas sem laços de parentesco, que podem conhecer-se ou não, e geralmente ocorre fora de casa (OMS, 2002).

⁸ Acedido em 5 de janeiro de 2015 em <http://apav.pt/lgbt/menudom.htm>

Quadro 2 – Formas e tipos de violência doméstica

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Formas de violência	Tipos de violência
	• O mau trato infantil • O mau trato de idosos • A violência conjugal	• Violência física • Violência psicológica • Violência sexual • Violência financeira

Fonte: Elaborado pela autora

De forma sucinta pode aqui referir-se que:

“O mau trato infantil: Pode ser definido como ações, por parte dos pais e outros adultos [e também os irmãos mais velhos], que possam causar dano físico e/ou psicológico ou que de algum modo firam os direitos e as necessidades da criança, no que concerne ao seu desenvolvimento intelectual, psicomotor, afetivo ou moral (Alarcão, 2002, p. 306).

O mau trato de idosos: Abrange todas as ações e omissões de qualquer membro da família que acarretem um dano físico ou psicológico ao idoso: agressões físicas, verbais e/ou emocionais; desrespeito; descuido na alimentação, habitação ou cuidados médicos; intimidação e ameaças, entre outros (Alarcão, 2002, p. 306).

A violência conjugal: É uma forma de violência que engloba todas as situações de abuso que ocorrem de forma reiterada e com intensidade crescente entre o casal, isto é, a violência conjugal começa frequentemente por uma agressão psicológica e num segundo momento, surge a violência verbal que cria um clima de medo constante, surgindo finalmente a violência física no meio da qual podem aparecer as exigências de carácter sexual e a violação.” (Alarcão, 2000, p. 305-306).

No relatório «Acabar com a violência sobre as mulheres» elaborado pela Amnistia Internacional (AI), de 2006, refere-se que em Portugal uma em cada três mulheres foi agredida, obrigada a manter relações sexuais ou sujeita a outro tipo de abuso, sendo que “em geral, o autor dos abusos é um familiar ou conhecido”. Estes dados revelam “uma tragédia de dimensões mundiais do ponto de vista dos direitos humanos” (2006, p. 9). Neste seguimento, e de forma conclusiva, deixam-se dados sobre a tipologia de crimes mais comuns, sendo que dentro da violência doméstica, estes são os maus tratos psíquicos (28,5%) e os maus-tratos físicos (26%) (Figura 2).

2.1.1.1. Violência de gênero: Diferentes contextos

Tem vindo a ser cada vez maior o investimento para o combate da violência de gênero. A violência de gênero é resultado das questões de gênero em culturas e espaços de violência. Lisboa et al. (2009, p. 26) referem que a “violência de gênero constitui um padrão específico de violência que se amplia e reatualiza na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado”. Podendo revestir-se de diversas formas, tanto físicas, como psicológicas, económicas, sexuais ou de discriminação sociocultural, esta forma de violência é considerada, nacional e internacionalmente, como uma das mais graves violações do direito à vida, segurança, liberdade, dignidade e integridade física e mental daquelas que são as suas vítimas, e, por consequência, um entrave ao funcionamento de uma sociedade democrática, baseada no Estado de direito.

Ao expor a violência de gênero, torna-se relevante mencionar o conceito de gênero. A noção de gênero expressa o conjunto das representações sociais e culturais elaboradas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo no conceito biológico diz respeito às características anatómicas, o conceito de gênero refere-se ao desenvolvimento das noções de masculino e feminino como construções sociais (Carloto, 2001). Na conceção de Alves e Pitanguy (1985), o conceito de gênero é como uma construção sociocultural, que atribui a homem e mulher papéis diferentes dentro da sociedade e depende dos costumes de cada lugar, da experiência quotidiana das pessoas, bem como da maneira como se organiza a vida familiar e política de cada população.

A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) também corrobora as afirmações dos autores supracitados. Uma sua publicação (2009) refere que o conceito de gênero remete para as diferenças sociais desenvolvidas a partir das diferenças biológicas entre homens e mulheres⁹. Estas diferenças são tradicionalmente inculcadas pela socialização, são mutáveis ao longo do tempo e apresentam grandes variações entre culturas. Neste sentido, o conceito de gênero é compreendido como as características biológicas de cada indivíduo, construindo diferentes identidades.

Um dos instrumentos privilegiados do exercício da violência de gênero surge no contexto da produção e reprodução das desigualdades, dos estereótipos e papéis de gênero,

⁹ A construção das identidades de gênero masculino e feminino faz-se desde a infância (os valores, normas, modelos e expectativas preexistem ao nascimento) e vai-se atualizando através de instituições, organizações e grupos como a família, a escola, os amigos, os colegas, nas relações interpessoais (Archer & Lloyd, 2002).

quer sob a forma de violência simbólica, quer induzindo outro tipo de atos igualmente violentos. A violência de género está “estritamente associada à reprodução dos estereótipos e papéis de género e aos complexos e dinâmicos processos de construção das identidades, que não se confina às relações íntimas, heterossexuais e/ou homossexuais, mas que atravessa toda uma dimensão interpessoal e institucional (família, escola, trabalho), intergéneros, intrafeminina e intramasculina” (Lisboa et al., 2009, p. 26). Assim, verifica-se que a violência de género está associada a um processo com uma dimensão alargada, mas constituída por diferentes contextos. O conhecimento do género permite-nos pensar nas diferenças entre dois sexos. Desta forma torna-se importante revelar de que forma se manifesta a violência nos diferentes géneros: feminino e masculino¹⁰.

2.1.1.2. A violência no feminino

A violência atinge todos os géneros e idades mas é mais frequente sobre as mulheres. A violência no feminino é dramática calculando-se uma incidência de 87%. Manifesta-se, segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), “em 60 milhões de mulheres que foram abortadas por serem seres femininos, assassinadas quando bebés pelo mesmo motivo ou morreram vítimas de maus-tratos”¹¹. Esta violência é muitas vezes escondida.

Em 79 países, a violência contra as mulheres não é punida (Rosa, Goulão & Bolas, 2006). No contexto europeu, apenas 5% dos casos chegam à polícia, mas estima-se que uma em cada cinco mulheres seja agredida pelo parceiro masculino. Aliás, 25% de todos os crimes violentos registados na União Europeia foram cometidos por um homem contra a sua mulher ou companheira. Os dados tornam-se ainda mais catastróficos quando o Conselho da Europa, na Recomendação n.º 1582/2002, indica que “a violência contra as mulheres no espaço doméstico é a maior causa de morte e invalidez entre mulheres dos 16 aos 44 anos, ultrapassando o cancro, acidentes de viação e até a guerra”¹².

¹⁰ Ao pesquisar a diferença entre os sexos surgem também as desigualdades entre ambos, de acordo com conceção de Dias e Machado (2008) a desigualdade entre os sexos existem desde antiguidade, sendo que esta desigualdade persiste até à atualidade. As desigualdades sentidas atribui ao sexo feminino características de ser um ser frágil e de inferioridade enquanto que ao sexo masculino atribui características de um ser mais forte e de superioridade. No entanto estas características também influenciam a forma de viver a violência nos diferentes géneros.

¹¹ Acedido em 5 de janeiro de 2015 em <http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/8416.pdf>

¹² Conselho da Europa de 1986, “Violence in the family”, Recommendation No. R (85), Estrasburgo.

No ano de 2011, a APAV, nas estatísticas sobre violência doméstica, registou um total de 15.724 factos criminosos que se refletiram em 6.737 processos de apoio relativos à problemática da violência doméstica. Em 2012 as mulheres continuaram a ser as principais vítimas deste tipo de crime representando 83% de todas as situações. Mas, como se pode observar no gráfico abaixo, começa agora a notar-se um aumento de denúncias em que o homem aparece como a vítima.

Os dados mais recentes, referentes a 2013, apontam que a categoria dos crimes de violência doméstica representa 84,2% do total de crimes relatados pelas vítimas à APAV. Considerando o vasto leque de crimes que estão incluídos nesta categoria, é de realçar a percentagem significativa que assumem os maus tratos psíquicos (36,8%) e os maus tratos físicos (26,9%), cuja soma perfaz 63,7% dos crimes de violência doméstica em sentido estrito. Dos crimes de violência doméstica em sentido lato, a violação de domicílio ou perturbação da vida privada (1,3%) foi o crime mais vezes relatado, seguindo-se os crimes de furto/roubo (0,7) e de dano (0,6%)¹³.

No entanto, a violência sobre as mulheres é um fenómeno de longa data e algo enraizado na cultura como já atrás foi referido. O sexo feminino está associado a uma certa fragilidade aparente, presunção esta que possibilitou aos homens desenvolverem um certo poder sobre as mulheres, o que por sua vez resultou em violência de várias formas. Neste sentido, de acordo com os dados do relatório da APAV, a percentagem de vítimas femininas é de 83% enquanto 16% são masculinas e apenas 1% não se pronunciaram.

Relativamente às idades das mulheres assassinadas, vítimas de violência doméstica, relativamente a 2012, verifica-se no quadro abaixo que o grupo de idades compreendidas entre os 36-50 é o mais afetado, logo seguido do grupo de idades entre os 51 e os 64.

Deste modo, entre 2004 e 2012 foram assassinadas 313 mulheres, como se pode verificar abaixo.

¹³ Acedido em 6 de março de 2015 em http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2013.pdf

Figura 1 - Idade das mulheres assassinadas entre 2004 e 2012

Idade (anos)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Até 17	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Dos 18 aos 23	2	2	3	3	4	4	3	3	2
Dos 24 aos 35	6	7	9	6	19	8	14	7	7
Dos 36 aos 50	14	11	12	8	10	13	13	9	11
> 50	16	12	10	4	9	3	13	8	16
Dos 51 aos 64	-	-	-	-	-	-	-	-	10
> 65	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Desconhecido	1	2	2	0	4	1	0	0	0
TOTAIS ANO	40	34	36	22	46	29	43	27	36

Fonte: União de Mulheres Alternativas e Resposta (UMAR) – Observatório de Mulheres Assassinadas

Em suma, muitas mulheres sofrem de algum tipo de violência, podendo esta assumir muitas formas – física, sexual, psicológica e económica – e interrelacionarem-se afetando as mulheres ao longo de todo o ciclo de vida.

2.1.1.3. A violência no masculino

No que se refere à violência sobre os homens, esta manifesta-se com contornos diferentes dos da mulher. Um estudo realizado por Lisboa et al. (2009) revela que 49,7% dos homens diz ter sido vítima de violência em todos os seus tipos: física, sexual, psicológica e discriminação social. Neste estudo é também revelado que em relação à violência doméstica a probabilidade do homem ser vítima é três vezes menor do que a da mulher¹⁴.

A dificuldade em encontrar estudos que incidam sobre a violência perpetrada sobre o género masculino é grande, mas sabe-se que a violência baseada no género é socialmente

¹⁴ Segundo a APAV, apesar de as mulheres sofrerem maiores taxas de violência doméstica, os homens também são vítimas deste crime. As mulheres também cometem frequentemente violência doméstica, e não o fazem apenas em autodefesa. Os homens vítimas de violência doméstica experimentam comportamentos de controlo, são alvo de agressões físicas (em muitos casos com consequências físicas graves) e psicológicas, bem como também estes receiam abandonar relações abusivas. O medo e a vergonha são, para estas vítimas, a principal barreira para fazer um primeiro pedido de ajuda. Estes homens receiam ser desacreditados e humilhados por terceiros (familiares, amigos e até mesmo instituições judiciais e policiais) se decidirem denunciar a sua vítimação. Acedido em 5 de janeiro de 2015 em <http://apav.pt/vd/index.php/features2>

construída a partir de uma teia complexa de fatores históricos, económicos, sociais e culturais, traduzida nas práticas sociais dos atores através de um processo de naturalização das desigualdades e, também por isso, desfocada nas suas causas e difícil de observar empiricamente. Nesta trama da violência é possível verificar que muita da sua tipologia se desencadeia dentro e em volta da questão do género, podendo aqui referir-se a violência doméstica, a violência conjugal, a violência infantil, a violência sexual, a violência no namoro – objeto deste estudo -, violência entre jovens nas escolas (*bullying*¹⁵) e o *stalking*¹⁶. No entanto, entre estas violências citadas a que se vem tornando cada vez mais evidente é a violência doméstica; tem vindo a congregar um grande interesse a nível de estudos e investigações e vem tendo um maior investimento a nível da intervenção.

A violência doméstica ocorre entre companheiro/companheira, entre aqueles que têm uma relação de parentesco ou consanguinidade, legal ou de facto, com determinada intenção ou finalidade e refere-se aos mais variados tipos de violência. De acordo com Dias (2010, p. 94), na violência doméstica “são identificadas três formas básicas e mais frequentes de violência, nomeadamente a violência praticada sobre as crianças, as mulheres e os idosos, e na grande maioria das vezes de forma silenciosa e dissimulada”. A sua importância é relevante não só devido ao sofrimento indescritível que vivem as vítimas como também porque a violência doméstica pode impedir um bom desenvolvimento físico e mental da vítima.

Outras tipologias da violência como o bullying e o stalking vêm sendo alvo de investigação com a intenção de agregar mecanismos para uma intervenção adequada, sendo também tipos de violência que deixam grandes sequelas nas vítimas levando a depressão profunda e, em alguns casos, provocando a morte.

Com menos evidência mas não menos importante, a violência nas relações de namoro também merece uma especial atenção, sendo que a maioria dos casos de violência doméstica têm início ainda no decurso daquelas. Falamos de relações de namoro com certas características que levam ao desenvolvimento de situações de atrito e surgimento de atos violentos.

¹⁵ O termo bullying deriva do termo em inglês – “bully” – que traduz-se por tirano, sendo que na sua forma verbal significa tiranizar/amedrontar. No léxico português, não existe uma tradução exata do conceito, embora as aproximações mais usadas como a vitimização, abuso, agressividade, intimidação e violência (Ferreira & Pereira, 2001), coação e provocação (Matos & Carvalhosa, 2001).

¹⁶ O stalking/assédio persistente é uma forma de violência definida como um conjunto de comportamentos de assédio praticados, de forma persistente, por uma pessoa contra outra, sem que esta os deseje e/ou consinta. O stalking é, portanto, um assédio persistente. O/A autor/a destes comportamentos de assédio pode ou não ser alguém que a vítima conhece, ainda que frequentemente o assédio persistente seja perpetrado por ex-parceiros/as íntimos/as. Acedido em 6 de janeiro de 2015 em <http://apav.pt/stalking/index.php/o-que-e>

2.1.2. Violência no namoro: Relações de género

A violência no namoro é um tipo de violência que vem se evidenciando cada vez mais, o que é acompanhado pelo crescente reconhecimento da necessidade de dismantelar mitos ao nível das relações de namoro, sobretudo quanto ao esclarecimento dos direitos e do respeito que as mesmas devem acolher. Como já referimos, este tipo de violência ainda é relativamente desconhecido. Tem sido retratado nos meios de comunicação social, num ou outro noticiário a informar sobre uma relação terminada de forma trágica com agressões, perseguições ou até a morte de um dos parceiros. Ou em escolas, entre os jovens, facilmente se presencia uma atitude de violência. Até mesmo nas ruas é possível presenciar atos violentos entre casais de namorados. Conforme Bennett e Williams (2003), esta é uma problemática que tem sido reconhecida nas duas últimas décadas como um problema social preocupante.

De acordo com as pesquisas internacionais estima-se que a violência nas relações de namoro tenha uma prevalência situada entre os 21,8% e os 60% (Matos, Machado, Caridade & Silva, 2006), incluindo violência física, psicológica e sexual. Nesta sequência, Berry (2000) documenta que 20% a 30% dos adolescentes envolvidos em relações de namoro experimentam violência.

Um estudo realizado por Dias (2004) revela que a maioria das situações de violência doméstica se iniciou ainda nas relações de namoro. Neste estudo a autora revela que a maioria das pessoas entrevistadas sofreu violência física e psicológica ainda durante as relações de namoro. Partilha da mesma opinião Hamby (1998), que revela que este fenómeno entre as novas gerações deve merecer uma maior atenção pelo facto de que a violência nas relações de namoro é considerada um importante preditor da violência conjugal¹⁷.

Mais recentemente, segundo dados da Policia Judiciária, um terço dos registos anuais ocorreu em contexto conjugal e esta entidade alega que a sua redução significativa tem de passar pela sensibilização da sociedade (Relatório Anual de Segurança Interna (2011). Segundo a organização UMAR, em novembro de 2012, já havia registo de 33 homicídios e 31 tentativas de homicídios e no ano anterior tinham sido assinaladas 27 mortes e 44 tentativas de homicídio.

¹⁷ O fenómeno da violência no namoro ou entre casais jovens é muito semelhante à dinâmica da violência marital e que partilham alguns fatores de riscos tal como: o isolamento social, o impacto a nível do bem-estar psicológicos entre outros, podendo resultar em danos diversos (Glass, Fredland, Campbell, Yonas, Sharps & Kub, 2003), a curto e a longo prazo, entre disfunções do comportamento alimentar, perturbações emocionais, comportamentos sexuais de risco, abuso de substâncias.

A violência interpessoal afeta as representações sobre a família e, no caso de determinadas práticas, suscita fortes reações. Contudo, os dados estatísticos que têm vindo a ser produzidos sobre a violência, apesar de insuficientes, mostram-nos que este é precisamente um domínio que exige cada vez mais uma intervenção adequada. Por conseguinte, deve ainda apontar-se que de acordo com o IV PNCVD 2011-2013, os dados disponíveis sobre a população juvenil apontam que uma proporção considerável de jovens em Portugal já foi vítima de violência nas suas relações de namoro, pelo que se torna importante dar particular atenção à prevenção da vitimação de jovens e à violência simbólica relacionada com as desigualdades de género, intimamente associadas aos processos de socialização.

No entanto, ao nível da violência em destaque no estudo, há autores que apresentam alguns padrões diferenciados e até mesmo contraditórios entre si: alguns documentam como sendo mais comuns no namoro atos ‘menos graves’ como empurrar e esbofetear como refere Gelles (1997); outros, por sua vez, indicam que a violação e outras formas de abuso sexual são mais comuns e/ou mais relatados pelos jovens envolvidos em relações de namoro do que noutro tipo de relacionamentos (Berry, 2000).

Ainda no que toca à violência nas relações de namoro, urge controlar a violência numa relação sempre que um exerce domínio e controlo sobre o outro, com o objetivo de que as suas vontades prevaleçam sobre as do parceiro. O poder e o controlo podem manifestar-se de várias maneiras mas, no geral, o agressor tem por hábito querer assumir todas as decisões do casal, impondo o respeito e a sua vontade de uma forma violenta e agressiva ou, então, de uma forma mais encoberta.

O avanço a nível da legislação tem sido um importante passo para o combate a este tipo de violência, mas as situações não estão contempladas de igual forma. Atualmente existem vários serviços a que as vítimas podem recorrer mas ainda há muita resistência da parte destas em procurar ajuda. Mas há efetivamente um trabalho de consciencialização da violência nas relações de namoro que vem contribuindo e abrindo espaço para um maior combate a este problema imbuído na cultura das relações.

2.1.2.1. Conceitos de namoro e relações de namoro

Entre os autores de referência nos estudos sobre o namoro pode ser citado Azevedo (1986), que realizou um levantamento histórico sobre as transformações sofridas nos relacionamentos entre homens e mulheres, a partir de mudanças sociais e culturais que

geraram novos tipos de relações amorosas entre os casais. Também Giddens (1993), na sua obra “A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas”, argumenta que a vivência do que ele denominou de relacionamento puro só se tornou possível pelas transformações ocorridas na intimidade¹⁸ - o amor puro ou amor romântico.

Conforme destaca o autor Del Priore (2006), nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX, o namoro passa por transformações significantes. O beijo passa a fazer parte do namoro, os carros passam a ser uma opção para os encontros mais furtivos das jovens de classe média. Porém, assim como noutros períodos, o namoro era regido por regras que determinavam a sua duração e estavam definidos os rigorosos padrões morais que deveriam ser seguidos para que o namoro fosse considerado sério e levasse ao matrimônio. Atualmente, vive-se uma época de alteração de comportamentos onde o casamento não é essencial para que haja intimidade entre um casal e, deste modo, essas mudanças na intimidade propiciaram um mundo que caminha para a igualdade sexual, modificando pontos de vista e comportamentos em relação ao outro.

A realidade amorosa está impregnada de crenças e valores atribuídos ao amor, à relação e ao outro. Entre essas crenças, segundo De La Rosa (2005), a violência no namoro por vezes é vista como algo normal e socialmente aceite. Consequentemente, a violência torna-se quase invisível, uma vez que vem disfarçada de amor, confundida com afeto e cuidado. O namoro é dinâmico como a própria vida das pessoas. Hoje a liberdade é enorme quando se fala deste assunto o que, aliás, o torna num alvo fácil de ser manipulado de forma negativa. Com base na literatura revista sobre o tema é importante salientar que o namoro é uma relação entre duas pessoas, interposta pelo desejo de ficarem juntas, porém com regras estabelecidas de compromisso e fidelidade, na qual ambos residem em lares diferentes e podendo ou não preceder um casamento.

O namoro na perspectiva de Oliveira e Sani (2005) é uma das atividades centrais nas vidas de muitos jovens cujas identidades dependem, em parte, das diferentes experiências que estes têm, incluindo as interações românticas. De acordo com Nascimento e Cordeiro (2011, p. 20) o namoro é uma relação que envolve “encontro para uma interação social, em atividades conjuntas e com intenção implícita ou explícita para continuar o relacionamento”. De acordo com Makepeace (May, 2002) o namoro é um processo pré-nupcial, sendo que as

¹⁸ Segundo Giddens (1993, p. 11) “alguns têm declarado que a intimidade pode ser opressiva, e isso pode realmente ocorrer se ela for encarada como uma exigência de relação emocional constante. (...) A intimidade implica uma total democratização do domínio interpessoal, de uma maneira plenamente compatível com a democracia na esfera pública. (...) As mudanças que atualmente afetam a sexualidades são, na verdade, revolucionárias e muito profundas”.

pessoas procuram encontrar um parceiro e ter uma relação íntima, pensando sempre no futuro da relação.

Ao que se conclui, a ligação entre violência e namoro ocorre dentro dos padrões de alterações sofridas pela sociedade contemporânea. Neste contexto, implica uma variedade de causas, umas visíveis outras invisíveis e que necessitam de estudos mais aprofundados para que se alcance uma compreensão adequada com vista a desenvolver medidas de correção e prevenção desta problemática.

2.1.2.2. Teorias explicativas da violência no namoro

Entende-se que a violência no namoro exige a compreensão de uma série complexa de cambiantes que vão desde a posição de não reconhecimento da violência como problema, até à posição de denúncia dessa mesma violência (Lipchik, Holroyd, Talbot & Greer, 1997). Estima-se que desde o início do movimento feminista tem havido um despertar para as realidades em que a violência ocorre e para a constatação de que tanto os agressores como as vítimas pertencem a todos os grupos sociais, económicos e étnicos.

Sendo um problema transversal às diferentes classes sociais, verifica-se que é difícil apoiar uma única visão sobre o fenómeno. No entanto, na procura de esquematizar essas opiniões, ora divergentes, ora convergentes, Izumino e Santos (2005) destacam a existência de três grandes correntes teóricas relativas à questão da violência contra a mulher e de género, nomeadamente: dominação masculina, dominação patriarcal e relacional.

A corrente feminista desenvolve-se a partir da ideia de dominação masculina e considera a violência contra as mulheres como a expressão da dominação exercida pelo homem sobre a mulher. A mulher, nesta posição, é vista tanto como vítima como cúmplice desta dominação exercida pelo homem e afirma como sua uma autonomia nula. Esta corrente ganhou representatividade e repercussão a partir de 1980, através do pensamento da filósofa Marilena Chauí (1985) que, no seu artigo intitulado “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”, apresenta a conceção da violência contra a mulher como resultado da ideologia de dominação masculina, produzida e reproduzida não apenas pelos homens, mas também pelas mulheres. Nesta perspetiva, o ser que é dominado é visto como objeto e não como sujeito, na medida em que aceita passivamente a sua própria dependência e perda de autonomia, liberdade, capacidade de pensar, querer e agir, em reação à ação violenta que sobre si é perpetrada.

A segunda corrente é influenciada pelo feminismo marxista¹⁹, sendo referido que há uma dominação patriarcal, isto é, considera-se a violência como expressão do patriarcado, sendo a mulher vista como um sujeito social autônomo, embora historicamente sob o domínio do controlo social masculino. Esta perspetiva é conhecida através da socióloga Heleieth Saffioti (2004), que difere do pensamento de Chauí (1985) em relação à ideia de cumplicidade da mulher. Nesta linha de pensamento Saffioti (1999; 2004) argumenta que as mulheres são vítimas e sujeitos numa relação de desigualdade de poder com os homens.

Já a corrente relacional trabalha com a singularidade das cenas de violência e rompe com a dicotomia mulher/vítima e homem/agressor, ao conceber a violência como um jogo no qual a mulher não é vítima, mas coautora, com autonomia, e construtora, juntamente com o homem da cena de violência. Desta forma, a violência não é do homem ou da mulher, mas sim do casal, para o qual este fenómeno tem uma função específica. Nesta abordagem “a cultura é considerada um mapa que traz orientações para as pessoas, abrindo possibilidades de combinar prescrições, relações, significados e conceções e não como algo determinante” (Nascimento, 2009, p. 47).

No despertar para este complexo fenómeno, alvo de interesse crescente por parte da comunidade científica, têm vindo a surgir vários estudos em que se definem posições distintas, mas todos com um enfoque pertinente para a questão da violência nas relações de namoro. Face ao que se expõe, em particular em relação à violência nas relações de namoro, observa-se, sobretudo a nível internacional, a existência de duas correntes contrastantes em resultado dos estudos realizados dentro desta temática²⁰.

¹⁹ Feminismo Marxista: “o feminismo marxista, apoia-se na historicidade e responsabiliza o sistema capitalista pela opressão feminina. Essa abordagem considera o patriarcado e o capitalismo como dois sistemas em interação, porém, no desenvolvimento de sua argumentação a causalidade económica toma destaque e o patriarcado está sempre em função das relações económicas de produção” (Fonseca & Guedes, 2011, p. 3).

²⁰ Há a corrente que defende a existência de simetrias na violência entre namorados - a principal ferramenta de pesquisa utilizada pelos pesquisadores dessa corrente é a *Conflicts Tactics Scales* (CTS), sendo que esta ferramenta se destinam “a avaliar o modo como os casais resolvem os seus conflitos, através de estratégias de negociação ou de abuso: (a) abuso físico sem sequelas; (b) agressão psicológica; (c) abuso físico com sequelas; (d) coerção sexual.” (Alexandre & Figueiredo, 2006, p. 14) - que, numa perspetiva mais generalista, refere que no casal a violência pode ser exercida tanto pelo homem quanto pela mulher, igualitariamente, embora com diferentes dinâmicas, frequências, objetivos e consequências (Aldrichi, 2004; Kerman & Powers, 2006; Medeiros & Straus, 2006; Straus et al., 2004). Para os(as) autores(as) que defendem essa perspetiva, a probabilidade de haver violência aumenta à medida que existe o desejo de dominação, que é exercido independentemente do parceiro dominante ser homem ou mulher. No tocante aos agravos, sejam eles de natureza psicológica, física, financeira ou emocional, há consensos que os danos causados são mais significativos para as mulheres do que para os homens.

A outra corrente defende que a violência é fruto da assimetria das relações de género. Essa corrente, segundo Matos (2006), procura compreender os fatores que sustentam a violência nas relações sociais e advoga que, nas relações violentas, não há simetrias, elas são assimétricas. Esta perspetiva tem como referência o feminismo que afirma a influência dos processos históricos, culturais, políticos e ideológicos para a estagnação e o fortalecimento da ordem patriarcal, em nível social e familiar.

Um estudo realizado por Machado, Matos e Moreira (2003), em Portugal em 2002, em contexto universitário, procurou uma caracterização da prevalência do fenómeno da violência no namoro assim como os valores culturais que a legitimariam. Constata-se que para além da violência no namoro atingir níveis considerados preocupantes, os abusadores, também eles próprios, teriam sido vítimas de alguma forma vítima de abuso, entrando num ciclo de violência.

No entanto, os autores Méndez e Hernández (2001) ao pesquisarem a violência no namoro destacam que há dificuldade na decisão de rompimento, uma vez que há probabilidade de o vínculo se manter em consequência do estreitamento de laços afetivos até aí alcançado. De acordo com as autoras, as pessoas enganam-se frequentemente, acreditando que uma relação que se inicia de forma violenta melhora com o tempo. Embora os motivos dos conflitos possam mudar, bem com as justificações para a violência, esta não deixa de ocorrer tendencialmente, mesmo que o parceiro procure fazer tudo que o outro quer. Isto é, depois da agressão vem o pedido de desculpa, novamente a agressão e assim sucessivamente.

2.1.2.3. Tipologias de violência nas relações de namoro

Já aqui foi referido que a dinâmica da violência nas relações de namoro é muito próxima da violência de género e da violência sofrida em contextos familiares. Acrescentamos que a tipologia de violência encontrada nestas últimas também se deteta na especificidade das relações de namoro (Quadro 2). Apesar de ser a violência física a mais evidenciada pelos estudos neste fenómeno da violência no namoro, vêm também destacando-se com igual importância a violência psicológica, económica, sexual e até mesmo o *stalking* (Luiz, 2013)²¹.

Sendo também uma das violências mais comuns nas relações de namoro, a violência psicológica ocorre quando afeta a integridade psicológica e emocional da vítima e a sua dignidade enquanto pessoa. São atos que limitam a liberdade e o desenvolvimento pessoal, cujo objetivo último consiste em controlar a vida da/o namorada/o.

Este tipo de controlo assume várias formas: humilhar ou insultar em privado ou em público; intimidar e ameaçar magoar, matar, difamar ou suicidar-se; criticar negativamente

²¹ De acordo com Luiz (2013), a violência física consiste no uso deliberado da força física com o objetivo de ferir e provocar sofrimento à outra pessoa, deixando ou não marcas evidentes tais como: bofetadas, socos, pontapés, murros, empurrões, puxões de cabelo, tentativas de asfixia, agressão com armas e objetos, agressão com tentativa de homicídio, agredir em locais públicos.

todas as suas ações, características de personalidade ou atributos físicos; gritar; destruir objetos com valor afetivo e outros documentos pessoais; proibições; acusar a outra pessoa de traição; hostilizar pessoas com quem fala; controlar o tempo que passa com familiares e amigos, as roupas, como se relaciona com os outros, SMS, e-mails, Facebook, tempos livres, peso e alimentação, a forma como pensa; isolar a/o namorada/o, limitando os seus contactos com amigos e família; ignorar os pontos de vista da outra pessoa, os seus interesses e sentimentos.

Quadro 3 - Tipificação de condutas segundo formas de violência

Tipo de Violência	Descrição da conduta em relação à pessoa	Crime correspondente na Lei
Violência Física	Agredir (por exemplo: empurrar, puxar, agarrar, amarrar, cortar, bater, atirar objeto, etc.)	<i>Ofensas à integridade física</i> (Artigos 143º a 147º)
	Trancar num quarto/compartimento ou impedir o acesso a toda a casa	<i>Sequestro</i> (Artigo 158º)
	A vítima ter uma incapacidade (por exemplo, dificuldades de locomoção ou défice cognitivo) e ser deixada sozinha por longos períodos de tempo, pondo em risco a sua segurança	<i>Crime de abandono</i> (Artigo 138º)
Violência Psicológica	Ameaçar de forma grave abandonar, castigar, agredir, institucionalizar	<i>Crime ameaça/coação</i> (Artigos 153º e 154º).
Violência Sexual	Sujeitar, sem consentimento a algum tipo de contacto sexual	<i>Crime de coação sexual/violação/ Crime de abuso sexual da pessoa incapaz de resistência</i> (Artigos 163º e 164º, artigo 165º)
Violência Financeira	Roubar ou utilizar objetos e/ou bens contra a vontade do proprietário desses bens	<i>Crime furto/roubo</i> (Artigos 217º 223º)
	Forçar ou obrigar a assinar um documento ou um qualquer papel que conceda direitos a si próprio	<i>Crime de burla/extorsão</i> (Artigos 271º e 223º)
	Utilizar objetos e/ou bens sem autorização	<i>Crime de abuso de confiança/ abuso de cartão de crédito</i> (Artigos 205º e 225º)
	Apropriação de casa, e.g. modificar mobília e decoração da casa, colocar objetos pessoais e/ou ocupar divisões da mesma sem autorização	Sem previsão criminal correspondente

	(apropriação de casa)	
	Não contribuir para as despesas da casa depois de tal ter sido acordado e não havendo incapacidade económica para o fazer (não participação nas despesas domésticas)	Sem previsão criminal correspondente
Negligência	Recusa no apoio às atividades da vida diária	<i>Artigos 10 e 15º</i>

Fonte: Instituto Nacional de Saúde (INSA), 2014, p. 16-17

A violência sexual também está presente nas relações de namoro e surge quando a/o namorada/o é sujeita/o a práticas sexuais contra a sua vontade, por vezes recorrendo a drogas ou chantagem. Falamos concretamente de contactos corporais não desejados; violação ou tentativa de violação; ridicularização do desempenho sexual; pressão para realizar atos sexuais que a pessoa não deseja ou para os quais não se sente preparada; coação sexual; divulgação de filmes ou fotografias pessoais com conteúdo sexual.

A violência económica também é uma forma de violência presente nas relações de namoro e consiste em o agressor negar à vítima o acesso a dinheiro ou bens de primeira necessidade; não permitir que a vítima possa gerir de forma autónoma o seu vencimento; retirar-lhe o vencimento/pensão; negar-lhe a cedência de dinheiro; proibi-la de ter um trabalho.

Por fim, a negligência, prevista no Código Penal (nº2 do artigo 10), verifica-se quando alguém que se encontra obrigado a agir por algum motivo não o faz, abstendo-se, provocando mal-estar, dor, lesão, sofrimento ou até a morte da pessoa que se encontra a seu cuidado ou guarda (Decreto-lei nº48/95 cit. por INSA, 2014).

Recentemente começou a falar-se em Portugal de *stalking*. Apesar de não estar especificamente contemplado na legislação é um comportamento muito comum, quer durante as relações quer após o seu rompimento, principalmente no caso de relacionamentos pautados por comportamentos agressivos. O *stalking* consiste em perseguir a vítima em várias circunstâncias como na rua ou através das redes sociais; fazer ‘esperas’; ir ao trabalho humilhá-la; vigiá-la nos seus diferentes percursos; telefonar incessantemente.

Não obstante, no que toca à lei contra a violência doméstica, esta vem punir com pena de prisão de um a cinco anos os agressores. Mas será que a prisão é a pena mais adequada para o agressor? Será que depois disto as vítimas ficarão mais seguras?

Como se sabe a prisão é considerada uma experiência brutal. Logo, se o agressor vai para um meio violento onde ‘são brutalizados e brutalizam-se’ (Machado & Gonçalves, 2003), será difícil ele voltar menos violento e mais pacífico. Machado e Gonçalves (2003) defenderam a necessidade da sociedade e das comunidades de vizinhos condenarem à partida, a violência doméstica contra as mulheres, crianças, idosos, ou dependentes. Tal condenação terá que ser seguida por um conjunto de medidas de recuperação e de prevenção que impliquem todos os setores das comunidades locais.

2.2. A VIOLÊNCIA NO NAMORO: A REALIDADE PORTUGUESA

O fenómeno da violência nas relações vem-se tornando cada vez mais evidente, o que contribui para a consciencialização da sociedade quanto ao problema. De acordo com o relatório da APAV de 2012, registou-se um aumento percentual de 8,4% nos processos de apoio entre 2010 e 2012. Aumentou também o número de crimes registados pela APAV; houve um aumento de 8,8% de 2010 para 2011 e de 10% de 2011 para 2012, e no que toca ao número de vítimas houve igualmente um aumento de 29% no espaço de dois anos.

Relativamente aos crimes registados pela APAV, 19,9% são contra a vida e de ofensas à integridade física, enquanto 26,2% são de coação/ameaças (crimes contra a liberdade pessoal); temos ainda 12,4% de difamação nos crimes contra a honra e 3,1% de violação dentro dos crimes sexuais. De acordo com os relatórios da APAV os crimes têm sofrido aumentos de ano para ano, o que mostra a necessidade de consciencializar os indivíduos face a este problema.

No que toca ao perfil das vítimas, 81,1% eram mulheres e entre estas 28,6% tinham idade entre os 25 e os 54 anos. Já o perfil dos agressores regista 79,5% do sexo masculino, dos quais 16,1% tinham idades entre os 36 e os 50 anos. É em Lisboa que se concentra o maior número de registos com 38,4% dos casos de violência, seguindo-se o Porto com 16,6% dos casos. Dos 7291 casos de violência registados em 2012 na APAV, 109 foram cometidos por namorados e 160 por ex-namorados, o que corresponde a 2,2% dos crimes registados (APAV, 2012).

Segundo a Direção Geral da Administração Interna (DGAI), em 2012, foram participados à Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e pela GNR, 26678 ocorrências de casos de violência doméstica, correspondendo o valor global, em média, a 2223 participações por mês, 73 por dia e 3 por hora. No primeiro semestre de 2013 houve 12780

participações registadas pelas FNSP, o que corresponde a uma taxa de variação de +3,7% face ao período homólogo de 2012.

Segundo o relatório da DGAI, o tipo de violência que leva as vítimas a registar a ocorrência corresponde a violência psicológica em 78,9% dos casos, a violência física em 72% dos casos, a violência económica em 7,8%, a violência social em 10% e a violência sexual em 1,7% dos casos.

Uma em cada três portuguesas é vítima de violência, acontecendo as agressões maioritariamente na esfera privada e os agressores são quase sempre maridos, companheiros ou namorados. É ainda indicado no relatório que a violência contra as mulheres, no espaço doméstico, é a principal causa de morte e invalidez entre as mulheres com idades compreendidas entre os 16 e os 44 anos na Europa. Os dados do Conselho da Europa apontam que 12% a 15% das mulheres com mais de 16 anos passam por situações de abuso nas relações amorosas. E em Portugal, estudos com cerca de 5 anos mostram que muitos jovens entre os 15–25 anos já foram vítimas de violência no namoro. No entanto, um estudo da Universidade do Minho indica que esta faixa da população tem uma perceção errada da violência no namoro, o que permite muitas vezes a sua prevalência.

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA INTERPESSOAL

A constituição de uma legislação de combate à violência interpessoal teve início praticamente com a luta pela igualdade de género. Durante a década de 90 do século XX foi dado um dos passos mais importantes em torno da controversia da violência contra as mulheres; nesta década a violência passou a constituir-se como um problema na agenda política e social nacional.

“No entanto a definição internacional da violência contra as mulheres como violação dos direitos humanos desencadeou um processo de profunda transformação social. Uma das dimensões deste processo está relacionada com a criminalização de formas de violência ocorridas no espaço doméstico.” (Lisboa et al., 2009, p. 15)

Previamente, o Direito registava aqui algumas limitações uma vez que a legislação abrangia apenas a esfera pública, ocultando-se a esfera privada - por excelência o espaço histórico e social da mulher e das relações privadas.

A primeira lei criada com o objetivo de prevenir a violência e proteger as mulheres suas vítimas foi a Lei n.º 61/91, de 13 de agosto. Esta Lei responsabiliza o Estado na execução de medidas como o desenvolvimento de mecanismos de prevenção e apoio, promoção de estudos sobre a mulher e dos seus direitos, apoiar a criação de associações de proteção e apoio a mulheres vítimas de crime, entre outras.

Avançando, o Decreto-Lei n.º 423/91 de 30 de outubro vem referir que o Estado deve assumir a responsabilidade no sentido de ressarcir as vítimas de crimes violentos através de indemnização. Neste Decreto verifica-se um primeiro passo a nível de concretizar esse objetivo em consonância com atos internacionais, nomeadamente do Conselho da Europa, com vista à indemnização das vítimas de criminalidade violenta.

Importa também referir que no Código Penal desde 1991, a definição dos crimes associados à violência interpessoal – principalmente da violência nas relações íntimas – evoluiu: eliminaram-se os contornos moralistas na organização do próprio Código e nas definições de crime, introduziu-se a perspetiva da igualdade de género tipificaram-se novos crimes e procedeu-se à redefinição de contextos e de atos criminalizados.

Em 1995 surge a alteração do Código Penal de 1982, entrando em vigor um novo Código Penal a partir do Decreto-lei n.º 48/95 de 15 de março, o que marca uma grande diferença principalmente no que concerne ao enquadramento dos crimes abrangidos pela Lei n.º 61/91. Salienta-se aqui a seguinte alteração no Código Penal de 1995: os crimes sexuais são deslocados do capítulo relativo aos crimes contra valores e interesses da vida em sociedade para um capítulo autónomo com o título de “crimes contra as pessoas” e sob a epígrafe “Dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”.

Em 1998 surgem mudanças significativas com a Lei n.º 59/98 de 25 de agosto que altera o Código de Processo Penal ao incluir a medida de afastamento do ofensor da casa de morada comum com a vítima, em casos de violência doméstica.

Um ano depois é aprovada a Lei n.º 129/99 de 20 de agosto que consagra o regime aplicável ao adiantamento por parte Estado de indemnização devida às vítimas de violência conjugal. Ainda em 1999, a Lei 136/99 de 28 de agosto faz a primeira alteração ao Decreto-lei 423/99 de 30 de outubro (regime jurídico de proteção às vítimas de crimes violentos).

Conforme o avanço da legislação, em 2000, a Lei n.º 7/2000 de 27 de maio, no artigo n.º 152, “Maus-tratos e infração de regras de segurança”, vem definir como crime público a violência contra o cônjuge ou a quem com ele conviver em condições análogas às dos cônjuges. Ou seja, o Estado pode acionar a moldura penal sem o consentimento da vítima e do

autor. E ainda relata que as penas aplicáveis não se restringem à pena de prisão. Nos casos de maus-tratos físicos ou psíquicos infligidos ao cônjuge, ou a quem com ele conviver em condições análogas às dos cônjuges e a progenitor de descendente comum em 1º grau, pode aplicar-se “a pena acessória de proibição de contacto com a vítima, incluindo a de afastamento da residência da vítima”.

No entanto, em 2007, surge uma nova revisão do Código Penal com a violência doméstica a assumir definição própria e autonomia no artigo n.º 152. O artigo n.º 152 do Código Penal (Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro) incide sobre os atos de “maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais”, infligidos de forma reiterada ou não. O presente artigo aplica-se a crimes contra o “cônjuge ou ex-cônjuge”; “a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação”; “o progenitor de descendente comum em 1º grau”; ou “a pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite”.

Dada a importância da proteção surge a preocupação de prevenção e é neste sentido que a Lei n.º 112/2009 de 16 de setembro vem estabelecer o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas. A proteção e prevenção ganham um novo suporte com a aprovação da Portaria n.º 229-A/2010 de 23 de abril que institui o documento comprovativo da atribuição do estatuto de vítima. Em 2010 expande-se a proteção no sentido de aumentar a sua eficácia com a Portaria n.º 220-A/2010 de 16 de abril, que estabelece as condições de utilização inicial dos meios técnicos de teleassistência e de controlo à distância. Destacamos que o Sumário de aprovação do Código Penal (Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março) marca um ponto de viragem ao abandonar a conceção moralista, ou seja, os sentimentos de moralidade, para emergir em favor da liberdade e autodeterminação sexuais, bens eminentemente pessoais.

2.3.1. Planos de combate à violência

Diante da gravidade deste fenómeno surgiu a necessidade de desenvolver políticas que visassem a intervenção e a prevenção desta problemática, principalmente no âmbito da violência interpessoal.

Deste modo, em 1999 surgiu o primeiro Plano Contra a Violência Doméstica aprovado pela Resolução da Presidência do Conselho de Ministro n. 055/99 – sendo neste

mesmo ano que se comemoraram os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, um marco importante para assinalar com mais uma atitude de defesa da dignidade da pessoa humana. O governo considerava a violência doméstica uma preocupação atual e um flagelo que punha em causa o próprio cerne da vida em sociedade e da dignidade da pessoa humana.

O I Plano Contra a Violência Doméstica considerou urgente aprofundar os métodos de cooperação entre todos os implicados nos processos de resposta aos problemas da violência doméstica e teve como principais objetivos: sensibilizar e prevenir, intervir para proteger a vítima, e investigar e estudar o fenómeno. Dado que a vigência deste plano foi de três anos, dá-se sequência em 2003 quando a Presidência do Conselho de Ministro aprova o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2003-2006).

O II Plano Nacional contra a Violência Doméstica refere que esta problemática não é estritamente nacional²². Pelo contrário, a prática da violência doméstica é um problema que atravessa os tempos e um fenómeno com características semelhantes em países cultural e geograficamente distintos e mais ou menos desenvolvidos. Estas circunstâncias envolvem um problema complexo, com facetas que entram na intimidade das famílias e das pessoas, que se agrava por não obedecer a regras consensuais, e cujo combate é penalizado pela limitação de prova testemunhal pelo facto de muitas vezes ocorrer em espaços privados. Portanto o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2003-2006) traçou como objetivos: a informação, sensibilização e prevenção, formação, legislação e sua aplicação, proteção da vítima e integração social, investigação, resposta a mulheres imigrantes²³.

Dada a relevância da problemática, abordam-se sequencialmente os restantes Planos contra a Violência. Em 2007 é aprovado o III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007-2010), estruturado em cinco áreas estratégicas de intervenção a partir das quais surgem as respetivas medidas para a sua operacionalização e priorizadas da seguinte forma: na primeira estratégia, informar, sensibilizar e educar; na segunda estratégia, proteger as vítimas

²² Dada esta gravidade justifica o interesse que as principais organizações internacionais têm dedicado a este problema nas últimas décadas. Em Portugal não tem sido diferente, de acordo com a UMAR no período de 2004 foram assassinadas 40 mulheres em consequência direta da violência doméstica.

²³ Verifica-se que no II Plano se sentiu a necessidade de implementar mais ações para responder a esta problemática, passando a fazer parte do II PNVD (2003-2006) a formação de profissionais de diversas áreas e de elementos da sociedade para lidar que lidam com o problema da violência. Neste Plano também passou a ser fundamental uma atenção especial à legislação, ao poder judicial e às forças de segurança enquanto parceiros imprescindíveis na garantia de aplicação das normas existentes, principalmente no incentivo de uma revisão da lei, com objetivo de garantir a integridade física e moral das vítimas de violência doméstica e outras. Neste II Plano ainda foi acrescentada importância para que estas mesmas medidas abrangessem as mulheres imigrantes pelo facto de que, neste período, o problema da violência doméstica também se fazia sentir muito presente nas comunidades migrantes.

de violência doméstica; na terceira estratégia, capacitar e reinserir as vítimas de violência doméstica; na quarta estratégia, qualificar os profissionais; finalmente, na quinta estratégia, aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno da violência doméstica²⁴.

É de notar o aprimoramento sequencial na elaboração dos vários PNVD, uma vez que se verifica a importância crescente atribuída à investigação e conhecimento do fenómeno, permitindo assim projetar intervenções mais adequadas. Aumentou o foco sobre a legislação como garantia de proteção às vítimas, mas também o investimento na intervenção junto dos agressores. Outro fator de importância são as medidas direcionadas para a promoção de competências sociais e pessoais das vítimas, tendo como princípio norteador o seu ‘empoderamento’.

Em dezembro de 2010 é aprovado o IV PNVD (2011-2013) e, devido à experiência adquirida com os Planos anteriores, este passa a gozar de maior estatuto, sendo considerado um instrumento de políticas públicas de combate à violência doméstica e de género. Assim, o IV Plano tende à consolidação da estratégia e das ações anteriormente desenvolvidas, reforçando a sua articulação de forma estruturada e consistente. Este Plano procura consolidar o sistema de proteção às vítimas e o combate à violência doméstica, assim como fomentar a adoção de medidas estratégicas em relação à prevenção, às situações de risco, à qualificação de profissionais e à intervenção em rede, numa lógica de proximidade que procura envolver, cada vez mais, os municípios, os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil. Tal como o Plano anterior este está estruturado em cinco áreas estratégicas de intervenção, concretizadas em 50 medidas, e tem como objetivo apresentar uma resposta integrada no combate à violência doméstica em Portugal, em consonância com as orientações europeias e internacionais. Neste sentido ainda procura prevenir o crime de violência doméstica junto do público em geral e de públicos estratégicos, difundindo uma cultura de não-violência e de cidadania, através da promoção de novas masculinidades e novas feminilidades promotoras da igualdade de género nos processos de socialização²⁵.

²⁴ Neste III Plano, as definições de intervenção vêm estruturadas com maior especificidades no que se deve intervir. A primeira área estratégica de intervenção traduz-se em 25 medidas que contemplam essencialmente uma intervenção concertada ao nível de campanhas e ações de sensibilização dirigidas à população em geral e às escolas. A intervenção na violência no namoro é contemplada nesta primeira área onde faz parte da sexta medida de intervenção “Promover campanha de sensibilização contra a violência no namoro”.

²⁵ Neste IV Plano também está presente a preocupação com a problemática da violência no namoro, fazendo parte da primeira medida a “dinamização de bolsas locais de animadores(as) juvenis para prevenir a violência no namoro”. Esta dinamização tem o objetivo de desenvolver ações para eliminar estereótipos e permitir a promoção de novas masculinidades, desenvolver ações para promoção do empoderamento de jovens raparigas e, ainda, elaborar guiões e produtos educativos para ações de sensibilização. O IV Plano considera como instrumentos fundamentais a informação, a sensibilização e a educação para prevenir e combater a violência doméstica e a violência de género. Verifica que neste Plano dá-se uma especial atenção ao combate a

Atualmente está em vigor o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (2014-2017) que se enquadra nos compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais, designadamente no âmbito da Organização das Nações Unidas, do Conselho da Europa, da União Europeia e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Destaca-se desde logo, pela sua relevância e atualidade, a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul).

O V Plano apresenta alterações significativas em relação aos Planos anteriores, começando logo no próprio título, mais abrangente, de forma a destacar não só o combate mas também a prevenção. Este atual Plano assenta precisamente nos pressupostos da Convenção de Istambul, alargando o seu âmbito de aplicação, até aqui circunscrito à violência doméstica, a outras formas de violência de género. Esta mudança de padrão faz com que o V Plano abranja outras formas de violência de género, como a mutilação genital feminina²⁶ e as agressões sexuais. Neste sentido verifica-se que para além do combate e prevenção da violência faz-se notar a importância do conhecimento no âmbito das várias formas de violência, para dar resposta à necessidade de englobar uma maior diversidade de problemáticas existentes dentro do tema. No que diz respeito à violência doméstica, este Plano procura consolidar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na área, assimilando as mais recentes orientações europeias e internacionais sobre a matéria.

Neste V Plano estão planeadas estratégias no sentido da proteção das vítimas, da intervenção junto de agressores, do aprofundamento do conhecimento dos fenómenos associados, da prevenção dos mesmos, da qualificação dos profissionais envolvidos e do reforço da rede de estruturas de apoio e de atendimento às vítimas existente no país. A informação, a sensibilização e a educação continuam a ser focos fundamentais para prevenir a violência de género e a violência doméstica. Atuar na prevenção significa combater a violência na sua raiz e em toda a dimensão das suas causas, procurando desenvolver estratégias conducentes a uma sociedade assente na igualdade e livre de discriminação e violência.

violência de género e tem por objetivo a eliminação dos estereótipos de género ao nível da população em geral e junto de públicos.

²⁶ Na esteira deste entendimento, o III Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina, que visa combater uma das mais graves violações de direitos humanos cometidas contra raparigas e mulheres, passa a fazer parte integrante do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017.

Tal como nos Planos anteriores, a prevenção da violência nas relações de namoro constitui uma problemática de suma importância a combater, pelo que a primeira estratégia do V Plano consiste em medidas como a dinamização de bolsas de animadores juvenis constituídas por voluntários preparados para executar a tarefa. Ainda nesta primeira estratégia é focada a prevenção da violência no âmbito da intimidade entre pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis (LGBT), tendo presente que o problema é transversal aos géneros.

Este Plano Nacional atualmente em vigor, em consonância com a aprendizagem e percursos dos Planos já implementados, procura consolidar todo um trabalho desenvolvido no passado e alargar a intervenção para outras formas de violência. Assume-se uma maior intensidade sobre a prevenção da violência doméstica, mas procurando também estendê-la à população em geral, sensibilizando-a e promovendo a eliminação de práticas tradicionais nocivas, em particular da mutilação genital feminina.

Concluindo, os Planos até agora desenvolvidos têm vindo a evoluir e a visar cada vez mais aspetos da violência ao ritmo da identificação de carências e procurando sempre difundir uma cultura de igualdade e de não-violência.

Após a apresentação de algumas referências teóricas assinalando os principais marcos evolutivos, torna-se pertinente não só referir o quadro teórico da intervenção social na violência no namoro, como também a perspetiva de intervenção social no mesmo âmbito.

CAPÍTULO III.

A INTERVENÇÃO SOCIAL NA VIOLÊNCIA DO NAMORO

“O desenvolvimento de programas de prevenção da violência nas relações íntimas não tem sido acompanhado da mesma forma por estudos que ilustrem a sua eficácia. A literatura é particularmente escassa relativamente a estudos sobre o impacto desses programas de prevenção” (Matos et al., 2006, p. 69).

A falta de informação relativamente a esta área em Portugal torna clara a necessidade de criação de uma base de dados que permita compreender melhor as dimensões deste fenómeno em todas as suas componentes (categoria de abuso, grupo de população que é vítima e grupo de abusadores). Esta falta de conhecimento revela a urgência da criação de medidas que definam estratégias de prevenção, assim como estratégias de intervenção imediata (Carvalho, 2011).

Torna-se fundamental reforçar o empenho político e a intervenção conjunta de todos os decisores para identificar formas e recursos que previnam e combatam de forma sustentada a violência contra as mulheres e o envolvimento de toda a comunidade não só na identificação das situações e do acolhimento decorrente, mas no empenhamento ativo na sua eliminação. A finalidade é garantir a igualdade, a liberdade e a dignidade das mulheres.

3.1. SERVIÇO SOCIAL E A INTERVENÇÃO SOCIAL

A intervenção social, de forma geral, procura o interesse de desenvolvimento local ou individual das condições de vida de uma determinada parte da população. A intervenção pode ser desenvolvida a partir de um projeto ou de um plano de vida, cujas ações serão relevantes para a contribuição da melhoria da qualidade de vida.

De acordo com Moura (2006, p. 146) a intervenção do “Serviço Social criou com esta uma relação de simbiose desde a sua emergência como profissão, o que explica o facto de durante muito tempo se ter tornado no seu protagonista, especificamente no que diz respeito à sua fase de execução no terreno”. Neste sentido desenvolveu uma interdependência com a intervenção que fez com que tivessem partilhado objetivos e propósitos, apesar da ambiguidade ideológica que envolveu os respetivos modelos identitários²⁷.

O Serviço Social é uma área das ciências sociais e uma profissão que tem como objetivo provocar mudanças sociais, individuais e coletivas. Os profissionais de serviço social desenvolvem um trabalho com vista a: alcance do bem-estar e da realização pessoal dos seres

²⁷ Modelos Identitários: Esta ambiguidade resulta, em parte, do facto de coabitarem no mesmo espaço cultural, independentemente de se poderem diferenciar em termos dos seus princípios ideológicos.

humanos; desenvolvimento e utilização disciplinada do conhecimento científico relativo ao comportamento das pessoas e sociedades; desenvolvimento de recursos destinados a satisfazer necessidades e aspirações individuais, coletivas, nacionais e internacionais; realização da justiça social. Trata-se por isso de uma profissão que tem um compromisso com a cidadania e que, ao mesmo tempo, luta pelo reconhecimento do valor humano, pelo respeito pela igualdade entre os indivíduos e pelo direito das pessoas governarem com liberdade a sua vida e tomando as suas próprias decisões (Branco & Portas, 1999).

As intervenções do serviço social podem consistir em tratamento de casos, serviços terapêuticos destinados a proporcionar educação parental, apoio à criança e aconselhamento familiar e apoio à família. As intervenções também podem incluir serviços concretos, como o apoio ao rendimento ou auxílio material, colocação institucional, apoio mental, serviços de saúde, serviços de saúde em casa, supervisão, educação, transporte, habitação, serviços médicos, serviços jurídicos, de assistência em casa, a socialização, nutrição infantil e cuidados de repouso (Chalk & King, 1998).

A competência do Assistente Social não se refere apenas ao trabalho social, mas a um trabalho social de intervenção. Na prática e no presente, este trabalho de intervenção social refere-se em grande parte aos serviços de ação locais, agindo em conformidade com a autoridade social, assumindo poderes e responsabilidades em intervir na vida dos indivíduos e das famílias, geralmente com o seu consentimento. É nestas áreas de trabalho social que muitas das tensões e conflitos surgem, não só para os Assistentes Sociais, como também para as pessoas que utilizam os seus serviços e indivíduos em geral, uma vez que estes se podem sentir renitentes em procurar ajuda por temor do que poderia resultar em julgamentos sobre a sua capacidade de lidar de forma independente com os seus problemas ou cuidar adequadamente dos seus filhos, entre outras situações (Brand, Reith & Statham, 2005).

O Serviço Social é uma profissão que se insere no âmbito da relação entre sujeitos sociais e o Estado nos diversos contextos sociais e históricos de atuação profissional, desenvolvendo uma praxis social e um conjunto de ações de natureza socioeducativa, que incidem na reprodução material e social da vida, numa perspetiva de transformação social, comprometida com a democracia e com o enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecendo a autonomia, a participação e o exercício da cidadania, na defesa e conquista dos direitos humanos e da justiça social. De um modo geral apresenta quatro objetos diferentes:

- Instituições que prestam determinados serviços e que são empregadoras de trabalhadores sociais para a implementação de tais serviços;

- Um benefício ou serviço específico no âmbito do sistema de serviços sociais;
- Um ‘corpus’ conceptual, metodológico e prático que vem sendo elaborado em torno da profissão e das instituições que prestam este tipo de serviços;
- Uma profissão ou corpo profissional que realiza determinadas atividades, também designadas de assistência social (Branco & Portas, 1999).

Moura (2006) afirma que o exercício da Intervenção Social não surgiu de forma descabida, na medida em que respondeu mais a uma necessidade política do que a uma necessidade de desenvolver os valores da solidariedade. Embora se tenha constituído na sociedade industrial como um processo de regras para tratamento das desigualdades, alargou o seu campo de intervenção aos processos de vulnerabilização nas formas de estar na vida e de relação com a vida social. Moura (2006, p. 168) também relata que o “exercício da intervenção social corresponde a uma dinâmica que (...) sob a forma de ajuda social, foi absorvida pelo poder político, transformando-se num artefacto social com capacidade de converter a intervenção política numa prática social e vice-versa...”. Desta forma a intervenção social disponibiliza vários modelos que permitem a sua utilização em diferentes problemáticas e em diferentes circunstâncias.

São diversos os textos que recentemente assinalam e destacam a relevância das teorias para a Intervenção Social. A teoria proporciona ao Assistente Social uma orientação, um guia, frente à desorientação e caos que representam as novas problemáticas que tem pela frente. Como o seu epicentro, enquanto profissional, se circunscrevia a uma atuação ao nível das desigualdades sociais e a necessidade de legitimar a conceção teórica que defende que a requalificação das condições de vida da população carenciada era imperativa para o exercício do desenvolvimento, o Serviço Social projetou-se como instrumento ativo da sua confirmação. Para o efeito, associou o paradigma científico construído pela sociedade industrial, no sentido de tornar a realidade objetiva sem que se questionasse o valor dessa objetividade, ao seu propósito profissional de articular conhecimento e ação, embora a ação assumisse um lugar de maior destaque.

Contudo, de acordo com García (2009), os modelos representam as linhas fundamentais, traduzindo a realidade numa linguagem lógica, que serve de suporte estrutural para realizar tentativas de explicação e avaliar a eficácia das hipóteses a usar na intervenção. Também Garro (2009) aponta que ao longo do desenvolvimento histórico do trabalho social foram gerados diferentes modelos de prática, com base em fundamentos teóricos diferentes.

Assim, estes modelos foram mudando e evoluindo enquanto cresce a diversidade metodológica e epistemológica no Serviço Social²⁸.

Pode ainda referir-se que se por um lado alguns modelos não têm sofrido alterações ao longo do tempo, outros vão surgindo com ímpeto. Este dinamismo pode ser observado hoje com o surgimento de novos modelos de intervenção fundamentados na pesquisa do Serviço Social. O autor destaca os modelos que, do seu ponto de vista, exerceram uma grande influência sobre a prática do Serviço Social: Modelo Psicodinâmico; Modelo de Intervenção em Crise; Modelo Focado na Tarefa; Modelo Cognitivo-Comportamental; Modelo Humanista e Existencial; Modelo Crítico/Radical; Modelo de Gestão de Casos e o Modelo Sistémico.

3.1.1. Modelos de intervenção social

Atendendo à relevância do conhecimento teórico para uma intervenção social, importa referir alguns modelos considerados os mais pertinentes para a problemática da violência no namoro, nomeadamente o modelo sistémico, o modelo ecológico e o modelo de intervenção em crise.

3.1.1.1. Modelo sistémico

O Modelo Sistémico surge no domínio da Física e das Matemáticas. É uma espécie de esperanto científico já que todas as ciências tendem a utilizar uma abordagem sistémica por permitir a seleção de informação relevante para a ação, fornecendo uma visão mais global da realidade e salientando os elementos em interação numa determinada situação, nomeadamente em casos de realidades complexas.

²⁸ Note-se que várias séries de modelos não são isolados, não representam ‘mundos diferentes’, ou diferentes formas de sentir ou pensar sobre a realidade; são simplesmente maneiras diferentes de análise de diferentes eventos ou problemas sociais, diferentes formas de observar essa condição e/ou como intervir sobre eles.

Quadro 4 - A aplicação da abordagem sistémica ao processo de intervenção social

Abordagem analítica	Abordagem sistémica
Isola: concentra-se nos elementos	Interliga: concentra-se nas interações entre os elementos
Considera a natureza das interações	Considera os efeitos das interações
Apoia-se na precisão dos pormenores	Apoia-se na perceção global
Abordagem eficaz quando as interações são lineares	Abordagem eficaz quando as interações não são lineares
Conduz a uma ação programada no seu pormenor	Conduz a uma ação por objetivos

Fonte: Adaptado de Rosnay, 1995, p. 106

O núcleo da sua teoria são as interações dos elementos dentro de um sistema, incluindo os seus relacionamentos, as suas estruturas e a sua interdependência. Um sistema é uma organização de elementos ligados por algum tipo de interação ou dependência formal. Os componentes do sistema interagem uns com os outros e influenciam-se mutuamente. Através desta interação, os componentes são parte de um todo, que é maior do que a soma das partes. De tal modo que qualquer ação que produza uma alteração numa das partes irá também produzir alterações noutras partes do sistema. Além disso, a interação das várias peças ou elementos que compõem o sistema são diferentes das propriedades de cada um dos elementos ou partes dos mesmos (Garro, 2009).

A abordagem sistémica assenta em três princípios: “elevar-se para ver melhor, relacionar para melhor compreender e situar para agir melhor” (Rosnay, 1995, p. 15). De facto, “o macroscópio é, pois, uma nova metodologia de reunir e organizar os conhecimentos com vista a uma maior eficácia da ação (Rosnay, 1995, p. 81).

De forma sucinta, existem duas grandes abordagens na visão sistémica: (1) a teoria geral dos sistemas de Pincus e Minahan e (2) a teoria ecológica dos sistemas.

Opta-se neste ponto por abordar e analisar detalhadamente o primeiro modelo de Pincus e Minahan, deixando a segunda teoria para o ponto seguinte desta tese. Assim, analisa-se no Quadro 5 os sistemas básicos do Serviço Social segundo os referidos autores.

Quadro 5 - Sistemas básicos do Serviço Social (Pincus & Minahan, 1973)

Sistema	Descrição	Detalhe
Sistema do Agente de Mudança	Interventores sociais e as organizações em que trabalham	
Sistema-cliente	Pessoas, grupos, famílias, comunidades que procuram ajuda e que trabalham com o sistema do Agente de Mudança	Os clientes de facto são aqueles que aceitaram receber ajuda e que se implicaram; Os clientes potenciais são aqueles que o interventor social está a tentar implicar.
Sistema-alvo	Pessoas das quais o Agente de Mudança está a tentar obter mudanças para atingir os seus objetivos.	O sistema-cliente e o sistema-alvo podem ou não ser o mesmo.
Sistema de ação	Pessoas com quem o sistema de agente de mudança está a trabalhar para atingir os objetivos	Os sistemas cliente, alvo e de ação podem ou não ser o mesmo.

Fonte: Payne, 1997, p. 143

São várias as dificuldades dos clientes na utilização de Sistemas de Apoio, uma vez que os sistemas podem não existir nas suas vidas, ou não ter os recursos suficientes ou apropriados ao seu problema. “Os indivíduos podem não conhecer aqueles sistemas ou não querer fazer uso deles, sendo que a estratégia dos sistemas pode criar novos problemas aos clientes e/ou os sistemas podem estar em conflito entre si” (Payne, 1997, p. 141).

Desta forma, as fases da intervenção em Serviço Social segundo Pincus e Minahan são:

Quadro 6 – Fases de intervenção em Serviço Social

Fase	Atividades	Competências e métodos
1. Avaliar os problemas	Constatar o problema	Cada problema tem 3 partes: as circunstâncias sociais, pessoas que decidem que as circunstâncias são um problema e as razões para a sua decisão.
	Analisar os sistemas	Considerar como estes afetam a situação social.
	Definir objetivos	Incluir passos que conduzam ao objetivo geral. Analisar a exequibilidade e prioridades entre objetivos.
	Definir a estratégia	Quem está envolvido de cada um dos quatro sistemas básicos? Analisar pontos de entrada para estes sistemas e recursos, relacionamentos necessários e dificuldades esperadas.
	Estabilizar o esforço de mudança	Verificar problemas para o cliente decorrentes da mudança e tentar preveni-los.
2. Recolher dados	Questionar	Verbalmente, por escrito ou utilizando testes.
	Observar	Visitas ao domicílio, simulações, utilização de técnicas de estímulo (ex: utilizar brinquedos com crianças).
3. Fazer os contactos iniciais	Verificar a existência de registos	Escritos, noutros formatos, verbais.
	Acesso	A pessoa no sistema-cliente
	Contactar	Outras partes do sistema
	Ultrapassar a ambivalência	Remover resistências à ajuda
	Promover	Demonstrar o valor do trabalho da agência para os objetivos do sistema-cliente

4. Negociar um contrato	Primário	Entre interventor e cliente
	Secundário	Entre interventor e outros sistemas
	Definir conteúdos	Objetivos importantes das duas partes, tarefas que cada uma irá desempenhar, descrição do processo de mudança
	Estabelecer um bom relacionamento	Explicar os objetivos do contrato, clarificar os seus termos, solucionar desentendimentos
	Lidar com a resistência	Envolver outros membros do sistema ou de outros sistemas, aceitar e reconhecer a resistência, dar nova informação, encorajar o otimismo, estabelecer objetivos de teste, utilizar grupos para influenciar coletivamente
5. Formar sistemas de ação	Decidir a dimensão e composição	Exs: interventor + cliente cliente + família + interventor interventor + outra agência cliente + interventor + outra agência
	Definição dos procedimentos operacionais	Duração dos contactos, tempo e frequência das sessões, local, regras de comportamento.
6. Manter e coordenar os sistemas de ação	Evitar a entropia do sistema	Construir bons relacionamentos; tornar os papéis, comunicações, poder, lealdades, atitudes, valores e objetivos consistentes; evitar alterar ou ser explícito em relação a alterações nos papéis, procedimentos operacionais, atividades dos sistemas,...

7. Influenciar os sistemas de ação	Tomar em consideração o princípio da reciprocidade (o que afeta qualquer parte do sistema, afeta todo o sistema)	Utilizar o conhecimento e experiência, controlo sobre a informação,...
8. Finalizar o esforço de mudança	Avaliação final	Fazer em conjunto avaliações do progresso obtido durante as atividades levadas a cabo.
	Preparar a desvinculação	
	Estabilizar o esforço de mudança	

Fonte: Payne, 1997, p. 144-145

Finalmente no que respeita às vantagens da Abordagem Sistémica pode afirmar-se que esta tem uma visão mais social do Serviço Social. Liga-se, no entanto, e com sucesso a teorias psicológicas e é unitária, integrada ou holística (reforça o carácter generalista do Serviço Social, ultrapassando as especialidades no seu seio). Permite lidar com uma grande quantidade de informação, evita explicações lineares, determinísticas ou de causa-efeito, privilegiando a multicausalidade e a causalidade circular e enfatiza as transações entre entidades. Deve ainda referir-se que foca o impacto do isolamento e da falta de estímulos adequados para o sistema, dá ênfase à capacidade de autorregulação dos sistemas (homeostase), enfatiza a capacidade de sustentar um equilíbrio adaptativo ao meio e reconhece importância do conceito de crise. Sucintamente, é importante na análise da família e no desenvolvimento de processos de Terapia Familiar (Garro, 2009).

Nesta perspetiva, a intervenção é feita com vista à prestação de serviços individuais que virão a beneficiar o coletivo (Mouro & Simões, 2001).

3.1.1.2. Modelo ecológico

A par da teoria sistêmica abordada, outras se apresentam para explicar/compreender a intervenção social. A teoria ecológica-sistêmica de Bronfenbrenner, que surgiu nos anos 70, é uma delas. Segundo esta teoria ou paradigma, existem 5 sistemas que exercem influência sobre a família, os quais esta também influencia. A família deve, então, ser compreendida à luz da influência que os vários sistemas têm sobre ela e vice-versa. De outra maneira, a família seria um sistema fechado em si mesmo, o que não é o caso (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Os 5 subsistemas que Bronfenbrenner propõe são indissociáveis e exercem a sua influência sobre os indivíduos e relacionamentos entre si estabelecidos. O primeiro sistema é o microssistema, no qual o indivíduo se move e estabelece interações diretas com a família, amigos, escola e vizinhos. Segue-se-lhe o mesossistema que diz respeito às relações que os diversos microssistemas estabelecem entre si e às conexões entre os diferentes contextos. Por exemplo, uma família caracterizada pela violência doméstica pode exercer influência negativa no rendimento escolar das suas crianças. Neste caso, há uma interdependência de dois microssistemas.

O exossistema contempla todas as situações/condições sociais exteriores ao indivíduo que exercem influência sobre ele. Este sistema abarca, por exemplo, as relações com a família alargada, o abono de família dado pela Assistência Social, o ambiente/condições de trabalho dos indivíduos, etc.

Por sua vez, o macrossistema diz respeito à cultura, ideologia e valores da sociedade em que as famílias estão inseridas. Inclui, por isso, as leis, os costumes, os valores políticos e sociais, a religião, etc.

Por último, o cronossistema remete para as transições ao longo da vida do indivíduo, como os períodos críticos no desenvolvimento, e para as condições sócio históricas em que o indivíduo se encontra (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Quadro 7 - Quadro do Modelo Ecológico em contextos de vulnerabilidade

Microssistema	Exossistema	Macrossistema
Mãe – Pai: – Problemas psicopatológicos – Falta de capacidade prática – Pouca tolerância ao stress – Estratégias inadequadas de resolução de problemas – Ignorância das características evolutivas da criança Criança: – Enfermidades frequentes – Temperamento difícil – Hiperatividade – Características físicas – Sexo Composição familiar Interações Pai-Mãe-Filho	Trabalho: – Desemprego – Insatisfação Socialização com o exterior – Isolamento – Falta de apoio social Classe social	Desenvolvimento económico-social Ideologia social: – Práticas sociais – Atitude perante a infância

(Adaptado de De Paul, 1988)

Resumindo, “a perspetiva ecológica apresenta uma conceção de ambiente complexa e holística no sentido de compreender o ambiente concreto e multidimensional, constituído por constante apropriação dinâmica, reveladora do carácter humano do indivíduo como sujeito ativo e interativo com o ambiente que o rodeia” (Bronfenbrenner & Morris, 1998, p. 76). De facto, compreender a estrutura e o funcionamento da família só é possível se atendermos às suas características enquanto sistema aberto que exerce e recebe influências dos outros sistemas em que os seus elementos se movem direta ou indiretamente.

3.1.1.3. Modelo de intervenção em crise

Segundo Stuart e Laraia (2002), torna-se necessária a intervenção quando o estado de desequilíbrio interno resultante do surgimento de um evento stressante ou de uma ameaça percebida à integridade da pessoa não encontra resposta satisfatória através dos mecanismos

de *coping* do indivíduo ou da família, os quais se mostram inadequados para fazer face às necessidades da situação, em combinação com a perceção que o utente tem do significado do evento. Normalmente é possível identificar a ameaça ou evento que desencadeia a crise. Os autores referem ainda que o utente que necessita de intervenção social deve ter uma perceção exata do acontecimento que precipitou o estado de crise, deve ter consciência dos recursos humanos e materiais disponíveis e aprender a gerir os sentimentos.

De facto, todos os especialistas em Intervenção Social em situações de crise e trauma estão de acordo que antes de se intervir deve ser feita uma avaliação completa da situação, processo no qual o próprio indivíduo deve participar. Envolver o indivíduo desde o início no tratamento do que pode ser uma exposição traumática, pode evitar que reações de stress traumático agudo se tornem distúrbios de stress crónico (Roberts, 2002).

A crise manifesta-se quando uma pessoa é confrontada com um obstáculo a objetivos de vida importantes, isto é, temporariamente inultrapassável através do recurso a métodos habituais de resolução de problemas, seguindo-se um período de desorganização, um período de transtorno, durante o qual são levadas a cabo muitas tentativas abortadas de o resolver. (Bloch, 1999, p. 132)

Não obstante, não podemos nem devemos confundir os conceitos de crise, incidente crítico e trauma. Apesar de se relacionarem têm significados diferentes. Assim, a necessidade de Intervenção consiste num sistemático e apurado apoio, com várias vertentes, com os seguintes objetivos:

1. Estabilização dos sintomas e sinais evidenciados;
2. Neutralização dos sintomas e sinais de elevado stress;
3. Restauro e melhoria das habilidades funcionais;
4. Assegurar o acompanhamento de perto por parte de alguém que represente um elevado nível de suporte/cuidado (Stuart & Laraia, 2002).

As intervenções do Serviço Social ocorrem, frequentemente, com clientes já em crise, sendo a intervenção curta (2-3 meses), já que curta é também a duração da crise. O profissional trabalha o indivíduo e desenvolve um trabalho emocionalmente muito desgastante. De forma sucinta, os passos (gerais) sequenciais da intervenção, segundo James (2008) são:

- (1) definir o problema;
- (2) garantir a segurança do indivíduo;

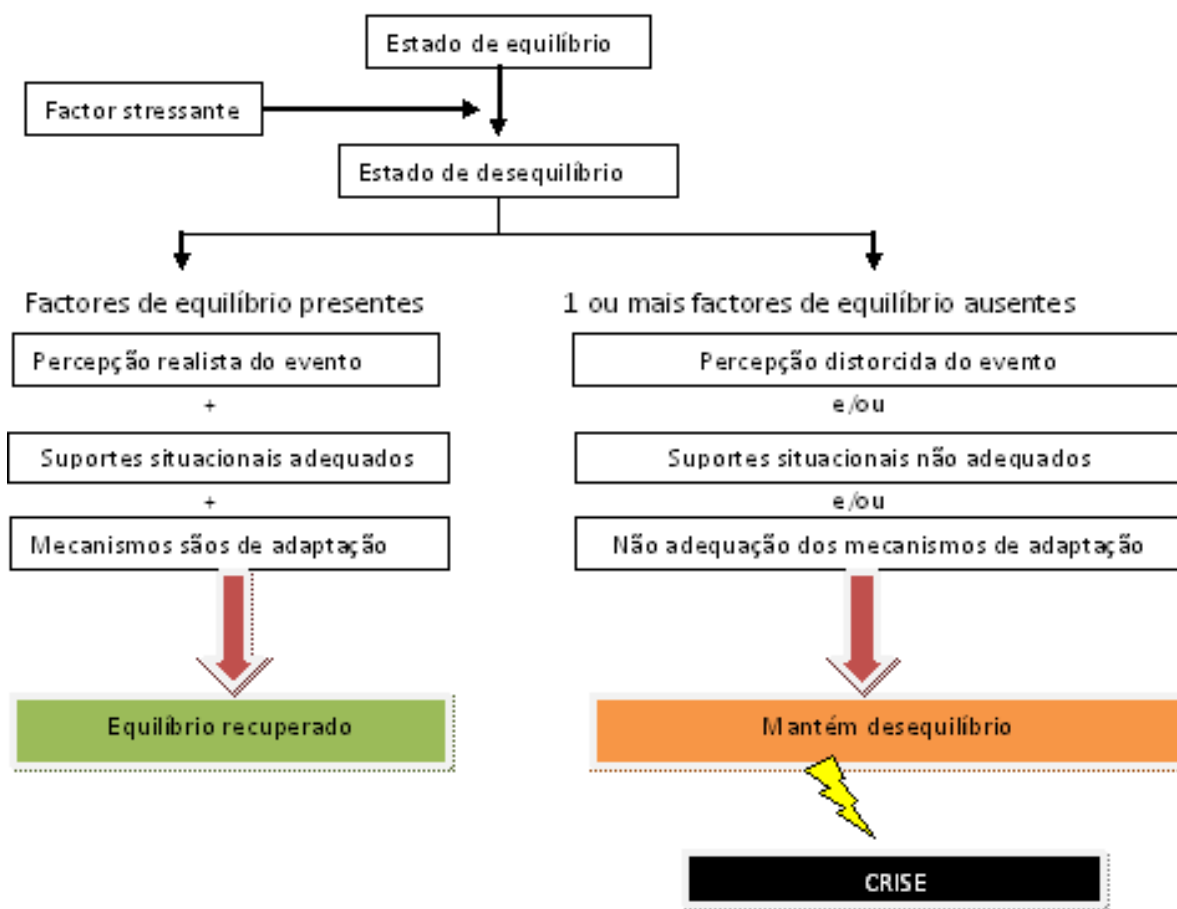
- (3) proporcionar suporte;
- (4) examinar alternativas;
- (5) planificar;
- (6) estabelecer compromisso.

Trata-se de um modelo que enfatiza a “imediate, ativa, assertiva, intencional e contínua avaliação, bem como a escuta e ajuda sistemáticas, com as possíveis variáveis de precisão, mobilidade, autonomia e equilíbrio” (James, 2008, p. 23).

Este tipo de intervenção tem como objetivo interromper uma série de acontecimentos que estão a perturbar o indivíduo e a aumentar a sua capacidade de lidar com os problemas.

De facto, a Intervenção Social deve ter como objetivo restaurar o mais rapidamente possível o nível de funcionamento individual e/ou familiar que existia antes do início do problema, sendo que a atenção não é dirigida a problemas não resolvidos no passado, problemas de personalidade ou problemas intrapsíquicos.

Figura 2 – Esquema representativo do que leva à necessidade de intervenção



Fonte: Stuart & Laraia, 2002, p. 114

Para além dos modelos abordados, considera-se relevante abordar igualmente o papel das instituições que respondem à problemática objeto de estudo neste trabalho, o que fazemos no ponto seguinte.

3.2. O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NA RESPOSTA À VIOLÊNCIA NO NAMORO

Face a uma problemática desta dimensão, a violência interpessoal no namoro, torna-se importante identificar as redes de instituições que dão suporte às intervenções efetuadas neste âmbito. Perceber a violência como um fenómeno controlável e transformável, a ser abordado por diversos atores sociais é fundamental para o avanço das ações nos vários setores de intervenção contra a violência. É importante lembrar que a legislação contra a violência no namoro está enquadrada na lei contra a violência doméstica. O mesmo se passa com as instituições de apoio e intervenção no âmbito da violência interpessoal.

Em Portugal existe uma larga rede de instituições de apoio, encaminhamento e proteção às vítimas de violência doméstica, constituída por inúmeros organismos da administração central e local, por instituições privadas e também por organizações não governamentais. As pessoas que são vítimas de crime muitas vezes não sabem, ou têm dúvidas sobre o que fazer. Necessitam de alguém que de uma forma empática e solidária as possa escutar, compreender e ajudar. São várias as instituições que procuram responder às problemáticas da violência. No contexto específico da violência interpessoal podemos referir:

- A CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género – é uma instituição de promoção da igualdade entre mulheres e homens. Este é um dos princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa, cujo organismo nacional responsável pela sua promoção e defesa é a CIG. Esta entidade procura responder às profundas alterações sociais e políticas da sociedade em matéria de cidadania e igualdade de género, garantindo a execução das políticas públicas neste domínio.

- A Linha Nacional de Emergência Social (LNES) é um Serviço Público, gratuito, de âmbito nacional, com funcionamento contínuo e ininterrupto (24 h por dia, 365 dias por ano), para proteção e salvaguarda da segurança dos cidadãos em situação de Emergência Social. A LNES está disponível através do nº 144. Este serviço procura responder a situações de especial vulnerabilidade e desproteção resultantes de não estarem asseguradas a breve prazo as condições mínimas de sobrevivência, pelo que se impõe uma intervenção urgente e

encaminhamento para os Serviços Locais de Ação Social. Constituem situações prioritárias, a violência em contexto doméstico, o abandono e a falta de alojamento ou abrigo.

- A APAV é uma instituição particular de solidariedade social, pessoa coletiva de utilidade pública, que tem como objetivo estatutário promover e contribuir para a informação, proteção e apoio aos cidadãos vítimas de infrações penais, em particular às mais carenciadas, designadamente através da informação, do atendimento personalizado e encaminhamento e do apoio moral, social, jurídico, psicológico e económico. A APAV é uma organização sem fins lucrativos e de voluntariado que apoia de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais. Contribui ainda para o progresso das políticas públicas, sociais e privadas no estatuto da vítima.

- A Amnistia Internacional é uma instituição que atua em mais de 150 países com um movimento global de 3,2 milhões de membros, apoiantes e ativistas e que luta para pôr fim aos abusos nos Direitos Humanos. A Amnistia Internacional é um movimento que congrega pessoas de todo o mundo, envolvidas em campanhas para que os Direitos Humanos internacionalmente reconhecidos sejam respeitados e protegidos. Tem o objetivo de melhorar a vida das pessoas através de campanhas e da solidariedade internacional. Procura investigar e agir de modo a prevenir e pôr fim aos abusos nos Direitos Humanos e exigir justiça para aqueles cujos direitos tenham sido violados.

- A Polícia de Segurança Pública (PSP) também faz parte da rede de instituições que combate a violência, tendo contacto direto com vítimas e agressores. Trata-se de uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa. Tem como missão assegurar a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da constituição e da lei.

- A UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) é uma organização não-governamental que está representada na CIG. Tem como objetivos defender os direitos das mulheres ao nível da produção legislativa; promover a sua afirmação social, económica e política, bem como a participação cívica; opor-se a todas as formas de violência, discriminação e exclusão social sobre as mulheres; implementar dinâmicas de solidariedade e desenvolver ações de formação e informação com o objetivo de aumentar a consciencialização sobre os direitos das mulheres.

Esta organização combate a violência em várias dimensões – doméstica, de género e no namoro – e o facto de intervir junto de grupos específicos como famílias, adolescentes em

situação de abandono escolar, mulheres desempregadas e jovens em situação de risco social, faz com que a mesma se depare com uma considerável diversidade de situações de violência.

O Alto Comissariado para as Migrações - ACM, I.P., Instituto Público na dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros, tem por missão colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões.

São objetivos do ACIME combater o racismo e a xenofobia e eliminar discriminações em função da raça, etnia ou nacionalidade. Estes são fatores que propiciam consideravelmente o desencadear da violência nas suas diversas vertentes incluindo a doméstica, de género e nas relações de namoro. Portanto o trabalho desenvolvido neste âmbito da igualdade racial é de suma importância para o combate à violência interpessoal.

Por fim, o Núcleo Mulher e Menor (NMUME – estrutura da Guarda Nacional Republicana organizada por áreas de residência) age através do policiamento de proximidade, nova forma de estar e de agir face à problemática das mulheres, menores e idosos vítimas de violência e de negligência, estratégia essa que tem vindo ao encontro dos objetivos do modelo que aponta para uma maior amplitude de intervenção da GNR junto ao cidadão vitimado. Nesse intuito, desenvolve ações através de:

1. Preservação da segurança dos cidadãos mediante a ação direta sobre os criminosos;
2. Um papel mais amplo de diálogo com a comunidade, salvaguardando o apoio à vítima e minimizando sentimentos de insegurança;
3. Acionamento de todos os mecanismos adequados para proporcionar à vítima a descoberta de estratégias adequadas à resolução do problema/crise em duas vertentes:
 - No âmbito processual-penal;
 - No apoio psicossocial (desenvolvendo uma intervenção continuada).

Dada a dimensão do fenómeno e a gravidade do problema são várias as instituições e serviços agregados na rede de combate à violência. Algumas entidades são mais visíveis enquanto outras atuam de forma mais discreta mas todas estão empenhadas no combate à violência interpessoal. Salienta-se aqui a importância dos profissionais dentro das instituições, alvo de análise seguidamente.

3.3. REDE DE PROFISSIONAIS E A INTERVENÇÃO (INTERDISCIPLINAR)

As equipas de intervenção social têm como principais objetivos prevenir e apoiar as situações de maior vulnerabilidade social (Rivero, 2007), sendo que um dos maiores desafios é o desenvolvimento de ações sociais que combatam as mais diferentes formas de exclusão social e que facultem aos excluídos oportunidades de reintegração, lutando pela universalidade dos direitos sociais e resgatando a cidadania plena.

Nesse âmbito coexistem diferentes metodologias procurando conciliar as diferentes áreas profissionais integradas nas equipas multidisciplinares. De forma a promover o bem-estar da população junto da qual se intervém, todos os técnicos de intervenção social integrados nestas equipas – psicólogos, assistentes sociais, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, sociólogos, entre outros – terão como desafio encontrar um equilíbrio não só com os utentes, mas também na própria dinâmica da equipa (Rivero, 2007).

Numa equipa de Intervenção Social procura-se o que está a funcionar, criando sinergias que promovam a criação de respostas seja para um indivíduo ou para um coletivo. Através destas sinergias poderão então definir-se objetivos concretos, a realizar por fases, para mudar o sentido daquilo que pode ser alterado ou melhorado. Logo, também no que toca à violência interpessoal, uma intervenção neste âmbito envolve uma equipa interdisciplinar com um elevado grau de sinergias.

Diante da gravidade do fenómeno da violência interpessoal, exige-se união e esforço mútuo entre membros de uma equipa multidisciplinar para garantir uma resposta mais centrada no problema. Nestas intervenções é conveniente a colaboração de técnicos de diferentes áreas tais como do serviço social, da psicologia, do direito e da saúde.

O trabalho em equipa multidisciplinar tem que ser dinâmico e basear-se numa comunicação ativa entre os técnicos (Figura 4): a área social aciona os meios necessários para garantir as respostas a nível do apoio social; a área da psicologia vai procurar garantir a estabilidade emocional das vítimas ou do agressor quando tal se afigura possível; a área jurídica vai fazer valer a legislação aplicável no âmbito da violência e garantir que todos os recursos disponíveis sejam aplicados no caso em questão. Todas estas informações têm que circular entre os diferentes técnicos da equipa e esta deve reunir para discutir o resultado final da intervenção.

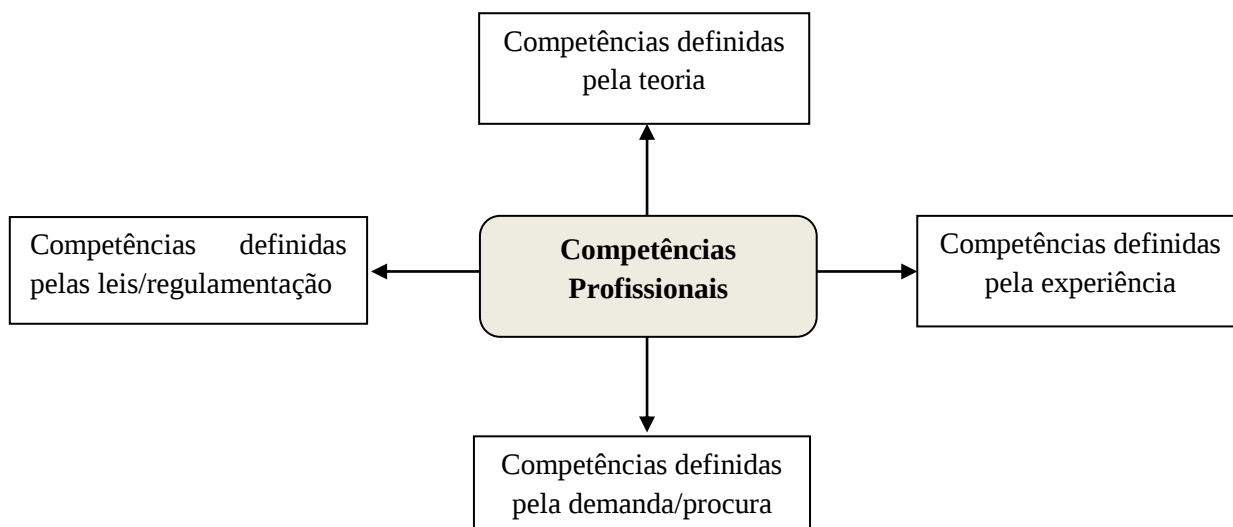
Quadro 1 - Conjunto de saberes e habilidades necessárias nos profissionais de apoio

Construção do Contexto Profissional
• Conhecimento disciplinar; • Características e necessidades das populações com que trabalham; • Cultura de referência; • Contexto legal; • Rol de profissionais.
Procedimentos de Avaliação e Intervenção
• Modelos e enfoques profissionais; • Instrumentos e protocolos; • Programas de intervenção; • Projetos de avaliação e difusão de resultados.
Planificação e gestão da ação
• Identificar necessidades, planificar, tomar decisões e levar a cabo estratégias de ação; • Trabalhar para a organização, a cultura da avaliação, a formação contínua, a inovação e os processos de mudança institucional; • Mover-se fazendo com que a organização faça coordenação com outros âmbitos em que trabalha.
Relações Interpessoais
• Respeito; • Delicadeza, disponibilidade; • Compreensão, empatia; • Comunicação, apoio; • Afeto, cordialidade; • Flexibilidade, criatividade; • Negociação, mediação; • Tolerância.

Fonte: Rodrigo, Chaves & Quintana, 2010

As competências profissionais são definidas pela teoria. No entanto, desde a sua fundação em 1978, a Associação dos Profissionais de Serviço Social instituiu como prática a adoção dos documentos normativos da *International Federation of Social Workers* (IFSW) em termos de regulação ética. Contudo, importa referir que este documento constitui apenas um quadro geral de princípios e deveres dos assistentes sociais e não prevê o regime disciplinar e de sanções, matéria que é remetida para os códigos nacionais.

Figura 3 – Competências profissionais



Fonte: Adaptado de Rodrigo, Martín, Máiquez & Byrne, 2008.

Estas circunstâncias traduzem-se, no caso português, num relativo vazio em matéria de regulação ética, bem como na ausência de mecanismos profissionais de proteção e autoridade disciplinar. A regulação da profissão tem-se limitado essencialmente a um exercício formativo e pedagógico, exercido quer pela associação profissional quer pela formação de Assistentes Sociais, sendo a norma a existência formal de disciplinas de Ética e Deontologia na grande maioria dos cursos. A Associação dos Profissionais de Serviço Social, adaptou à realidade portuguesa um conjunto de valores e princípios da profissão de serviço social. A Declaração Internacional dos Princípios Éticos apresenta como finalidades:

- Formular um conjunto de princípios básicos de Serviço Social, os quais devem ser adaptados às diversas realidades socioculturais;
- Identificar problemas éticos na prática do Serviço Social;
- Elaborar um guia metodológico para lidar com questões/problemas éticos.

3.4. PROTOCOLOS DE ATUAÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA

Conforme foram evoluindo as investigações e os estudos sobre o fenómeno da violência foi também evoluindo o avanço da legislação e dos protocolos de atuação contra a mesma, principalmente contra a violência doméstica. A necessidade de responder

assertivamente à problemática faz com que seja necessário estabelecer redes e pontes entre instituições e serviços.

Em 2012 foi assinado um importante protocolo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) com o objetivo de facilitar o acesso a habitação a baixo custo a vítimas de violência doméstica. Este acordo divulgado pela Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, “institui uma relação de cooperação entre o Governo e a ANMP, no apoio ao processo de autonomização das vítimas de violência doméstica após a sua saída das Casas de Abrigo, através da criação de uma rede de municípios solidários que disponibilizem fogos a baixo custo às vítimas que recomeçam as suas vidas na comunidade”²⁹.

A execução do protocolo a que os municípios são “convidados a aderir”, será assegurada pela ANMP. Neste caso os municípios aderentes comprometem-se a incluir as vítimas de violência doméstica entre as prioridades de atribuição de fogos de habitação social ou, e de acordo com a sua opção, na avaliação da possibilidade de disponibilização de fogos que detenham no seu património para arrendamento a baixo custo. A lista dos municípios que aderem ao protocolo é divulgada nas páginas da Internet da ANMP e da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Ainda em 2012 foi também celebrado um protocolo entre o Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados e a Associação Portuguesa de Mulheres Juristas (APMJ), visando a cooperação entre os órgãos e serviços destas entidades, no sentido de se criarem condições facilitadoras da prestação de apoio jurídico gratuito e especializado às mulheres vítimas de violência doméstica com insuficiência económica. Com a celebração deste protocolo o Conselho Distrital de Lisboa (CDL) da Ordem dos Advogados fica incumbido de: manter uma bolsa de advogados com experiência na representação de mulheres vítimas de violência doméstica em processos judiciais; disponibilizar salas e auditórios para a realização de ações de sensibilização e de formação para todos os advogados do CDL; criar um canal privilegiado de comunicação através da designação de um colaborador do CDL encarregado de responder aos pedidos de representação jurídica, de substituição de defensor oficioso ou de esclarecimento de dúvidas jurídicas (recorrendo à bolsa de advogados).

²⁹ Acedido em 17 de fevereiro de 2015 em <http://www.apav.pt/apoios/index.php/protocolos-cartas-compromisso/protocolos/protocolo-de-colaboracao-de-apoio-as-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica-entre-a-secretaria-de-estado-dos-assuntos-parlamentares-e-da-igualdade-secretaria-de-estado-da-administracao-local-e-reforma-administrativa-e-a-associacao-nacional-de-municipios>

A Câmara Municipal de Loures também assinou um protocolo com o Ministério Público, a GNR, a PSP, o Agrupamento de Centros de Saúde de Loures e Sacavém e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Loures com a finalidade de criar uma Rede Municipal de Intervenção na Violência, organizada como um sistema de intervenção especializada que, na forma de cooperação e atuação interinstitucional, procura otimizar e potenciar respostas integradas ao fenómeno da violência doméstica. Este protocolo tem como objetivos potenciar a atuação das entidades parceiras promovendo e privilegiando o trabalho em rede e uma intervenção social concertada e especializada na área da violência doméstica, contribuir para a diminuição do número de vítimas de violência doméstica no Município de Loures e definir e implementar estratégias para a sua prevenção.

Após abordagem do contexto de intervenção, no capítulo seguinte debruçamo-nos sobre as perspetivas dos profissionais envolvidos, dando especial enfoque às especificidades de intervenção de acordo com os resultados da investigação.

CAPÍTULO IV.

INTERVENÇÕES E ESTRATÉGIAS DOS PROFISSIONAIS NA VIOLÊNCIA NO NAMORO

Em qualquer pesquisa e de acordo com as recomendações de Carvalho (2002), “o resultado deve ser preciso, sucinto, transparente, conter uma versão condensada dos dados obtidos na experiência, no sentido de possibilitar ao leitor uma visão rápida do que aconteceu” (p. 139). Na apresentação dos resultados dá-se a conhecer o seu tratamento através de resumos descritivos, médias, desvios e padrões. Pode-se incluir figuras, gráficos, estatísticas e resumos dos resultados brutos (Carvalho, 2002). No entanto este tipo de informação deve ser selecionado respeitando o critério principal de que o leitor possa perceber rapidamente os resultados. Portanto, antes de aferir estes últimos, torna-se pertinente abordar a intervenção realizada.

4.1. A INTERVENÇÃO EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA NO NAMORO

Segundo Matos et al. (2006) a problemática da violência nas relações de namoro entre jovens tem vindo progressivamente a desenvolver-se e tornou-se um problema social merecedor de especial atenção, tanto quanto a violência doméstica. Do ponto de vista histórico, surgiu o alerta da necessidade de intervir na problemática da violência nas relações de namoro no início dos anos 80, quando Makepeace (1981) trouxe a público este tema com a informação de que um em cada cinco dos jovens por si interrogados dizia ter sido vítima de violência nos seus relacionamentos afetivos.

Atualmente a violência no namoro é considerada um crime público que todos têm o dever de denunciar. Num avanço legislativo, a Lei n.º 112/2009 de 16 de setembro estabeleceu o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e assistência das vítimas.

No âmbito da intervenção contra a violência nas relações de namoro trabalha-se com maior intensidade a ‘prevenção’, uma vez que neste campo o quadro científico nos apresenta programas de prevenção exemplares, dirigidos à população juvenil numa ótica de prevenção primária e com resultados promissores (Saavedra, 2010).

Os programas de prevenção contra a violência nas relações de namoro entre os jovens começaram a surgir na literatura a partir da década de 90. Atualmente é possível encontrar diversos programas já desenvolvidos. A maioria visa, fundamentalmente, mostrar aos jovens a gravidade da violência e educá-los acerca de comportamentos não-violentos na intimidade. Por meio de ações diversas, procuram, no essencial, diminuir a probabilidade de

os participantes se tornarem, no futuro, potenciais ofensores ou vítimas (Jaffe, Suderman, Reitzel & Killip, 1992).

De acordo com Matos et al. (2006, p. 58), os esforços preventivos ao nível da violência no namoro podem assumir diferentes dimensões tais como:

- a) *Prevenção primária*: trabalhar com os indivíduos que não tiveram contacto com realidades violentas ou experiências de vitimação, procurando ajudá-los a manter essa condição;
- b) *Prevenção secundária*: trabalhar especificamente com indivíduos em que existe o risco de se tornarem vítimas ou agressores na intimidade (e.g., adolescentes vítimas de violência parental; adolescentes expostos à violência interparental);
- c) *Prevenção terciária*: trabalhar com indivíduos que já foram alvo de violência no namoro e que procuram ajuda para ultrapassar essa condição, de forma a reduzir o impacto decorrente e evitar uma nova vitimação e/ou trabalhar com indivíduos que perpetraram violência e que procuram, voluntária ou coercivamente, interromper esse tipo de comportamentos.

A prevenção pode ser trabalhada outra dimensão mais alargada, a nível da prevenção da violência de género, de carácter mais vasto e que passa pelo desenvolvimento de políticas governamentais, comunitárias e institucionais que estimulem relações de género paritárias e a cooperação entre homens e mulheres e que promovam a autonomia e a resiliência destas, bem como a resolução não violenta e eficaz dos conflitos entre parceiros (Hage, 2000).

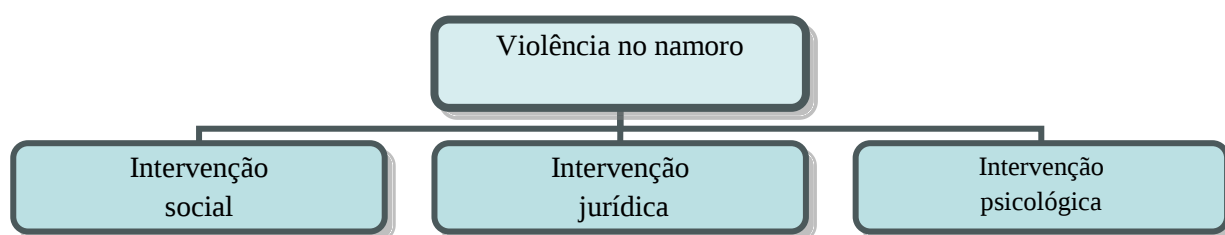
A tipologia da prevenção também é abordada por outros autores que a conceptualizam em termos de momento e da evolução da condição (Saavedra, 2010) da seguinte forma: *primária*, intervenção anterior ao problema/doença, de forma a evitar o aparecimento de primeiros casos; *secundária*, intervenções destinadas a, uma vez identificado o problema/doença, proceder ao tratamento o mais precocemente possível; e *terciária*, evitar recaídas, prevenindo a frequência e severidade dos danos.

Na perspetiva de Saavedra (2010), a tipologia de prevenção pode ser definida de acordo com o tipo de população a que se destina: *universal*, se é dirigida à população em geral, independentemente do nível de risco; *seletiva*, se é dirigida a grupos de indivíduos em risco superior ao da população em geral; e *indicada*, se esta for destinada à intervenção junto de grupos de alto risco.

O quadro da intervenção na violência nas relações de namoro entre jovens é um terreno onde se encontram várias formas de atuar, consoante os contornos específicos de cada situação identificada. Mas não pode ser esquecido que numa intervenção em caso de violência é preciso estar-se atento aos moldes da sua operacionalização, pelo que é fundamental atuar

em integração numa equipa multidisciplinar com o propósito de obter uma resposta assertiva, principalmente nos casos de prevalência do problema, como foi referido num ponto anterior e se observa, em forma de síntese, na figura abaixo.

Figura 4 – Quadro interdisciplinar de intervenção nos casos de violência nas relações de namoro entre jovens



Fonte: Elaborado pela autora

4.2. ESPECIFICIDADES DA INTERVENÇÃO

Os resultados obtidos no presente estudo foram organizados e analisados em 3 eixos fundamentais, correspondentes aos objetivos delineados e às questões formuladas, de modo a permitir conhecer as experiências e representações sociais dos profissionais em torno da realidade e da sua atuação no processo de intervenção em situações de violência no namoro. Esta análise e organização configuram-se nas seguintes dimensões:

- 1 – Identificação de situações de violência;
- 2 – Estratégias de intervenção;
- 3 – Perspetivas de prevenção.

Portanto, o presente trabalho pretende uma apresentação de resultados enquadrada nas características metodológicas do mesmo, procurando de forma fidedigna expor o máximo de informação possível obtida pela investigação levada a cabo.

Para isso, foi realizada uma análise individual às entrevistas (Apêndice II ao VI) onde se salientaram por cores as unidades de análise referentes a cada uma das categorias em estudo. Posteriormente foi feita uma comparação de respostas (Apêndice VII) de forma a facilitar a leitura de cada categoria e desenvolvendo um discurso sobre cada uma delas, no ponto seguinte deste trabalho.

Apresentar-se-á em seguida a discussão dos resultados da investigação evidenciando as principais variáveis identificadas na análise e onde emergem as significações das experiências dos inquiridos.

4.2.1. Identificação de situações de violência no namoro

a) Compreensão da Violência no Namoro (VN)

Segundo os entrevistados a violência no namoro caracteriza-se por haver:

“um elemento que agride e tem que haver um elemento que aceita a agressão ou pelo menos não consegue evitar, significa que tem que haver condições em termos de um casal, há uma perspetiva de o facto da vítima ter baixa estima, raparigas ou rapazes que estejam em situações vulneráveis ou que estejam com pouca confiança.” (E1). Este tipo de *“violência pode ser em crescendo e causar danos muito graves e levar a um desfecho de morte. Causa geralmente perturbação e mal-estar na vítima, problemas de saúde física e mental.”* (E4).

Na identificação de situações de risco na violência no namoro os profissionais consideram que:

“...nos grupos de jovens (...) é a taxa maior da violência no namoro” (E1) *“...as relações de intimidade entre os jovens são marcadas pela violência, muitas vezes por violência psicológica em que os próprios jovens não questionam se aquilo é errado que não está correto, e portanto está envolvida em episódios de agressão dos quais não sentem bem e não conseguem perceber que não deviam ser assim ou não devia ter esta postura.”* (E1).

Atualmente os dados revelam que estas situação são cada vez mais frequentes.

“...há uma estatística que diz que em 1 a cada 4 jovens é vítima de violência ou já sofreu de violência no namoro.” (E1) *“...de acordo com um Estudo da Universidade do Minho, de 2010, que integrou uma amostra elevada de cerca de 5000 jovens, 1 em cada 4 jovens relata ter sido vítima de pelo menos um ato abusivo durante o último ano no contexto de relações de namoro.”* (E5). *“... por ser um crime público e estar enquadrado na VD e portanto qualquer pessoa pode denunciar...”* (E1).

A origem da violência no namoro está relacionada com diversos fatores, não havendo uma resposta única.

“O que está na origem da violência são diversos fatores não há uma resposta única que provoca a violência no namoro...” (E1). Por exemplo *“...não é por um jovem estar em crise numa família e que presencia atos de violência doméstica que se tornam agressores ou vítimas...”* (E1). Contudo como ilustra uma entrevistada *“...são muitos os casos de violência doméstica e muitos deles começam na relação de namoro.”* (E2) Não só através da experiência profissional mas através das notícias, são ainda relatadas muitas situações de jovens, sobretudo rapazes que perpetuam comportamentos e atos de violência sobre as namoradas.” (E4).

Por vezes tende-se a desculpar a violência no namoro. Segundo um entrevistado

“...quando é namoro não se levam muito a sério estas situações...” (E1) *“...quando são dois jovens a discutir, o namorado dar uma estalada na namorada ou namorada a dar uma estalada no namorado se calhar acham que é coisas de miúdos e não levam a sério...”* (E1). Esta questão tende a ser banalizado mas que *“é um problema com uma incidência preocupante e que é frequentemente banalizado, minimizado e insuficientemente problematizado.”* (E5)

b) Tipos de violência nas relações de namoro

São vários os tipos de violência nas relações de namoro. Assim, os entrevistados identificam a violência física e sexual, mas também a violência psicológica se destaca. Este tipo de violência pode ser distinto consoante seja perpetrada pelos jovens rapazes ou pelas jovens raparigas.

“Em estudos recentes (APAV), atualmente os casos mais relatados tem a ver com o tipo de violência psicológica, seguido de violência física e abuso sexual.” (E4) “...nas relações de namoro entre os jovens nem é a violência física, é a violência psicológica.” (E2). “A violência física, acredito que seja exercida, mas também muito mais a nível da violência verbal, dos gritos, dos insultos, pronto, que toca a violência psicológica. E de violência física, talvez mais os empurrões, os apertos, acho que que é o mais evidente entre os jovens.” (E2).

“... hoje em dia aumentou a violência psicológica em detrimento da violência física entre os jovens.” (E4).

“A violência psicológica será a mais comum. Comportamentos como insultar, humilhar, ameaçar, são os mais frequentes, mas estão também presentes nas relações de namoro comportamentos mais graves como “atos sexuais contra a vontade”, “murros”, “pontapés”, “cabeçadas”.” (E5).

Há contudo uma diferença de género parecendo que os rapazes e as raparigas são vítimas de formas distintas de violência:

“Quando as vítimas são raparigas é comum violências físicas e sexuais. Quando as vítimas são rapazes é comum violências psicológicas, stalking.” (E1).

Contudo também é importante ilustrar que devido às novas tecnologias a violência verbal e escrita, através de mensagens de texto ganhou destaque.

“...eu penso que a violência verbal é tão frequente e tão banalizada, e mesmo a violência psicológica o controlo das mensagens, o ver que mensagens é que recebem, o controlar, o não querer que tenha amigos, há algumas situações, não serão a maior parte” (E3).

c) Tipos de vítimas de VN

As vítimas são jovens raparigas e rapazes de todos os estratos sociais:

“...A violência doméstica tal como a violência no namoro não são problemáticas específicas de um determinado grupo, são transversais a várias categorias sociais...” (E1). Apesar de, segundo uma entrevistada, e no que diz respeito às vítimas ser muito relevante “...o grupo social onde a pessoa está inserida.” (E3).

Contudo as características psicológicas dos indivíduos potenciam quer a vitimação, quer a perpetração da violência. Destacam-se algumas características como a baixa autoestima e a dependência emocional.

“...Na minha opinião há características psicológicas de estrutura da própria pessoa que proporcionam e permitem a VN.” (E1) “... pessoas com uma dependência emocional maior, com baixa autoestima, que se desvalorizam têm mais dificuldade em romper com a relação...” (E3).

Não há um perfil padrão de vítima; é difícil traçar um perfil das vítimas.

“Geralmente o que nos é relatado é que se trata de um tipo de jovens inseguras/os com problemas de autoestima, a maioria das vítimas acreditavam nos mitos e crenças que circulam sobre o amor, “é ciumento porque gosta de mim” ex., visão tradicionalista da mulher, existência de carências precoces e muitas vezes vinculações mal sucedidas na família ou outras relações.” (E4).

Segundo um entrevistado é difícil traçar um perfil das vítimas e por isso *“...não se pode traçar um perfil de vítima...” (E3).* Pois *“... qualquer pessoa pode ser vítima.” (E3).*

“Considero que não há à partida traços de personalidade comuns a todas as vítimas e agressores. Não há um perfil que possamos identificar à partida. A investigação tem dito isto mesmo... mas considero que as pessoas que são vítimas partilham, na sequência dos maus-tratos a que são sujeitas, de uma baixa autoestima, elevados níveis de ansiedade, etc...”. (E5).

Apesar de tudo, como referem os entrevistados, a consciencialização de que são vítimas de violência no namoro é difícil pois os jovens nem sempre se veem como tal, *“Muitas vezes apesar de serem vítimas de violência os e as jovens não se veem como tal.” (E5).*

d) Tipos de agressores nas relações de namoro

Tal como nas vítimas é também difícil definir um perfil do agressor pois este é aparentemente uma pessoa normal.

“...O agressor é a pessoa mais normal e normalmente até é uma pessoa que é muito...está muito bem socialmente, que tem boas relações e que não é que...que ninguém diria que aquela pessoa depois é um agressor que como é evidente, a violência só ocorre em relações de intimidade e dentro de quatro paredes, é uma violência muito covarde, portanto, e é feita num segredo...”. (E3).

“...há agressores que quando têm problemas com dependência química ou de alcoolismo que são muito mais visíveis e que toda a gente sabe que eles são com essas vítimas ou são com qualquer pessoa, são pessoas violentas. Enquanto aquele típico agressor da violência nas relações de intimidade, quer seja de namoro quer seja nas conjugais, é um agressor que atua só dentro das quatro paredes e de casa”. (E3).

Apesar dessa aparente normalidade há um perfil psicológico que pode ser traçado.

“...há características psicológicas de estruturas da própria pessoa que levam a desenvolver comportamentos de agressor.” (E1) “...alguma valorização pessoal, rebaixar o outro para poder sobressair enquanto pessoa, que ‘tá errado, claro, totalmente errado” (E2) “... uma percentagem significativa de rapazes considera que este tipo de tratamento face à namorada é justificável.” (E4), Isto é normal comportarem-se dessa forma. “São na maioria dos casos manipuladores/as, pouco resistentes à frustração, indivíduos com maior necessidade de controlo, poder; tendência para minimizar a severidade, a frequência e consequência do comportamento violento; tendência para responsabilizar a vítima pela violência, seja física, psicológica, económica ou sexual.” (E4).

e) Condicionantes a níveis pessoais, culturais que contribuem para a VN

Para o perfil das vítimas e dos agressores há alguns condicionantes pessoais que é necessário destacar, nomeadamente a questão do poder e da desigualdade entre géneros:

“...acho que tem a ver com exercer poder sobre o outro, exercer controlo sobre a outra pessoa.” (E2) “...a questão de alguma desigualdade que exista também entre o homem e a mulher...”. (E2) “...um bocadinho com a desvalorização da mulher em relação ao homem, com algumas outras questões mais culturais...”. (E2).

“Considero que o desejo de controle, de dominação são a principal causa da violência, sobretudo contra as raparigas.” (E5).

Existe também, segundo um entrevistado, uma certa naturalização da violência, mais comum em certos extratos sociais.

“...em extratos sociais e económicos mais desfavorecidos, há uma certa naturalização da violência, alguma banalização.” (E3).

f) Histórico de violência na família

De acordo com a opinião dos inquiridos, existe uma tendência para repetir comportamentos de violência experienciados nas famílias de proveniência dos jovens;

Quanto ao histórico de violência na família verifica-se que *“Existe uma tendência para a repetição de comportamentos.”* (E4).

Por exemplo, os entrevistados consideram que há uma relação de causa efeito entre a vivência da violência em casa, observada ou vivida, e a violência no namoro:

“...alguns dos jovens que procuraram participar no projeto foi pelo facto de terem sido vítimas de violência na família.” (E1).

“...muitas das vezes os jovens que sofrem violência no namoro, já também foram vítimas de violência doméstica, portanto, com os pais, violência na família...” (E2).

“Uma pessoa que já viu a mãe ser batida, que o pai já a batia, o avô já batia na avó...é normal, é um fardo que ela vai carregar para o resto da vida, porque é normal os homens baterem nas mulheres, pronto...” (E3).

Contudo, há também aspetos culturais e de valores associados a determinados estereótipos que é preciso alterar.

“O que está inerente à existência e perpetuação destes comportamentos violentos intergeracionais, prende-se com determinados estereótipos ainda patentes na sociedade nomeadamente quanto à igualdade de género e a lenta mudança da sociedade (ainda muito patriarcal).” (E4).

Como sabemos, e como nos diz a literatura, uma das consequências dessa experiência de violência para as vítimas será repetirem os eventos traumáticos com outros parceiros.

“A experiência continuada de abuso físico, psicológico e/ou sexual compromete consideravelmente a qualidade de vida da pessoa vitimizada e a sua autoestima. A vítima acaba por sentir que não merece um tratamento respeitoso e que é incapaz de suscitar sentimentos positivos em potenciais parceiros/as. A vivência de uma relação violenta tem implicações na qualidade das relações interpessoais. Não é raro as pessoas ficarem com medo de se envolver em novas relações, receando repetir experiências traumáticas.” (E5).

4.2.2. Estratégias de intervenção

a) Sinalização das situações : procura de ajuda

Nos casos em que há violência no namoro é mais difícil a procura de ajuda junto das entidades e organizações competentes nesta área, como a APAV. Esta procura só acontece em último recurso.

“...é muito difícil para as vítimas procurarem ajuda...” (E1) *“...ajuda é muito difícil, acho que não são muitos os jovens que o fazem...”* (E2) *“Eu acho que não procuram [ajuda]. (...) É muito complicado chegar a estas jovens...”* (E3) *“São ainda são poucos os que procuram ajuda especializada, procuram-na quando concluem que não têm capacidade para resolver a situação.”* (E5).

Então o que os leva a procurar o apoio das entidades e dos profissionais? É sobretudo a noção de que encontram alguém em quem podem confiar.

“ [o que] faz uma vítima dar o passo é sentir que encontra uma rede de apoios ou alguma instituição em que possa confiar e que ofereça apoio, ou então pode ser o facto da vítima sentir-se tão assustada a ponto de tomar uma iniciativa e pedir ajuda.” (E1).

Por outro lado, os jovens procuram ajuda por tomarem consciência da situação através de pessoas que os alertam para tal ou de outros mecanismos como por exemplo documentários.

“Muitas vezes as/os jovens não pedem ajuda por vergonha, fragilidade, medo, mas quando conseguem dar esse passo foi porque constatarem que a sua situação não é única foram alertados por um filme, um documentário ou alguém conhecido que encaminha para poderem ultrapassar a situação.” (E4).

“Quando por vezes já foi alvo de muitas formas de violência, psicológica, emocional e tem alguém ou algo que a faz perceber que aquele comportamento não é normal, não é correto e ela/ele não merecem estar naquela situação.” (E4).

Outra das razões que retraem as vítimas na solicitação de ajuda é a crítica e a desvalorização por parte da sociedade (pessoas e organizações) face a esta questão.

“Há muitas críticas para as vítimas...” (E1) “Há falta de informação...” (E1).

“...Temos muitos jovens que nos dizem, “ah, afinal, se calhar, já fui vítima. Porque já me controlaram as mensagens, porque me esperavam todos os dias à porta da escola, porque dei por mim a ser seguida, porque antes de vestir aquela saia pensava duas vezes, porque já sabia que ia ter problemas.” E eles confrontam-se com isso e eu acho que só aí é que eles têm consciência, por isso que eu acho que as ações de sensibilização e de prevenção são muito importantes...” (E2).

“...Por exemplo, a violência psicológica, no fundo, a agressão verbal, a forma como se tratam muito agressiva; era muito banalizado por eles, e era quase como se fosse coisas de cotas.” (E3).

Esta procura de ajuda pode não ter consequências devido ao facto de certas pessoas/entidades com responsabilidades não estarem atentas à situação e também pela falta de apoio informal (amigos, família).

“...Quando se esgotaram um bocadinho as respostas de proximidade, quando há um pouquinho de desvalorização por parte dos amigos, quando, se calhar, os pais não estão atentos à situação (...) quando se sente um bocadinho que não há nada, já não há volta a dar e que o jovem se sente encurralado, então eu acho que aí procurar ajuda...” (E2).

b) Tipos de intervenção

São várias as intervenções citadas pelos entrevistados. Algumas dessas intervenções passam por desenvolver projetos, campanhas, atividades de sensibilização dos jovens.

“...Criamos o projeto Jovens embaixadores...” (E1) “...desenvolvam campanhas e iniciativas, atividades, pequenos projetos onde sensibilizam outros jovens...” (E1).

O modelo de intervenção no âmbito da prevenção contempla o modelo da educação que pode ser formal ou não formal.

“...o modelo de intervenção que fazemos na área da prevenção tem a ver com modelo de educação de quadros, ou seja nós damos formação e informação a jovens para que estes passem essa formação e informação para outros jovens...” (E1) mas nós passamos a mensagem através duma educação não formal... é mais um método educativo do que propriamente, uma intervenção. Tem mais a ver com a prevenção, eu acho que prevenindo também se está a intervir, digamos assim, porque estamos a evitar que estes casos aconteçam futuramente.” (E2).

Criar uma rede social de suporte para estratégias de intervenção permite maior estrutura de apoio. Os entrevistados consideram que no âmbito da intervenção é muito importante o apoio psicológico e o acompanhamento das vítimas.

“Eu acho que o acompanhamento psicológico é muito importante, depois, é toda a outra parte de criar uma estrutura, uma rede social, que dê apoio que dê suporte, nós normalmente encaminhamos para entidades que já têm uma longa experiência....” (E2).

Desenvolver estratégias de intervenção que passem por exemplo por práticas de alteração de rotinas das vítimas e por muni-las de contactos aos quais recorrer em caso de necessidade de apoio ou socorro.

“... É criar toda uma rede social de suporte, há algumas estratégias de intervenção que também se utilizam, por exemplo, posso dar alguma prática que é alterar as rotinas da vítima, criar, por exemplo, outro percurso até à escola, até casa, registar números de SOS no telefone, procurar sempre pessoas de confiança, nunca estar sozinha em locais, mesmo públicos. Portanto há sempre ali alguns recursos e algumas respostas à volta.” (E2).

“...Os casos de intervenção têm que ser (...) aprofundadamente no processo de decisão e para que elas possam tomar uma decisão mais consciente. Porque a decisão não é a que nós achamos que é a melhor que elas se separar de tudo, se calhar até podem continuar no agressor e conseguir mudar o tipo de relação, o padrão, e ter uma relação não violenta” (E3).

“...Fazemos uma avaliação das necessidades da vítima e realmente se for para acompanhamento psicológico para além de eu acompanhar, acompanha também o meu colega e faz toda uma avaliação, em termos de avaliação de risco. Se for necessário a pessoa ser acolhida numa casa-abrigo, que há muitas situações, independentemente de serem de violência no namoro.” (E3).

Os entrevistados também consideram que na intervenção a consciencialização da violência no namoro é muito importante. Mesmo que a vítima mantenha a relação fica sempre em aberto a possibilidade de procurar ajuda quando achar necessário.

“...A nossa intervenção é que a pessoa fique o mais consciente possível daquela situação e mesmo que opte por ficar na relação, saiba que há uma porta que pode sempre bater para determinar e que tem apoios...porque felizmente hoje em dia, há vários apoios que a pessoa pode...que a pessoa pode recorrer. Mas no fundo é também torná-la mais consciente do que é que está a viver, não é? Não é propriamente um namorado que tem mau feitio é porque as relações de violência no namoro existem e a nossa ideia idílica e romântica de que a pessoa vai mudar quase nunca acontece, não é?” (E3).

“...Nós fazemos sempre é a avaliação, nós fazemos uma primeira entrevista com a pessoa para a identificação das necessidades, portanto, é uma avaliação diagnóstica, não é? Depois trabalhamos um caminho com a pessoa, fazemos um caminho, um plano de intervenção que...às vezes no fundo é só conversar com a pessoa para tomar a sua decisão, ou pode ser ir para uma casa-abrigo, portanto, nós depois traçamos um caminho que fazemos com a pessoa. Normalmente, vamos avaliando todas as sessões...” (E3).

“...Temos essa preocupação de fazer um acompanhamento sistemático da situação e continuar no tempo. Porque se a pessoa vai lá e fala uma vez connosco e depois se não vai lá várias vezes, dificilmente, conseguirá...há pessoas que não, há pessoas que só vão lá saber informação e conseguem por elas terminar. Quando são situações mais complicadas, exigem um acompanhamento mais sistemático.” (E3).

É importante a relação de confiança entre cliente e profissional. Considera-se importante o empoderamento da vítima para ultrapassar a situação de prisão emocional.

“Tem de existir uma relação de confiança construída para a ajuda ser mais eficaz, acompanhamento deve ser feito por profissionais competentes. Empoderamento da vítima de forma gradual para poder ultrapassar a situação de “prisão emocional” em que se encontra.” (E4).

c) Medidas a tomar

Quanto às medidas a tomar os entrevistados revelaram a necessidade de introduzir uma consciência da distinção entre relações saudáveis e não saudáveis. Revelam ainda a necessidade de haver maior investimento em instituições e profissionais capacitados para atender a esta problemática.

“...Introduzir nos jovens uma consciência de uma relação saudável e de relações não saudáveis para que eles percebam quais são as características de uma relação saudável e não saudável...” (E1).

“...Há poucas respostas nomeadamente quando há situações mais graves de violência doméstica, de não haver casas de abrigo suficientes, de haver poucos técnicos para os atendimentos...” (E1).

“...Para uma intervenção mais eficaz, falta existirem estruturas de apoio suficientes que não há, não há entidades de apoio à vítima, há a APAV que é grande, que é a nível nacional, mas que não conseguem dar resposta a todos os casos, há outras também que fazem este apoio, mas tem que haver mais financiamentos para projetos neste âmbito, de intervenção e de prevenção.” (E2).

Segundo os entrevistados os serviços têm de estar em permanente prontidão para apoiar as tomadas de decisão e disponibilizar os vários tipos de apoio existentes.

“...às vezes sem a intervenção de ninguém as pessoas não conseguem acabar com a relação, eu acho que a intervenção tem que existir quando as pessoas por elas próprias não conseguem decidir esta situação, porque dado que é um crime público, a pessoa apresentando uma denúncia na escola e terminando com a relação não precisa de ninguém, ou seja, os serviços só existem para apoiar as pessoas e para facilitar esta tomada de decisão e para depois informar sobre os vários apoios que existem.” (E3).

No entanto existem etapas a cumprir ao identificar um caso de violência no namoro:

1) conhecimento da situação, 2) encaminhamento para especialistas e 3) a demonstração de compreensão.

“Não existem receitas iguais para todas as situações, no entanto penso que a ajuda deve passar por: Conhecimento da situação; Encaminhamento caso seja necessário para apoio especializado no trabalho com jovens; O discurso tem de ser contendor, compreensivo.” (E4).

4.2.3. Perspetivas de prevenção

a) Consequências da falta de prevenção

Na perspetiva dos profissionais a prevenção que temos ainda não é suficiente, pelo que os jovens ainda não estão conscientes da problemática da violência no namoro.

“É importante trabalhar na prevenção embora hoje a prevenção ainda não é suficiente porque nas conversas que temos com os jovens eles ainda não estão cientes da problemática...” (E1).

“...Assim, quando houver indícios de uma relação não saudável, intervir. Embora seja muito complicado porque com os jovens apanha muitas ondulações...” (E1).

Surgem também como consequência da falta de prevenção, a falta de autoconceito e de autoconfiança, para além da baixa autoestima.

“...É a baixa autoestima, pouca confiança em si, apesar de terem, se calhar, cargos superiores, ou de morarem em bairros sociais, eu acho que ‘tá por detrás disto alguma falta de autoconceito, de autoconfiança. E acho que essa é uma característica que é, pronto, que é comum a toda a gente.” (E2).

Pode ainda instalar-se uma certa aceitação da violência, algo considerado natural e normal, principalmente quando se cresce e vive nessa realidade.

“... Já vi alguns antecedentes na maior parte. E normalmente, prolongam-me isso. Primeiro eu acho que há uma aceitação da violência, acham aquilo uma coisa natural e normal. Porquê? Porque também sempre cresceram e viveram nessa realidade. Eu acho que é por aí, e depois porque, aceitando essa situação, parece que estão à procura daquele padrão, daquela figura de homem de família, com poder, com aquela afirmação... Parece até um bocadinho patológico.” (E2).

A falta de uma intervenção eficaz e de exposição da problemática pode acarretar sérios problemas aos jovens, tais como: baixa auto estima, depressão, fraco desempenho escolar, falta de concentração ou até mesmo o suicídio.

“...Quando não é feita uma intervenção eficaz, quando o problema não é falado, não é exposto, quando os jovens não têm informação do que é que está a acontecer e que têm de dizer, eles próprios, “não, isso não pode continuar”, a baixa autoestima, a depressão, um fraco desempenho escolar, desatenção, desconcentração e isso tudo pode levar a situações ainda mais graves, não é? Como o suicídio, como o isolamento.” (E2).

b) Prevenção atual

Atualmente não se tem trabalhado a prevenção em geral. Não se tem vindo a dar atenção à área da prevenção e são reduzidos os investimentos nesta área.

“...há muito pouco investimento na área da prevenção. Acho que não se dá o devido valor nesta área...” (E1). “Porque prevenção eu acho que também há muito pouca. Porque tenta-se apagar o fogo que existe mas não se previne o incêndio. E eu acho que falta o Estado investir nesta área da prevenção.” (E2).

Segundo os entrevistados há várias dificuldades no desempenho da prevenção tais como a complexidade na produção de prova quando a violência é psicológica, a morosidade dos processos, os poucos recursos para poder agir de forma eficiente. E ainda a desigualdade geográfica na forma de perceber e tratar a problemática da violência no namoro.

“...Quando é violência psicológica é muito difícil encontrar as provas e não há prova a coisa cai no esquecimento e ainda coloca-se mais vítimas em risco do não ter feito nada. Neste sentido há poucos recursos para poder agir de forma eficiente.” (E1) “...apesar dos conhecimentos da PSP e das forças estarem sensibilizadas para problemática VD e VN é muito desigual falarmos das cidades maiores e falar das cidades do interior. Há muitas situações que a GNR é amiga do agressor e achar que esta situação é normal e não dar muita importância.” (E1).

Há falta de consciência, pessoas que não sabem sequer que a violência no namoro é um crime e que o agressor pode ser condenado por isso. Surge ainda a opinião de que este tema deva ser abordado nas disciplinas curriculares.

“Tenho a consciência do trabalho que temos desenvolvido, ... nós vamos muito pra rua falar com as pessoas que não sabem sequer que a violência no namoro é um crime e que a pessoa pode ir presa por isso e eu acho que ainda há falta de informação a este nível e isto deve ser passado aos jovens. Também acho que nas escolas são poucos os professores e poucas as áreas curriculares que trabalham estes temas. Dantes tínhamos a formação cívica, onde isso podia entrar, agora acho que há muito pouco espaço para trabalhar essas questões e pra preparar os jovens para o mundo exterior. Prepara-se muito de forma académica e pouco de forma prática e preventiva, claro.” (E2).

A prevenção é o mais indicado. No entanto, constata-se uma evolução: as casas-abrigo, o apoio às vítimas e as indemnizações estatais fazem parte de um conjunto de recursos eficazes.

“... acho que a prevenção na violência no namoro é o [mais indicado]. ... há gabinetes que podem apoiar caso as situações ocorram, mas no fundo é dada a informação e que os jovens sintam que há determinados limites que quando se ultrapassam são violência. Que eu acho que os jovens não têm esses limites muito bem definidos, que acham que é coisa de velhos.” (E3).

“...Que já há uma evolução tão grande... há casas de acolhimento de emergência, quando é necessário acolher uma vítima e que não se tem uma casa-abrigo logo; há as casas-abrigo; há o apoio que há de vítimas de violência doméstica; há a indemnização que o Estado tem para as vítimas de violência doméstica; portanto, eu acho que há uma série já de recursos e que são eficazes. (...) Porque tem a questão da prevenção, tem a questão da intervenção com as vítimas, tem a questão da intervenção com os agressores, no fundo, eu acho que é muito abrangente o plano que nós temos, o plano nacional.” (E3).

Na promoção de campanhas de prevenção no sentido de se conseguir uma maior sensibilização para a erradicação deste tipo de situações ainda falta informação e apoios devidos. Contudo, são utilizados alguns instrumentos e desenvolvidas atividades:

“...Fizemos um Kit Pedagógico, trabalhamos com as escolas para fazer um kit pedagógico para trabalhar com os alunos as questões da violência no namoro, portanto eu acho que cada vez se vai tendo mais visibilidade.” (E3).

“Já vão existindo algumas instituições que promovem acompanhamento e fazem algumas campanhas de prevenção no sentido de se conseguir uma maior sensibilização para a erradicação deste tipo de situações, mas na minha opinião continua a existir falta de informação e apoios devidos com a premência que estas situações necessitavam.” (E4).

Mas os esforços existentes ainda são insuficientes. Continua a existir uma grande tolerância social face à violência no contexto das relações de intimidade, que permite considerar normais comportamentos abusivos.

“...há mais recursos colocados ao serviço da prevenção e do apoio às vítimas. No entanto, esses esforços são ainda insuficientes. Seria importante que se generalizassem as iniciativas de sensibilização dos e das jovens, bem como de agentes educativos. É fundamental a tomada de

consciência da gravidade e do impacto da violência, é importante desafiar de atitudes ou crenças e promover modelos de relacionamento saudáveis.” (E5).

“...continua a existir uma grande tolerância social face à violência no contexto das relações de intimidade, ainda é frequente considerarem-se “normais” comportamentos que são abusivos. A crença de que a violência nas relações de intimidade só tem lugar na vida adulta impede a identificação de muitas situações de violência no namoro” (E5).

c) Prevenção futura

A intervenção é determinante nestes casos. É essencial começar primeiro com a prevenção primária. Segue-se-lhe o acompanhamento (prevenção secundária) e, finalmente, a não desistência da vítima (prevenção terciária).

“...eu sou muito apologista destas questões da prevenção (...), a intervenção é muito importante mas eu acho que deve-se começar primeiro com a prevenção, depois acho que deve haver um acompanhamento, não se pode desistir da vítima, porque ela não nos vai dizer logo que “sim senhor”, que agora vai sair da relação e que vai ficar tudo bem, não, vai haver avanços, vai haver recuos e temos que estar lá para todas essas fases” (E2)

Investir na educação não formal é uma alternativa para sensibilizar os jovens e informar.

... E acho que é passar esta mensagem de forma igual, ou seja, nós apostamos na transmissão de mensagens de jovem pra jovem, porque eu acho que ela é melhor recebida do que se for um professor, alguém mais académico, a sentar os jovens e falar com eles. Acho que se tem que apostar nesta área, aqui um bocadinho na educação não formal para sensibilizar os jovens e para informar. E depois acho que devia haver mais alterações a nível dos media, da comunicação social, porque acho que ainda há muitos modelos que não são boas referências, como o modelo da mulher perfeita, da mulher que tem que estar muito magrinha e que tem que ser...para o homem apreciar e isto desvaloriza a mulher e o próprio homem que também tem que ser modelo e musculado e eu acho que isso toca um bocadinho nas questões de género, e na violência de género, que ‘tá por trás também da violência no namoro. E acho que esse percurso tem de ser feito todo desde o início, para os jovens perceberem onde é que está o problema e pra não irem atrás dele.” (E2).

Os entrevistados defendem que deveria haver uma formação de base em que os jovens tivessem uma disciplina sobre violência no namoro na qual fossem abordadas as questões relativas ao poder e ao controlo.

“Eu acho que havia mesmo de haver, que fosse uma formação de base, os miúdos terem...os jovens terem, uma disciplina sobre violência no namoro; em que se falasse da roda do poder e do controlo, para eles perceberem o que é que está em causa, porque as pessoas quanto mais informadas estiverem melhor podem tomar decisões assertivas e de respeito para a sua vida.” (E3).

“...eu acho que no fundo era haver uma maior abrangência do território destes serviços de atendimento e... Eu acho que deveria haver uma maior uniformização.” (E3).

Ainda há um longo caminho a percorrer na formação e sensibilização dos vários agentes que contactam com os adolescentes.

“Será então necessário fazer prevenção e estar atento aos sinais que se passam a nossa volta. Nas escolas os professores deveriam ter formação na matéria para poderem sinalizar para serviços competentes, APAV, PSP ou outros serviços especializados de atendimento a jovens que estejam a ser vítimas de violência física, psicológica/ emocional, ou abuso sexual. A APAV e outras organizações que estão no terreno já têm pessoas, técnicos qualificados. No entanto, na minha opinião, ainda há um longo caminho a percorrer, na formação, sensibilização dos vários agentes que estão junto dos adolescentes.” (E4). “Há muito trabalho para fazer...” (E5).

Na exposição das três categorias foi possível recolher dos profissionais contributos de suma importância no âmbito da percepção da violência no namoro, da intervenção e prevenção.

4.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No que diz respeito à primeira categoria, “Identificação de situações de violência”, e à primeira variável em estudo, “Identificação de VN”, verificou-se que os profissionais inquiridos assumem que há uma grande incidência de violência no namoro entre os jovens. Estes afirmam que *“...nos grupos de jovens (...) é a taxa maior da violência no namoro”* (E1), sendo que *“...são muitos os casos de violência doméstica e muitos deles começam na relação de namoro”* (E2). Apontam que este é um problema *“...com uma incidência preocupante e que é frequentemente banalizado, minimizado e insuficientemente problematizado”* (E5).

Dias (1996) aponta que a violência no namoro tem merecido destaque devido à sua evolução, principalmente entre os jovens. Por este motivo, vários trabalhos foram desenvolvidos em torno da violência doméstica que, como referido pelos inquiridos, tem muitas vezes início no namoro (“Estudo fundamental sobre violência doméstica - Relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005)”; “Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher - Ação e produção de evidência” (OMS, 2010); “Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica” (2011); entre outros).

No que toca à segunda variável (tipo de VN), os resultados apontam neste estudo para o facto de os profissionais realçarem que o principal tipo de violência nas relações de namoro é a violência psicológica. Deste modo, afirmam que *“...nas relações de namoro entre os jovens nem é a violência física, é a violência psicológica”* (E2), podendo haver distinção: *“quando as vítimas são raparigas é comum violências físicas e sexuais. Quando as vítimas são rapazes é comum violências psicológicas, stalking”* (E1).

No que toca a estudos é apontado que *“em estudos recentes (APAV), atualmente os casos mais relatados têm a ver com o tipo de violência psicológica, seguido de violência física e abuso sexual”* (E4). Os dados apontados pelos profissionais vão de encontro ao indicado na revisão de literatura, onde Luiz (2013) referia que a violência psicológica é uma das mais comuns nas relações de namoro. Este tipo de violência reflete-se através de *“comportamentos como insultar, humilhar, ameaçar, são os mais frequentes. Mas estão também presentes nas relações de namoro comportamentos mais graves como “atos sexuais contra a vontade”, ‘murros’, ‘pontapés’, ‘cabeçadas’”* (E5), podendo ocorrer situações onde a integridade psicológica e emocional da vítima e a sua dignidade enquanto pessoa são afetadas (Luiz, 2013).

Esta categoria leva a outra variável analisada neste estudo: os tipos de vítimas de VN. Refere-se a dificuldade em traçar um perfil da vítima deste crime, uma vez que *“...a violência doméstica, tal como a violência no namoro, não são problemáticas específicas de um determinado grupo, são transversais a várias categorias sociais...”* (E1), sendo que *“...qualquer pessoa pode ser vítima.”* (E3). Por conseguinte, *“...o que nos é relatado é que se trata de um tipo de jovens inseguras/os com problemas de autoestima, a maioria das vítimas acreditavam nos mitos e crenças que circulam sobre o amor, ‘é ciumento porque gosta de mim’, visão tradicionalista da mulher, existência de carências precoces e muitas vezes vinculações mal sucedidas na família ou outras relações”* (E4).

Apesar de os inquiridos não se terem centrado no género da vítimas mas sim nas suas características gerais, a verdade é que a revisão bibliográfica efetuada avança que 87% da violência doméstica incide sobre as mulheres - dados da UNICEF – (Rosa et al., 2006) e, informação mais atual, são apontados 83% de vítimas do sexo feminino, dados disponibilizados online pela APAV em 2013. Outro estudo, desenvolvido por Lisboa et al. (2009) e debruçado sobre a violência nos homens, reforça que a probabilidade de um homem ser vítima de violência é três vezes menor do que no caso das mulheres.

Em suma, *“...não há à partida traços de personalidade comuns a todas as vítimas e agressores. Não há um perfil que possamos identificar à partida. A investigação tem dito isto mesmo... mas considero que as pessoas que são vítimas partilham, na sequência dos maus-tratos a que são sujeitas, de uma baixa autoestima, elevados níveis de ansiedade, etc...”*. (E5)

Não obstante todas as características apontadas às vítimas de VN, também foram analisadas as características dos agressores nestas relações. A análise desta variável permitiu compreender que *“...há características psicológicas de estruturas da própria pessoa que*

levam a desenvolver comportamentos de agressor” (E1), bem como “...alguma valorização pessoal, rebaixar o outro para poder sobressair enquanto pessoa...” (E2).

Apesar de não se incidir, também aqui (nas entrevistas), no género do agressor, a revisão bibliográfica efetuada ao longo do estudo reforça que há relações díspares de poder entre homens e mulheres. Daí que sejam socialmente atribuídas características que classificam mais comumente a mulher como vítima e o homem como agressor (García-Moreno et al., 2005).

Nas relações de namoro “...o agressor é a pessoa mais normal e normalmente até é uma pessoa que...está muito bem socialmente, que tem boas relações e...que ninguém diria que aquela pessoa depois é um agressor...” (E3).

De referir que, “são na maioria dos casos manipuladores/as, pouco resistentes à frustração, indivíduos com maior necessidade de controlo, poder; tendência para minimizar a severidade, a frequência e consequência do comportamento violento; tendência para responsabilizar a vítima pela violência, seja física, psicológica, económica ou sexual” (E4). Um dos inquiridos apontou um facto grave ao afirmar que “...uma percentagem significativa de rapazes considera que este tipo de tratamento face à namorada é justificável” (E4).

Face a tudo o que foi sendo referido, a variável “*Condicionantes a níveis pessoais, culturais que contribuem para a VN*” vem reforçar a ideia de que este tipo de violência assenta no poder e no controlo sobre a outra pessoa (“*Considero que o desejo de controle, de dominação são a principal causa da violência, sobretudo contra as raparigas*” (E5).

A questão da desigualdade (de género) também é apontada (“...a questão de alguma desigualdade que exista também entre o homem e a mulher...” (E2) e reforçada por Carloto (2001) que refere haver uma construção social em torno do que é ser ‘homem’ e ser ‘mulher’, bem como o facto de “...em extratos sociais e económicos mais desfavorecidos, [haver] uma certa naturalização da violência, alguma banalização” (E3). Esta última ideia é conferida no estudo de Lisboa et al. (2009) quando afirmam que há, de facto, uma expressão real das desigualdades económicas, sociais e culturais entre homens e mulheres na sociedade.

A última variável da primeira categoria, “Histórico de violência na família”, confirma a informação apontada pelos autores analisados; na verdade “...alguns dos jovens que procuraram participar no projeto foi pelo facto de terem sido vítimas de violência na família” (E1), bem como “...muitas das vezes os jovens que sofrem violência no namoro, já também foram vítimas de violência doméstica, portanto, com os pais, violência na família...” (E2).

Existem jovens que viram “...a mãe ser batida, que o pai já a batia, o avô já batia na avó...é normal, é um fardo que ela vai carregar para o resto da vida, porque é normal os homens baterem nas mulheres, pronto...” (E3). Comumente “o que está inerente à existência e perpetuação destes comportamentos violentos intergeracionais, prende-se com determinados estereótipos ainda patentes na sociedade, nomeadamente quanto à igualdade de género e a lenta mudança da sociedade (ainda muito patriarcal)” (E4).

Segundo o Modelo Ecológico abordado nesta investigação de Bronfenbrenner e Morris (1998), foi reforçado o papel da família bem como a influência que os vários sistemas têm sobre ela e vice-versa. Neste sentido cria-se a relação dinâmica que conduz a que a violência sofrida na família leve os jovens a perpetuar situações deste género.

No que diz respeito à segunda categoria em estudo, “Estratégias de intervenção”, agruparam-se as respostas em três variáveis distintas, designadamente, os riscos inerentes à falta de intervenção, os tipos de intervenção existentes e exercidos pelos profissionais inquiridos e as medidas a tomar.

Os riscos associados à falta de estratégias de prevenção assentam no facto de os jovens não procurarem ajuda ou não terem informação. Os profissionais consideram que “...é muito difícil para as vítimas procurarem ajuda...” (E1), seja porque “há muitas críticas para as vítimas...” (E1), como pelo facto de “muitas vezes as/os jovens não pedem ajuda por vergonha, fragilidade, medo, mas quando conseguem dar esse passo foi porque constataram que a sua situação não é única; foram alertados por um filme, um documentário ou alguém conhecido que encaminha para poderem ultrapassar a situação” (E4).

A realidade é que “são ainda poucos os que procuram ajuda especializada. Procuram-na quando concluem que não têm capacidade para resolver a situação” (E5). Deste modo, as competências dos profissionais (assistentes sociais e outros) deve ir além do trabalho social e passar por um trabalho de intervenção, capacitando os jovens para a resolução de problemas deste teor (Brand et al., 2005).

Relativamente aos “Tipos de intervenção” os inquiridos referem que criam projetos (“...criámos o projeto Jovens Embaixadores...” (E1)); dão formação (“...damos formação e informação a jovens para que estes passem esta formação e informação para outros jovens...” (E1)); “...desenvolvam campanhas e iniciativas, atividades, pequenos projetos onde sensibilizam outros jovens...” (E1); oferecem suporte e apoio psicológico (“Eu acho que o acompanhamento psicológico é muito importante, depois, é toda a outra parte de criar uma estrutura, uma rede social, que dê apoio, que dê suporte... mas nós passamos a mensagem

através duma educação não formal... é mais um método educativo do que propriamente uma intervenção. Tem mais a ver com a prevenção....” (E2); “...fazemos uma avaliação das necessidades da vítima e realmente se for para acompanhamento psicológico para além de eu acompanhar, acompanha também o meu colega e faz toda uma avaliação...” (E3) e investem numa relação de confiança com as vítimas e num processo de ‘empoderamento’ da mesma (“Tem de existir uma relação de confiança construída para a ajuda ser mais eficaz, o acompanhamento deve ser feito por profissionais competentes. Empoderamento da vítima de forma gradual para poder ultrapassar a situação de “prisão emocional” em que se encontra” (E4)).

Na própria revisão bibliográfica, García (2009) referiu que é imperativo que os profissionais que trabalham junto das vítimas baseiem o seu trabalho em linhas fundamentais que orientem, posteriormente, as hipóteses a usar na intervenção. Também Garro (2009) aponta a evolução em torno dos modelos de práticas de intervenção; estes modelos foram evoluindo dada a multiplicidade metodológica e epistemológica no Serviço Social.

Por fim, na segunda categoria, a variável “Medidas a tomar”, é reconhecida a necessidade de informar os jovens e capacitá-los para o entendimento e reconhecimento de situações de violência, para posterior procura de ajuda. É necessário “...introduzir nos jovens uma consciência de uma relação saudável e de relações não saudáveis para que eles percebam quais são as características de uma relação saudável e não saudável...” (E1).

Já há cerca de 15 anos a OMS (2001) mostrava uma preocupação em torno da necessidade de criar apoios às vítimas de violência, principalmente nas camadas mais jovens. Por conseguinte, nos dias de hoje, a situação evoluiu, mas é referido e reconhecido tanto na revisão bibliográfica como nas entrevistas realizadas que há muito a fazer; o atual Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica (2014-2017) enquadra-se nestes parâmetros, centrando o seu objetivo na sensibilização e, sobretudo, na prevenção de situações de violência. No entanto “...para uma intervenção mais eficaz, falta existirem estruturas de apoio suficientes que não há, não há entidades de apoio à vítima, há a APAV que é grande, que é a nível nacional, mas que não conseguem dar resposta a todos os casos, há outras também que fazem este apoio, mas tem que haver mais financiamentos para projetos neste âmbito, de intervenção e de prevenção” (E2).

É muito importante entender que “não existem receitas iguais para todas as situações, no entanto... a ajuda deve passar por: conhecimento da situação; encaminhamento, caso seja necessário, para apoio especializado no trabalho com jovens; o

apoio com demonstração de outras situações; o discurso tem de ser contentor, compreensivo” (E4). Um ponto relevante no que toca às estratégias centra-se no agressor. Isto é, apesar de nas entrevistas apontar-se a prevenção centrada na vítima, entendeu-se pela revisão de literatura que as medidas de recuperação e de prevenção de situações futuras devem incidir, também, no próprio agressor. Devem ser desenvolvidas do ponto de vista local, medidas de prevenção com profissionais que acompanhem de perto o agressor e trabalhem as suas necessidades, evitando situações de reincidência (Gonçalves, 2003).

Na terceira e última categoria da investigação, “Perspetivas de prevenção”, dividiu-se a análise em três variáveis temporais: “A consequência da falta de prevenção”, a “Prevenção atual” e a “Prevenção futura”.

Apesar de estar legislada, a violência doméstica (Lei n.º 7/2000 de 27 de maio, artigo n.º 152, “Maus-tratos e infração de regras de segurança” revista em 2007 pela Lei n.º 59/2007; Lei n.º 112/2009 de 16 de setembro que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, expandida em 2010 com a Portaria n.º 220-A/2010 de 16 de abril), pela leitura integral das conversas com os inquiridos percebe-se que a situação com os jovens é grave dado que “...*hoje a prevenção ainda não é suficiente porque nas conversas que temos com os jovens eles ainda não estão cientes da problemática...*” (E1).

De facto, apesar de a violência ser um crime punível em Portugal e estar devidamente legislada, “...*quando não é feita uma intervenção eficaz, quando o problema não é falado, não é exposto, quando os jovens não têm informação do que é que está a acontecer e que têm de dizer, eles próprios, “não, isso não pode continuar”, a baixa autoestima, a depressão, um fraco desempenho escolar, desatenção, desconcentração e isso tudo pode levar a situações ainda mais graves... Como o suicídio, como o isolamento*” (E2).

Atualmente, os profissionais consideram que “...*há muito pouco investimento na área da prevenção... não se dá o devido valor nesta área...*” (E1), “*porque prevenção...há muito pouca. Porque tenta-se apagar o fogo que existe mas não se previne o incêndio... acho que falta o Estado investir nesta área da prevenção*” (E2). O futuro passa precisamente por aqui: “...*acho que a prevenção na violência no namoro é o [mais indicado]*” (E3).

A prevenção de situações específicas de violência no namoro assume grande interesse e destaque depois de toda análise efetuada, dado que “...*continua a existir uma grande tolerância social face à violência no contexto das relações de intimidade, ainda é frequente considerarem-se ‘normais’ comportamentos que são abusivos. A crença de que a*

violência nas relações de intimidade só tem lugar na vida adulta impede a identificação de muitas situações de violência no namoro” (E5)

Como contornar estes obstáculos que se refletem na literatura e nas entrevistas?

Branco e Portas (1999) apontam o Serviço Social como uma profissão que deve traçar caminhos e provocar mudanças sociais no âmbito em estudo, trabalhando compromissos com os cidadãos e pelo reconhecimento do valor humano.

Brand et al. (2005) afirmam que o caminho passa por uma intervenção social em ações locais, em concordância com as autoridades, que permita estabelecer compromissos em prol de uma vida saudável dos indivíduos e das famílias e trabalhando também as tensões e conflitos que surgem inerentes a situações de violência no namoro.

Os profissionais inquiridos apontaram ainda que deve haver “...uma maior abrangência do território destes serviços de atendimento e... deveria haver uma maior uniformização” (E3), sendo “necessário fazer prevenção e estar atento aos sinais que se passam à nossa volta (...). A APAV e outras organizações que estão no terreno já têm pessoas, técnicos qualificados, no entanto... há um longo caminho a percorrer, na formação, sensibilização dos vários agentes que estão junto dos adolescentes” (E4). Em suma, “há muito trabalho para fazer...” (E5).

Depois de analisadas as três categorias de análise das entrevistas realizadas aos profissionais que intervêm em situações de VN, entende-se que estes têm uma tarefa que poderá ser ainda mais árdua, se tivermos em conta o desafio que é apoiar e sensibilizar jovens ainda sem as competências suficientes para entender e/ou assumir que sofrem situações de violência. Daqui advém a necessidade de haver profissionais qualificados, bem como planos profundos de intervenção nas camadas mais jovens nos meios que estes frequentam (associações, escolas, ONG's).

CONCLUSÃO

Num sistema organizativo que é dominado primordialmente pelo sexo masculino, os movimentos ou ideologias feministas saem frustrados, uma vez que é adotada linguagem e são referidos estereótipos e opiniões que sustentam a desigualdade entre os sexos alimentando dessa forma a violência de género. Denota-se, com a informação recolhida e aplicada neste trabalho, que a incidência da violência no namoro sobre a mulher constitui uma questão complexa do ponto de vista jurídico-social.

A Constituição da República Portuguesa defende o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Clarifica as obrigações do Estado na prevenção, erradicação e punição da violência. De facto, e apesar de uma significativa elevação do nível educativo que deveria pressupor maior civilidade nas relações interpessoais, as manifestações de violência aumentam e apresentam novas configurações. O mesmo acontece relativamente à evolução na elaboração e aplicação de leis que definem o crime, que preveem a proteção da vítima e que punem o agressor – não obstante o avanço, a interpretação do crime e a análise da vítima continuam condicionados a preconceitos e estereotipias.

Por conseguinte, respondendo aos objetivos desta investigação, relata-se que os profissionais que atuam na área consideram que a violência no namoro é um problema com incidência preocupante, frequentemente banalizado e em relação ao qual a sociedade ainda não se dá conta da sua verdadeira gravidade. É também revelado que muitos são os casos de violência doméstica iniciados ainda nas relações de namoro. Esta violência no namoro é sobretudo do tipo psicológico, concretizada em insultos, ameaças, humilhações. Não obstante, podem surgir situações onde há comportamentos agressivos assentes na violência física.

No que diz respeito às características é reconhecida a grande incidência de vitimação sobre o género feminino e aponta-se o facto de atingir vítimas dos diferentes estratos sociais, independentemente de integrarem classes altas ou grupos com problemas sociais e económicos. Relativamente aos perfis das vítimas, constata-se que são jovens relativamente inseguras, com problemas de autoestima e que muitas vezes interpretam as agressões como comportamentos ciumentos e não agressivos. Quanto aos perfis dos agressores, são maioritariamente do género masculino, indivíduos com necessidade extrema de controlo, de sentimento de posse em relação à pessoa da namorada, características muitas vezes associadas à vivência de situações de violência na sua própria infância com membros da família (pais ou avós, por exemplo).

A revisão de literatura (García, 2009; Garro, 2009; OMS, 2001) é corroborada pela opinião dos profissionais quando estes apontam que se torna fundamental reforçar o empenhamento político e a intervenção conjunta de todos os decisores para identificar formas e recursos que previnam e combatam de forma sustentada a violência contra as mulheres e o envolvimento de toda a comunidade não só na identificação das situações e do acolhimento decorrente, mas no empenhamento ativo na sua eliminação. A finalidade da intervenção passa por garantir a igualdade, a liberdade e a dignidade das mulheres.

Com base no reconhecimento das estratégias de intervenção e de acompanhamento apontadas pelos profissionais, denota-se que o maior risco é o facto de os jovens não procurarem ajuda ou não terem informação, o que leva à necessidade de proceder à sua extensão e ampliação, desenvolvendo projetos nas escolas e associações que os capacitem para a resolução de problemas de violência no namoro, de forma a promover-se uma cultura de não-violência entre os jovens.

De acordo com a perspetiva dos profissionais que intervêm nesta problemática, uma das estratégias fundamentais de prevenção consiste em introduzir nos jovens uma consciência de relações saudáveis, evidenciando a caracterização distinta entre relação saudável e não saudável.

Ao refletir sobre os modelos e técnicas específicas utilizadas em situações de violência no namoro, entende-se que estes profissionais têm uma tarefa que poderá ser ainda mais árdua, se tivermos em conta o desafio que é apoiar e sensibilizar jovens que ainda sem as competências suficientes para entender e/ou assumir que sofrem situações de violência. Daqui advém a necessidade de haver profissionais qualificados, bem como planos de intervenção profunda nas camadas mais jovens nos meios por si frequentados (associações, escolas, ONGs e outras...).

Em suma, observaram-se algumas potencialidades e fragilidades da intervenção na violência no namoro. Verificou-se que as medidas de prevenção têm vindo a ser muito positivas, bem como as campanhas e projetos em curso. Mas no entanto nota-se um défice na compreensão da problemática entre os jovens. Surge assim a necessidade de introduzir uma educação centrada numa cultura de não-violência na sociedade.

Espera-se que este trabalho promova a reflexão e o aprofundamento da investigação em Portugal nesta área, possibilitando o enriquecimento da teoria no âmbito do objeto de estudo em causa, gerando novo pensamento e explicando o existente noutros contextos. A reflexão apresentada e as entrevistas realizadas para estudar os seus parâmetros nos vários

itens que a compõem poderão apresentar-se como alternativas para outros investigadores que pretendam dar seguimento ao presente estudo, no sentido de encontrar novos resultados e comparar dados.

O estudo poderá constituir-se também como suporte para os órgãos de apoio social e, sobretudo, para os departamentos de instituições sociais e de apoio a vítimas de violência, de forma a refletirem sobre o modo como as suas intervenções exercem influência na mudança de situações reais de violência no namoro, de modo a alcançarem os objetivos propostos pelos Planos de Combate à Violência abordados nesta investigação.

Urge um maior enfoque no capital humano e no incremento da formação, elevando-se deste modo as competências dos profissionais que estão junto dos jovens. Em consequência deste investimento é expectável o refinamento da qualidade dos serviços prestados, consubstanciando-se na diminuição de situações de violência. Ou seja, essa aposta pode contribuir para a melhoria contínua dos desempenhos profissionais, com base num processo dinâmico de aplicação e avaliação de práticas de apoio social que potenciem altos níveis de intervenção e resultados otimizados na atuação profissional.

Por fim, este estudo revela-se inovador na área disciplinar do serviço social, e poderá servir de base para futuras investigações. Procedeu-se a uma longa reflexão e amadurecimento do tema que poderá originar novas propostas, tendo por base a natureza dos dados recolhidos, em relação aos quais se utilizou um método exaustivo no seu tratamento e análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, M. (2002), *(des) Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto.
- Aldright, T., (2004), Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do Estado de São Paulo- Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6 (I), 105– 120.
- Alexandre, C. & Figueiredo, Bárbara (2006), Versão portuguesa das “Escala de Táticas de Conflito Revisadas”: estudo de validação. *Psicologia: Teoria e Prática* 6, 8(2):14-39.
- Alves, Branca Moreira & Pitanguy, Jacqueline, (1985), *O que é feminismo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense.
- Almeida, Leandro & Freire, Teresa, (2007), *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Amado, J. (2013), *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Angelini, Arrigo; Netto, Samuel & Rosamilha, Nelson (2001), Análise de conteúdo da psicologia educacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, 5(1), 83-90.
- Archer, John & Lloyd, Barbara, (2002), *Sex and Gender*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Azevedo, Thales (1986), *As regras do namoro à antiga: aproximações socioculturais*. São Paulo: Ática, (Coleção Ensaios, 118).
- Bardin, Laurence (1977), *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bennett, L. & Williams, O. J. (2003), Substance abuse and men who batter. *Violence Against Women*, 9, 5, 558-575.
- Berry, D. B. (2000), *The domestic violence sourcebook*. Lowell house: Illinois.
- Best, J. W. (1972), *Como investigar en educación*. 2ª ed. Madrid: Morata.
- Branco, Francisco & Portas, Manuela (1999), *Direitos Humanos e Serviço Social*. Organização das Nações Unidas, Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.
- Bloch, Sidney (1999), *Uma introdução às psicoterapias*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bronfenbrenner, Urie & Morris, Pamela (1998), The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology, Vol. 1: Theoretical models of human development* (5th ed., pp. 993-1023). Nova York: John Wiley and Sons, Inc.

- Carvalho, J. Eduardo, (2002), *Metodologias do Trabalho Científico “Saber Fazer” da investigação para dissertação e teses*. Editor: Escola Editora.
- Carvalho, M. (2011), Violência sobre as pessoas idosas e Serviço Social. *Revista Kairós Gerontologia*, 14(1), 43-64.
- Carloto, Cássia Maria, (2001), O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço Social em Revista*, Londrina, 3(2), 201-213.
- Cervo, Amado L. & Bervian, Pedro A. (1983), *Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários*. 3.ed. São Paulo : McGraw-Hill do Brasil.
- Chalk, Rosemary & KING, Patricia (1998), *Violence in Families: Assessing Prevention and Treatment Programs*. Washington, D.C.: National Academy Press.
- Chauí, Marilena, (1985), Participando do debate sobre mulher e violência. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C.; Heilborn, Maria Luiza (Orgs.). *Perspetivas antropológicas da mulher*. São Paulo: Zahar.
- Chesnais, J. (1981), *Histoire de la violence: en occident de 1800 à nos jours*. Paris: Éditions Robert Laffont, AS.
- CIDM, Presidência do Conselho de Ministros, (1991), «Igualdade, Democracia e Direitos Humanos – Actas do Seminário realizado a 24 e 25 de Maio de 1990», Cadernos Condição Feminina, nº33, Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres.
- Conselho Da Europa (1986), Comité de Ministros dos Estados Membros – “*Violence in the family*”, Recommendation No. R (85) 4 on 26 March. Estrasburgo.
- Coutinho, Clara (2008), A qualidade da investigação educativa de natureza qualitativa: questões relativas à fidelidade e validade. *Educação Unisinos*, 12 (1), 5-15.
- Coutinho, Clara (2013), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- De La Rosa, Esther (2005), Violência em el noviazgo: en nombre del amor. *Revista Violeta*, Nuevo León, 7, 18-19, sept. http://www.nl.gob.mx/pics/pages/iem_violeta_base/RevistaVioleta_No7.pdf, consultado em 3/2/2015
- De Paul, Joaquín (1988), *Maltrato y abandono infantil: Identificación de factores de riesgo*. Victoria: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.
- Del Priore, Mary, (2006), *História do amor no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto.
- Dias, Isabel Sá (1996), *A violência doméstica em Portugal: Contributos para a sua visibilidade*, IV Congresso Português de Sociologia.
- Dias, Isabel (2004), *Violência na Família – Uma abordagem Sociológica*, Porto: Edições Afrontamento.

- Dias, A. R., & Machado, C. (2008), Amor e violência na intimidade: Da essência à construção social. *Psicologia e Sociedade*.
- DIAS, I. (2010), Violência doméstica e justiça. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 20, 245-262.
- Ferreira, A., & Pereira, B. (2001), Os materiais lúdicos nos recreios e a prevenção do bullying na escola. In B. Pereira & A. Pinto (Eds.), *A Escola e a Criança em Risco - Intervir para prevenir* (pp. 235-247). Edições ASA.
- Flick, U. (2002). Entrevista episódica. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. (pp. 114-136). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fonseca, R. & Guedes, R. (2011), *Violência doméstica: um olhar de gênero*. “Violência doméstica: um olhar de gênero” na 63ª Reunião Anual da SBPC, Goiânia, 14 de julho de 2011.
- Fontana, Andrea & Frey, James H. (1994), Interviewing: the art of science. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage.
- García, Tomás (coord.) (2009), *Fundamentos del Trabajo Social*. Madrid: Alianza Editora, S.A.
- García-Moreno, C. et al. (org.) (2005), *WHO Multi-Country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women*. http://whqlibdoc.who.int/publications/2005/9241593512_eng.pdf, consultado em 5/2/2015.
- Garro, Juan (2009), Modelos de intervencion en trabajo social, In T. F. Garcia, *Fundamentos del Trabajo Social* (pp. 292-344), Madrid, Alianza Editora.
- Gelles, R. J. (1997), *Intimate violence in families*. Thousand Oaks: Sage.
- Giddens, Anthony, (1993), *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp.
- Glass, N., Fredland, N., Campbell, J., Yonas, M., Sharps, P., & Kub, J. (2003). Adolescent dating violence: Prevalence, risk factors, health outcomes and implications for clinical practice. *JOGNN Clinical Issues*, 32, 227-238.
- Gonzaga, A. M. (2006), *A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa in Pesquisa em educação*. São Paulo: Loyola.
- Hage, S. M. (2000), The role of counseling psychology in preventing male violence against female intimates. *The Counseling Psychologist*, 6, 797-828.
- Hamby, S. (1998), Partner violence, Preventive and intervention. In: Jasinski .J & L. Williams L.(Eds.), *Partner violence – A comprehensive review of 20 years research*, (pp. 211-260). Thousand Oaks: Sage.

- Iamamoto, Marilda V. (2000), *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, 3ª edição; São Paulo, Cortez.
- Izumino, Wânia P. & Santos, Cecília M. (2005), Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Revista E.I.A.L.*, 16(1), 1-16, ene./jun., http://www1.tau.ac.il/eial/index.php?option=com_content&task=view&id=358&Itemid=188 Consultado em 12/7/2012.
- Jaffe, P. G., Suderman, M., Reitzel, D., & Killip, S. M. (1992), An evaluation of a secondary school primary prevention program on violence in relationships. *Violence and Victims*, 7, 129-146.
- James, R. (2008), *Crisis intervention strategies*, 6.ª Ed. Belmont, CA: Thomson.
- Kerman, E. & Powers, J. (2006), *Teen, dating violence, Research facts and findings*, Act for Youth Upstate Center o Excellence. New York.
- Lakatos, E., & Marconi, M. (2005), *Metodologia científica*, 2ª ed, São Paulo: Editora Atlas.
- Lipchik G., Holroyd, K., Talbot, F. & Greer M. (1997). Pericranial muscle tenderness and exteroceptive suppression of temporalis muscle activity: a blind study of chronic tension-type headache. *Headache*, 37, 368–76.
- Lipovetsky, Guilles (1989), *O Imperio do Efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lisboa, Manuel (coord.), PATRÍCIO, Joana & LEANDRO, Alexandra, (2009), *Violência e gênero – inquérito nacional sobre a violência exercida contra as mulheres*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Estudos de Género, nº 6.
- Luiz, Alexandra (2013), *Formação - sobre a violência nas relações de namoro entre jovens*. Instituição: Raízes.
- Machado, Carla & Gonçalves, Rui (2003), *Violência e Vítimas de Crimes*. Coimbra: Quarteto.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. (2003), Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.
- Makepeace, J. (1981), Courtship violence among college students. *Relações Familiares*, 30, 97-102.
- Matos, Marlene; Machado, Carla; Caridade, Sónia & Silva, Maria (2006), Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(1), 55-75.
- Matos, P. M. (2006), Relações românticas em adolescentes. *Psychologica*, 41, 9-24.
- Matos, M., & Carvalhosa, S. (2001). Violência na Escola: Vítimas, provocadores e outros. *Aventura Social & Saúde*, 2(1).

- Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, M. (2006), Prevenção de violência nas relações de namoro: Intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8 (1), 55-58.
- May, C. W., (2002), In the name of love: violence and aggression in courtship among young adults in Hong Kong, <http://hub.hku.hk/bitstream/10722/30747/1/FullText.pdf?accept=1>, consultado 8/2/2015.
- Medeiros, R. A. & Straus, M. A. (2006), Risk factors for physical violence between dating partners: implications for gender-inclusive prevention and treatment of family violence. In: Meéndez, R. G. & Hernández, J. D. S. (2001), *Violencia en parejas jóvenes: análisis y prevención*, Madrid: Pirámide.
- Méndez, Rosaura & Hernández, Juana (2001), La violencia en parejas jóvenes. *Psicothema*, 13(1), 127-131.
- Minayo, M. (2005), Relaciones entre procesos sociales, violencia y calidad de vida. *Salud Colectiva*, 1(1), 69-78.
- Moura, Maria Helena (2006), *Serviço Social e Modelos de Intervenção: da sociedade industrial à sociedade do risco*. Dissertação de Doutorado em Ciências do Serviço Social, Universidade do Porto – Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar.
- Mouro, Helena & Simões, Dulce (coord.) (2001), *100 anos de Serviço Social*. Coimbra, Quarteto Editora.
- Nascimento, F. Sardelich (2009), *Namoro e Violência: um estudo sobre amor, namoro e violência entre jovens de grupos populares e camadas médias*, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Nascimento, F. S. & Cordeiro, R. L. M. (2011), Violência no namoro para jovens moradores de Recife, *Psicologia & Sociedade*, 23 (2), 516-525.
- Neves, José Luís (1996), Pesquisa Qualitativa – Características, Uso e Possibilidades, *Caderno de Pesquisa em Administração*, 1(3), FEA – USP.
- Oliveira, M. S. & Sani, A. S. (2005). Comportamentos dos jovens universitários face à violência nas relações amorosas. In B. D. Silva & L. S. Almeida (Coords), *Actas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*. (pp. 1061-1074). Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED).
- Pais, Elsa (1996), Violência (s): reflexões em torno de um conceito”, *Interações*, 4, 23-39.
- Pardal, L. & LOPES, E. S. (2011), *Métodos e técnicas de investigação social*. Maia: Areal.
- Payne, Malcolm (1997), *Modern Social Work Theory*. London, Palgrave.

- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, José L. Pais, (2007), *Metodologias de Investigação em Psicologia e Saúde*, Legis Editorial, Livpsic – Psicologia.
- Rivero, Catarina (2007), *Apreciar nas equipas de intervenção social: descobrir o que funciona*. Disponível em: <http://catarinarivero.com/formacao/Apreciar-nas-Equipas-de-Intervencao-Social.pdf>
- Robert, C. Bogdan & BIKLEN, K. Sari, (1994), *Investigação Qualitativa em educação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*, Porto Editora.
- Roberts, A. R. (2002), Assessment, crisis intervention and trauma treatment: The integrative ACT intervention model. *Brief Treatment and Crisis Intervention*, 2(1), 1–21.
- Rodrigo, M. J., MARTÍN, J. C., MÁIQUEZ, M. L., & BYRNE, S. (2008), *Preservación familiar. Um enfoque positivo para la intervención com famílias*. Madrid: Ediciones Pirámide.
- Rodrigo, M., Chaves, M., & Quintana, J. (2010), *Buenas prácticas profesionales para el apoyo de la parentalidade positiva*. Madrid: Spanish Federation of Municipalities and Provinces.
- Rosa, José, Goulão, Jorge & Bolas, Jorge (2006), *Crime e Família*, disponível em <http://www.iesm.pt/cisdi/boletim/Artigos/B3.9.pdf>
- Rosnay, Joel (1995), *O Macroscópio: Para uma visão global*. V. N. de Gaia: Estratégias Educativas.
- Saavedra, Melim (2010), *Prevenir antes de remediar: Prevenção nos relacionamentos íntimos Juvenis*. Universidade do Minho, Escola de Psicologia.
- Saffioti, Heleieth. (1999), “O estatuto teórico da violência de gênero”. In: *Violência em tempo de globalização* (pp.142-163). 1.ed. São Paulo: Hucitec
- Saffioti, Heleieth (2004), *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, (Coleção Brasil Urgente).
- Silva, Augusto & Pinto, José (2001), *Metodologia das ciências sociais*, Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, C. R.; Gobbi, B.C. & Simão, A. A. (2004), O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 7(1).
- Stake, R. E. (2012), *A arte da Investigação com estudos de caso*. (3ª ed). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Straus, M. A. et al. (2004), Prevalence of violence against dating partners by male and female university students worldwide. *Violence Against Women*, 10(7), 790-811.

Straus, Murray A.; Gelles, Richard J. & Steinmetz, Suzanne K. (1988), *Behind Closed Doors – Violence in the American Family*. Newbury Park, California: Sage Publications.

Stuart, G. & Laraia, M. (2002), *Enfermagem psiquiátricas*, 4 ed.. Rio de Janeiro, Reichmann & Affonso Editores.

Vieira, Maria (2008), *Amostragem*, Universidade de Aveiro, Departamento de Matemática.

Walliman, N. (2011), *Social Research Methods*, London, Thousand Oaks and New Delhi: SAGE Publications.

Relatórios, legislação e site

ACM – Alto Comissariado para as Migrações <http://www.acm.gov.pt/acidi-i-p-/missao-e-principios-chave> consultado em 21/02/2015.

ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses <http://www.anmp.pt/> consultado em 08/02/2014.

AMNISTIA INTERNACIONAL, Relatório da Campanha Acabar com a Violência Sobre as Mulheres, Mulheres (In) Visíveis http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=42&Itemid=53 consultado em 3/2/2015.

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima <http://apav.pt/> consultado ao longo de 2014 e 2015.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/Legislacao_AreaViolenciaDomestica.aspx Consultado 24/01/2014.

CIG – Comissão para Igualdade de Género, (2009), *A Igualdade de Género em Portugal*.

Conselho De Europa (2011), *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica*, <http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/convention-violence/convention/Convention%20210%20Portuguese.pdf>, consultado a 5/3/2015.

Decreto-Lei n.º 423/91, de 30 de Outubro - Indemnização, por parte do Estado, às vítimas de crimes violentos.

DGAI - Direção Geral da Administração Interna <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=101&mid=109>, consultado em 16/01/2014.

Instituto Nacional De Saúde (2014), *Envelhecimento e Violência*. Disponível em <http://repositorio.insa.pt/bitstream/10400.18/1955/3/Envelhecimento%20e%20Viol%C3%Aancia%202011-2014%20.pdf> consultado em 3/3/2015.

Lei n.º 61/91, de 13 de Agosto - Garante proteção adequada às mulheres vítimas de violência.

Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto - alteração do Código de Processo Penal para a inclusão da medida de afastamento do ofensor da casa de morada comum com a vítima, em casos de violência doméstica.

Lei 136/99, de 28 de Agosto - Primeira alteração ao Decreto Lei 423/99, de 30 de Outubro, que aprovou o regime jurídico de proteção às vítimas de crimes violentos.

Lei n.º 129/99, de 20 de Agosto - Aprova o regime aplicável ao adiantamento pelo Estado de indemnização devida às vítimas de violência conjugal.

Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro – Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas

OMS – Organização Mundial da Saúde (2002), <http://www.who.int/eportuguese/countries/prt/pt/> consultado ao longo de 2014 e 2015.

OMS - Estudo fundamental sobre violência doméstica Relatório da OMS realça amplitude do fenómeno e seus graves efeitos na saúde <http://www.unric.org/pt/mulheres/5651> consultado em 5/3/2015.

ONU (2010) - Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher. Ação e produção de evidência - http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44350/3/9789275716359_por.pdf consultado ao longo de 2014 e 2015.

Portaria n.º 229-A/2010, de 23 de Abril – Aprova o documento comprovativo da atribuição do estatuto de vítima.

Relatório Anual de Segurança Interna (2011), http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relatorio_anual_seguranca_interna.pdf, consultado ao longo de 2014

RMVS - Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde, Editado por: Etienne G. Krug, Linda L. Dahlberg, James A. Mercy, Anthony B. Zwi e Rafael Lozano https://www.academia.edu/7619294/Relat%C3%B3rio_mundial_sobre_viol%C3%Aancia_e_sa%C3%BAde consultado ao longo de 2014.

I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (1999 - 2002)

II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2003 - 2006)

III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007 - 2010)

IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011 - 2013)

V Plano de Prevenção de Combate a Violência Doméstica e de Género (2014 – 2017)

APÊNDICES



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

APÊNDICE I – GUIÃO DE ENTREVISTA

Guião de entrevista

Entrevista sobre a intervenção em violência no namoro

Esta entrevista visa obter respostas a questões levantadas no âmbito do Mestrado desenvolvido em Serviço Social e Políticas Sociais. Esta investigação tem o objetivo de identificar modelos de intervenção social em relação à problemática da violência nas relações de namoro e também identificar fatores que possam ser prevenidos através da intervenção social.

A entrevista é anónima e as informações recolhidas serão utilizadas apenas para a investigação em curso, assegurando-se a confidencialidade e o sigilo das informações.

1. Identificação do Profissional

Área Profissional: _____ sexo: _____ idade: _____

Quanto tempo de experiência tem nesta área profissional: _____

Instituição: _____

2. Tendo em conta a sua experiência profissional, qual a visão que tem sobre a Violência nas Relações de Namoro na sociedade contemporânea, a nível internacional e nacional?

3. Quais são os sinais indicadores de situações de violência nas relações de namoro?

3.1 Quais são os tipos mais comuns de violência nas relações de namoro?

3.2 Quais são as características das vítimas de violência no namoro?

3.3 Quais são as características dos agressores nas relações de namoro?

3.4 Nos casos identificados há muitos diagnósticos de violência continuada?

3.5 Nos casos identificados há histórico de violência na família?

4. Quais são as medidas a tomar após a identificação de um caso de violência no namoro?

5. Quais são os riscos e quais são as consequências quando não ocorre uma intervenção de combate à violência no namoro?

6. Quais são os modelos de intervenção em casos de violência no namoro?

7. Quais são as fases de intervenção no caso de violência no namoro?

8. Quais as tipologias de intervenção mais utilizadas: primária, secundária ou terciária? E porquê?
9. Do ponto de vista profissional o que falta para uma intervenção mais eficaz na problemática da violência no namoro?
10. A rede institucional, familiares e outros suportes de apoio e combate à violência no namoro estão atentos ao aspeto específico da prevenção? Justifique a resposta.
11. Ao nível da prevenção da violência nas relações de namoro tem sugestões que a fortaleçam?

Agradecimentos!

APÊNDICE II – ANÁLISE INDIVIDUAL DA ENTREVISTA 1

Observação:

Categoria 1: Identificação de situação de violência (Analisada a verde)

Categoria 2: Estratégias de intervenção (Analisada a azul)

Categoria 3: Perspetivas de prevenção (Analisada a vermelho)

Identificação do Profissional: E1 Área Profissional: Socióloga Sexo: Feminino Idade: 37 Quanto tempo de experiência tem nesta área profissional? Aproximadamente três anos. Instituição: Trabalho na Raízes uma associação de apoio a crianças e Jovens, faço coordenação pedagógica, formação e curso de formação e coordenação de projeto nomeadamente o Projeto Jovens Embaixadores para Igualdades que é um projeto de prevenção e combate a violência no namoro.
Tendo em conta a sua experiência profissional, qual a visão que tem sobre a Violência nas Relações de Namoro na sociedade contemporânea? Na experiência que nós temos focamos essencialmente nos grupos de jovens que é a taxa maior da violência no namoro e a na perceção que temos e daí criamos o projeto Jovens Embaixadores, e que ao contrário do que estaríamos esperando com a reputação da mulher, mais informação, mais disponibilidade, maiores níveis de escolaridade, que estas questões da violência doméstica fossem diminuindo, a perceção que nós temos e que não sei se teria aumentado mas pelo menos ainda está muito presente nas camadas juvenis. Atualmente, as relações de intimidade entre os jovens são marcadas pela violência, muitas vezes por violência psicológica em que os próprios jovens não questionam se aquilo é errado, que não está correto, e portanto está envolvida em episódios de agressão dos quais não sentem bem e não conseguem perceber que não deviam ser assim ou não devia ter esta postura.
A violência no namoro (VN) é, atualmente, uma realidade frequente? Em relação aos jovens sim, é frequente, facilmente os jovens identificam entre eles um ou dois jovens vítimas de violência, há uma estatística que diz que 1 em cada 4 jovens é vítima de violência ou já sofreu de violência no namoro, portanto neste caso sim.
O que leva as pessoas a usarem a violência com a/o sua/seu namorada/o? O que está na origem da violência são diversos fatores, não há uma resposta única, que provocam a violência no namoro, tem que haver aqui uma circunstância das duas partes, tem que haver um elemento que agride e tem que haver um elemento que aceita a agressão ou pelo menos não consegue evitar, significa que tem que haver condições em termos de um casal, há uma perspetiva de o facto da vítima ter baixa estima, raparigas ou rapazes que estejam em situações vulneráveis ou que estejam com poucas confianças.

Ou seja há condicionantes a níveis pessoais, culturais que contribuem para a VN?

Quanto ao meu conhecimento acho que existem, mas **não é por um jovem estar em crise numa família e que presencia atos de violência doméstica que se tornam agressores ou vítimas.** Há aqueles casos que os jovens têm consciência que os pais sofreram violência doméstica e eles procuram não reproduzir este comportamento, mas há também efeitos contrários que os pais foram agressores e que se os filhos na vida adulta reproduzem as agressões, penso que pode haver efeitos diferenciados, tanto pode haver influências para o positivo como pode haver influências para o negativo.

Quais são os indícios que levam a/o namorada/o a procurar ajuda juntos dos técnicos competentes nesta problemática?

Indícios não sei. É assim, das informações que temos é que **é muito difícil para as vítimas procurarem ajuda**, geralmente estão rodeadas de sentimentos de culpa e vergonha, por isso é muito complicado a procura de ajuda. Indícios não sei, não tenho conhecimento de algum indício. Imagino eu **se faz uma vítima dar passo é sentir que encontra uma rede de apoios ou alguma instituição que possa confiar e que ofereça apoio, ou então pode ser o facto da vítima sentir-se tão assustada a ponto de tomar uma iniciativa e pedir ajuda.**

Quais são os tipos de violência mais comum nas relações de namoro?

Quando as vítimas são raparigas é comum violências físicas e sexuais.

Quando as vítimas são rapazes é comum violências psicológicas, stalking.

Quais são as características das vítimas de violência no namoro?

Uma coisa que se costuma dizer que é generalizado, **a violência doméstica tal como a violência no namoro não são problemáticas específicas de um determinado grupo, são transversais a várias categorias sociais**, camadas mais ricas e mais pobres, culturas dominantes e culturas minoritárias, não existem características sociais que façam ser predominante a VN. **Na minha opinião há características psicológicas de estrutura da própria pessoa que proporcionam e permitem a VN.**

Quais as características dos agressores nas relações de namoro?

Quanto a características de agressor a opinião é a mesma em relação às vítimas, **há características psicológicas de estrutura da própria pessoa que levam a desenvolver comportamentos de agressor.**

Nos casos identificados, há muitos casos de violências continuadas?

Não temos muito acesso a situações que nos permitam dizer. Na nossa experiência **não conseguimos identificar estas situações se há ou não casos de violências continuadas.**

Nos casos identificados, há histórico de violência na família?

Daquilo que tivemos contactos havia, **alguns dos jovens que procuraram participar no projeto foi pelo facto de terem sido vítimas de violência na família.**

Quais são os riscos e quais são as consequências, quando não houver uma intervenção em situação da violência no namoro?

Consequência é haver o culminar de uma situação mais trágica de violência doméstica que depois pode levar a outros estágios e terminar em morte. **É importante trabalhar na prevenção embora hoje a prevenção ainda não é suficiente** porque nas conversas que temos **com os jovens eles ainda não estão cientes da problemática**, muitas vezes eles não tem consciência que está a viver numa relação de violência, os jovens contam histórias de amigos vítimas de VN. **Há muitas críticas para as vítimas...** porque ela continua a andar com um rapaz que lhe bate, os jovens se revoltam contra a vítima... não considera que a violência seja normal, mas também não se revoltam contra o rapaz que é agressor, reflete muitas críticas para as vítimas enquanto que não há críticas para o agressor que continua a fazer vítimas. **Há falta de informação** porque uma rapariga continua numa relação de violência, os contornos iniciais de uma relação violenta, os jovens confundem muito aquilo que são os primeiros sinais de violência, há uma confusão com os ciúmes geralmente desculpa-se e diz que ele gosta muito de mim e por isso que me persegue, grita...

Quais são os modelos e técnicas mais comuns de intervenção nos casos de violência no namoro?

Eu não sei especificar os modelos de intervenção, neste projeto que trabalhamos é trabalhar essencialmente na prevenção da VN, **o modelo de intervenção que fazemos na área da prevenção tem a ver com modelo de educação de quadros, ou seja nós damos formação e informação a jovens para que estes passem esta formação e informação para outros jovens**, no entanto **desenvolvam campanhas e iniciativas, atividades, pequenos projetos onde sensibilizam outros jovens** para relativamente às questões de igualdade de género e para a violência no namoro. Acho que este é um modelo interessante muito baseado nas questões da educação não formal e que afeta mais a nível da prevenção, a nível da intervenção quando há situações concretas de VN, que eu tenha conhecimento, são os gabinetes de apoio à vítima que oferecem um apoio mais individualizado.

Quais são as fases de intervenção no caso de violência no namoro?

Aplicando o nosso modelo acho que deve ser feito um trabalho antes com as situações, e tentar **introduzir nos jovens uma consciência de uma relação saudável e de relações não saudáveis para que eles percebam quais são as características de uma relação saudável e não saudável**, e **assim quando houver indícios de uma relação não saudável, intervir, embora seja muito complicado porque com os jovens apanha muitas ondulações** e depende muito de quem é, porque estamos a falar de professores, e quando os assistentes sociais têm contactos com as situações dos jovens a situação já está muito avançada, a não ser que seja por intermédio da família.

Considera que as políticas sociais, as respostas institucionais existentes na sociedade portuguesa, são suficientes e eficazes face à problemática da violência no namoro?

Não, e principalmente porque **há muito pouco investimento na área da prevenção**. Acho que **não se dá o devido valor nesta área** e em outras também, e não faz devido investimento nesta área, mas também sei que **há poucas respostas nomeadamente quando há situações mais graves de violência doméstica, de não haver casas de abrigo suficientes, de haver poucos técnicos para os atendimentos**. Mesmo a resposta da justiça **apesar dos conhecimentos da PSP e das forças estarem sensibilizadas para problemática VD e VN é muito desigual falarmos das cidades maiores e falar das cidades do interior, há muitas situações que a GNR é amigo do agressor e achar que esta situação é normal e não dá**

muitas importâncias. E depois não haver acesso igual na informação e nos recursos. Uma das coisas que falamos com os jovens é **a VN ser um crime público e estar enquadrado na VD e portanto qualquer pessoa pode denunciar isso.** É uma coisa que eles não sabem e pensam que só a vítima pode denunciar, mas o que é certo é que a justiça também não dá muitas respostas, denunciamos a situação, realmente a polícia tem o dever de investigar mas e depois não há provas e **quando é violência psicológica é muito difícil encontrar as provas, e não há prova, a coisa cai no esquecimento e ainda coloca-se mais vítimas em risco do não ter feito nada.** Neste sentido há poucos recursos para poder agir de forma eficiente.

Considera que as redes de apoio, tais como escolas, familiares, media e outros, estarão atentos à prevenção da violência no namoro?

Não, acho que **quando é namoro não se levam muito a sério estas situações.** Quando é um casal há determinados comportamentos que as pessoas assinalam como alerta, mas **quando são dois jovens a discutir, o namorado dar uma estalada na namorada ou namorada a dar uma estalada no namorado se calhar acham que é coisas de miúdos e não levam a sério,** enquanto se está aí a enraizar uma postura de agressor e de vítimas que depois vai ter consequências no futuro.

APÊNDICE III – ANÁLISE INDIVIDUAL DA ENTREVISTA 2

Observação:

Categoria 1: Identificação de situação de violência (Analisada a verde)

Categoria 2: Estratégias de intervenção (Analisada a azul)

Categoria 3: Perspetivas de prevenção (Analisada a vermelho)

Identificação do Profissional: E2 Área Profissional: Psicóloga Sexo: Feminino Idade: 27 Quanto tempo de experiência tem nesta área profissional? Três anos que trabalho nesta problemática. Instituição: Trabalho na Raízes, é uma associação de apoio a crianças e jovens, tem atualmente um projeto voltado para a prevenção de comportamentos de violências no namoro com jovens. Abrange jovens de todos os estratos sociais e trabalhamos com jovens inseridos nas escolas, são escolas secundárias porque começamos a trabalhar este tema com alunos a partir do 11º ano porque é a partir daí que os jovens já têm uma noção das relações de namoro.
Tendo em conta a sua experiência profissional, qual a visão que tem sobre a Violência nas Relações de Namoro na sociedade contemporânea? Agora os estudos indicam que 1 em cada 4 jovens é vítima de violência. Eu acho que sempre houve. Agora é mais estudado porque são muitos os casos de violência doméstica e muitos deles começam na relação de namoro.
A violência no namoro (VN) é, atualmente, uma realidade frequente? Sim, a violência no namoro atualmente é uma realidade frequente, apesar de eu dizer que eu acho que isso sempre existiu. E que agora está mais estudado e evidencia-se mais. Mas os estudos indicam que um em cada quatro jovens é vítima de violência no namoro, não sei se...esses dados são de 2012, não sei se se mantêm ou se infelizmente já evoluímos pra uma situação pior, que é muito frequente sim.
O que leva as pessoas a usarem a violência com a/o sua/seu namorada/o? Eu acho que tem a ver com exercer poder sobre o outro, exercer controlo sobre a outra pessoa. Muitas das vezes...são várias as razões porque se exerce violência e nenhuma delas válida, porque a violência não é resposta pra nada. Mas, pode ser causada por ciúmes, por sentimentos de perda e de solidão, mas acho que sobretudo a questão de alguma desigualdade que exista também entre o homem e a mulher. Eu sei que a violência é exercida tanto de rapazes como de raparigas, mas é mais evidente em mulheres. E falamos sempre da violência de género antes de falar da violência no namoro, porque eu acho que ‘tá também uma base para se perceber porque é que isso acontece. Tem a ver também um bocadinho com a desvalorização da mulher em relação ao homem, com algumas outras questões mais

culturais e eu acho que isso deve ser trabalhado desde aí.

Quais são os indícios que levam a/o namorada/o a procurar ajuda juntos dos técnicos competentes nesta problemática?

Isso não é fácil, procurar ajuda é muito difícil, acho que não são muitos os jovens que o fazem, nós não trabalhamos especificamente com vítimas de violência no namoro, mas da experiência que tenho, eu acho que é quando se esgotaram um bocadinho as respostas de proximidade, quando há um pouquinho de desvalorização por parte dos amigos, quando, se calhar, os pais não estão atentos à situação, isso na perspetiva dos jovens, não é? E eu acho que, quando se sente um bocadinho que não há nada, já não há volta a dar e que o jovem se sente encurralado, então eu acho que aí procura ajuda.

Qual o momento em que a/o namorada/o percebeu que seria vítima de violência no namoro?

Isto é engraçado sem ter graça nenhuma, mas quando nós começamos a falar do tema, temos muitos jovens que nos dizem, “ah, afinal, se calhar, já fui vítima. Porque já me controlaram as mensagens, porque me esperavam todos os dias à porta da escola, porque dei por mim a ser seguida, porque antes de vestir aquela saia pensava duas vezes, porque já sabia que ia ter problemas.” E eles confrontam-se com isso e eu acho que só aí é que eles têm consciência, por isso que eu acho que as ações de sensibilização e de prevenção são muito importantes, porque muito dos jovens, se calhar, ‘tão a passar por essas situações, acomodam-se e não têm conhecimento que isto não é normal, não é? Que nós temos a nossa liberdade e desde que não desrespeitemos a outra pessoa por isso, temos todo o direito em fazê-lo.

Quais são os tipos de violência mais comuns nas relações de namoro?

Bom, da experiência que tenho, nas relações de namoro entre os jovens nem é a violência física, é a violência psicológica. Tanto dos rapazes quanto das raparigas. Os rapazes também são bastante controladores e as raparigas também. A violência física, acredito que seja exercida, mas também muito mais a nível da violência verbal, dos gritos, dos insultos, pronto, que toca a violência psicológica. E de violência física, talvez mais os empurrões, os apertos, acho que é o mais evidente entre os jovens.

Quais são as características das vítimas de violência no namoro?

As características? Temos todo o tipo (risos). Porque isso é um problema transversal, que afeta toda a gente, mas eu acho que de certa forma eles devem ter todos alguma coisa em comum, que talvez é a baixa autoestima, pouca confiança em si, apesar de terem, se calhar, cargos superiores, ou de morarem em bairros sociais, eu acho que ‘tá por detrás disto alguma falta de autoconceito, de autoconfiança. E essa, acho que é uma característica que é, pronto, que é comum a toda a gente.

Quais as características dos agressores nas relações de namoro?

Os agressores, durante este tempo de trabalho, nunca tive contato que soubesse, não é? Porque isso não está escrito na testa (risos). Eu nunca tive contacto direto com o agressor, pronto, sabendo que o são, não é? Mas do que tenho lido e dos relatos que me são feitos, normalmente são pessoas muito sociáveis, e que aos olhos dos outros nunca diria que essa pessoa seria capaz... Ninguém diria que essa pessoa seria capaz de exercer violência sobre outra. “Ah ele? Não” “Ela? Faz isso? Não”. Portanto, estão muito bem camuflados. Mas eu acho que a nível psicológico são pessoas que talvez

também tenham alguma falta de autoconceito e que necessitam de se afirmar exercendo poder sobre as outras pessoas. E isso dá-lhes algum incentivo, não sei, alguma valorização pessoal, rebaixar o outro para poder sobressair enquanto pessoa, que ‘tá errado, claro, totalmente errado.

Nos casos identificados, há muitos casos de violências continuadas?

Sim, há muitos porque, muitas das vezes os jovens que sofrem violência no namoro, já também foram vítimas de violência doméstica, portanto, com os pais, violência na família, não é? Doméstica, em que o pai era agressivo com a mãe, a criança foi vítima.

Nos casos identificados, há histórico de violência na família?

Sim. Em alguns dos casos que conheço nem todos são assim, mas já vi alguns antecedentes na maior parte. E normalmente, prolongam-me isso, pronto, primeiro eu acho que há uma aceitação da violência, acham aquilo uma coisa natural e normal; porquê? Porque também sempre cresceram e viveram nessa realidade. Eu acho que é por aí, e depois porque, pronto, aceitando essa situação, parece que estão à procura daquele padrão, daquela figura de homem de família, com poder, com aquela afirmação e quando vão ter um namorado; estou a falar, pronto, na questão das raparigas, pode ser o contrário em relação aos rapazes; procuram alguém semelhante à imagem do pai ou do padrasto ou da pessoa com quem viveram. E depois, mesmo às vezes, conheço casos que saindo duma relação violenta, às vezes envolvem-se com uma pessoa que também é violenta. Parece até um bocadinho patológico.

Quais são os riscos e quais são as consequências, quando não houver uma intervenção em situação da violência no namoro?

Podem ser muitas. Eu acho que uma das mais evidentes entre os jovens, que é com quem trabalho... há muitas formas de.. há muitas evidências que estão ao de cima quando o jovem é vítima de violência, nomeadamente, em relação às notas, ao desempenho escolar. Portanto, quando não é feita uma intervenção eficaz, quando o problema não é falado, não é exposto, quando os jovens não têm informação do que é que está a acontecer e que têm de dizer, eles próprios, “não, isso não pode continuar”, a baixa autoestima, a depressão, um fraco desempenho escolar, desatenção, desconcentração e isso tudo pode levar a situações ainda mais graves, não é? Como o suicídio, como o isolamento.

Quais são os modelos e técnicas mais comuns de intervenção nos casos de violência no namoro?

Portanto, eu não intervenho diretamente com a vítima, não é? (risos) Eu acho que o acompanhamento psicológico é muito importante. Depois, é toda a outra parte de criar uma estrutura, uma rede social, que dê apoio, que dê suporte. Nós normalmente encaminhamos para entidades que já têm uma longa experiência, não é? De intervenção, é...mas nós passamos a mensagem através duma educação não formal, pronto, é mais um método educativo do que propriamente, uma intervenção. Tem mais a ver com a prevenção, eu acho que prevenindo também se está a intervir, digamos assim, porque estamos a evitar que estes casos aconteçam futuramente.

Quais são as fases de intervenção, no caso de violência no namoro?

Pronto, eu sou muito apologista destas questões da prevenção (...), a intervenção é muito importante mas eu acho que deve-se começar primeiro com a prevenção, depois acho que deve haver um acompanhamento, não se pode desistir da vítima, porque ela não nos vai dizer logo que “sim senhor”,

que agora vai sair da relação e que vai ficar tudo bem, não, vai haver avanços, vai haver recuos e temos que estar lá para todas essas fases. E depois, era isso que eu ‘tava a dizer, é criar toda uma rede social de suporte. Há algumas estratégias de intervenção que também se utilizam, por exemplo, posso dar alguma prática que é alterar as rotinas da vítima, criar, por exemplo, outro percurso até à escola, até casa, registar números de SOS no telefone, procurar sempre pessoas de confiança, nunca estar sozinha em locais, mesmo públicos. Portanto há sempre ali alguns recursos e algumas respostas à volta.

Considera que as políticas sociais, as respostas institucionais existentes na sociedade portuguesa, são suficientes e eficazes face à problemática da violência no namoro?

Não. (Risos). Portanto, para uma intervenção mais eficaz, falta existirem estruturas de apoio suficientes que não há. Não há entidades de apoio à vítima, há a APAV que é grande, que é a nível nacional, mas que não conseguem dar resposta a todos os casos. Há outras também que fazem este apoio, mas tem que haver mais financiamentos pra projetos neste âmbito, de intervenção e de prevenção. Porque prevenção eu acho que também há muito pouca. Porque tenta-se apagar o fogo que existe mas não se previne o incêndio. E eu acho que falta o Estado investir nesta área da prevenção.

Considera que as redes de apoio, tais como escolas, familiares, media e outros, estarão atentos à prevenção da violência no namoro?

Eu acho que agora já se fala um bocadinho mais destas questões, isto é um tema muito em voga hoje em dia, a violência no namoro, e eu acho que já estamos todos mais alerta pra isso, todos temos a informação correta, não sei. Tenho a consciência do trabalho que temos desenvolvido, que há muita gente na rua, porque nós vamos muito pra rua falar com as pessoas que não sabem sequer que a violência no namoro é um crime e que a pessoa pode ir presa por isso e eu acho que ainda há falta de informação a este nível e isto deve ser passado aos jovens que... também acho que nas escolas são poucos os professores e poucas as áreas curriculares que trabalham estes temas. Dantes tínhamos a formação cívica, onde isso podia entrar. Agora acho que há muito pouco espaço para trabalhar essas questões e pra preparar os jovens para o mundo exterior. Prepara-se muito de forma académica e pouco de forma prática e preventiva, claro.

Acha que ainda falta algo a fazer para prevenir a violência nas relações de namoro?

Então, mais assistencialização, mais partilha de conhecimentos, de informação, companhas. Isso é um bocadinho o que nós fazemos no nosso projeto, é informar os jovens, e acho que é passar esta mensagem de forma igual, ou seja, nós apostamos na transmissão de mensagens de jovem pra jovem, porque eu acho que ela é melhor recebida do que se for um professor, alguém mais académico, a sentar os jovens e falar com eles. Acho que se tem que apostar nesta área, aqui um bocadinho na educação não-formal para sensibilizar os jovens e para informar. E depois acho que devia haver mais alterações a nível dos media, da comunicação social, porque acho que ainda há muitos modelos que não são boas referências, como o modelo da mulher perfeita, da mulher que tem que ‘tar muito magrinha e que tem que ser...para o homem apreciar e isto desvaloriza a mulher e o próprio homem que também tem que ser modelo e musculado e eu acho que isso toca um bocadinho nas questões de género, e na violência de género, que ‘tá por trás também da violência no namoro. E acho que esse percurso tem de ser feito todo desde o início, para os jovens perceberem onde é que está o problema e pra não irem atrás dele.

APÊNDICE IV – ANÁLISE INDIVIDUAL DA ENTREVISTA 3

Observação:

Categoria 1: Identificação de situação de violência (Analisada a verde)

Categoria 2: Estratégias de intervenção (Analisada a azul)

Categoria 3: Perspetivas de prevenção (Analisada a vermelho)

Identificação do Profissional: E3 Área Profissional: Assistente social/ técnica de apoio à vítima Sexo: Feminino Idade: 42 Quanto tempo de experiência tem nesta área profissional? Desde 2000, ou seja, há 14 anos . Instituição: Cooperativa (De Desenvolvimento Social)
Tendo em conta a sua experiência profissional, qual a visão que tem sobre a Violência nas Relações de Namoro na sociedade contemporânea? Não como no último Plano Nacional [Contra a Violência], agora até já vamos no quinto [Plano Nacional Contra a Violência Domestica]. Mas no quarto plano, um dos objetivos era sensibilizar os jovens para a violência no namoro, eu acho que se deu mais alguma visibilidade. E tem havido várias campanhas, a SIC promoveu algumas campanhas. Nós, por exemplo, que é onde eu trabalho, não é aqui, no âmbito do atendimento às vítimas, que é no “espaço V” em Cascais, fizemos um Kit Pedagógico, trabalhamos com as escolas para fazer um kit pedagógico para trabalhar com os alunos as questões da violência no namoro, portanto eu acho que cada vez se vai tendo mais visibilidade. Por exemplo, nós no “espaço V” em termos de atendimento, vamos agora receber uma situação de violência no namoro, mas não é muito frequente recebermos situações de vítimas de violência no namoro.
A violência no namoro (VN) é, atualmente, uma realidade frequente? Eu acho que é muito frequente, sim. Quase todas as situações que nós temos de violência, hoje em dia, são situações passadas de violência que começaram no namoro.
O que leva as pessoas a usarem a violência com a/o sua/seu namorada/o? Eu acho que não há justificação para a violência, não consigo dizer nenhuma justificação, que não pode haver. Numa sociedade como a nossa, com os níveis de cidadania, não pode haver nenhuma justificação para a violência.
Quais são os indícios que levam a/o namorada/o a procurar ajuda juntos dos técnicos competentes nesta problemática? Eu acho que não procuram. Exatamente porque eu acho que é um problema que está muito banalizado. Eu acho que, pronto, a violência, é um fenómeno que está muito naturalizado em determinados grupos sociais, não é? Pronto, em grupos sociais menos diferenciados, em extratos sociais e económicos mais desfavorecidos, há uma certa naturalização da violência, alguma

banalização. Portanto são meios mais violentos, em que a violência tende a ser naturalizada, é quase que é natural, não é? A violência. E eu acho que pelo menos no trabalho que nós **fizemos com os jovens de uma escola secundária em Cascais, os exemplos que nós dávamos de situações de violência no namoro, nomeadamente, por exemplo, a violência psicológica, no fundo, a agressão verbal, a forma como se tratam muito agressiva; era muito banalizado por eles, e era quase como se fosse coisas de cotas.** Eles olhavam pra nós, e assim “ah, isso é coisa de cotas, não é bem violência”, portanto eles **acabam por entender a violência quase como vendo uma nódoa negra e não como no fundo, também como a humilhação de uma pessoa sobre a outra, que eu acho que era das situações que nós víamos mais.**

Qual o momento em que a/o namorada/o percebeu que seria vítima de violência no namoro?

Eu acho que não há...isso tem muito a ver com o grupo em que a pessoa está inserida, não há uma fase em que a pessoa...**isso tem muito a ver com o grupo social onde a pessoa está inserida**, tem muito a ver com o contexto onde vive. Em Portugal, as zonas quer seja mais no interior, quer seja mais no litoral, têm muito a ver com a perspetiva como se encara a violência como um crime ou não.

Quais são os tipos de violência mais comum nas relações de namoro?

Era isso que eu estava a dizer, **é mais a violência psicológica.** De qualquer forma nós temos algumas situações de violência sexual, em como as pessoas não entendem que no fundo...eu acho que é uma humilhação tão grande, não é? Como, por exemplo, para uma jovem que começa com a atividade sexual, o facto de ter sido pressionada para ter uma relação, ela não entende isso como violência e terá tido dificuldade, inclusive, em falar com alguém, nesta perspetiva, não é? Que tenha sido abusada, ou que tenha sido prestada a uma coisa que ela não queria, não é? No fundo **eu acho que é muito complicado chegar a estas jovens;** que podem ser miúdas que já têm também na sua personalidade também que podem já se desvalorizar, que já podem ter uma baixa autoestima, terão dificuldade em...mas eu acho que há algumas situações também, pelo menos naquele estudo em Cascais que houve de violência no namoro, não sei se consultou o estudo (...) E aquilo era um autoinquérito, era uma coisa que os jovens preenchiam online e havia situações de... inclusive de violência sexual. Mas **eu penso que a violência, então verbal é tão frequente e tão banalizada e mesmo a violência psicológica, o controlo das mensagens, o ver que mensagens é que recebe, o controlar, o não querer que tenha amigos, há algumas situações, não serão a maior parte. Eu penso que quando é uma violência mais física, não é? Que possam envolver ou murros, ou bofetadas, ou pontapés, que se calhar a pessoa mais facilmente poderá pedir ajuda e identificar como violência.**

Quais são as características das vítimas de violência no namoro?

Eu acho que tem muitos perfis, eu acho que é impossível, por mais estudos que tenham sido feitos e tenham sido encontrados mais perfis, nós, por exemplo, das pessoas que nós atendemos no “espaço V” temos vários tipos de vítimas, o que provavelmente depois acontece é que determinados perfis de vítimas, por exemplo, **pessoas com uma dependência emocional maior, com baixa autoestima, que se desvalorizam, têm mais dificuldade em romper com a relação.** Mas, dado que quem faz a vítima não é a vítima mas é o agressor, porque o agressor é que a torna vítima, não é a própria vítima que diz “olha, hoje acordei, vou ser vítima” não é, portanto, ela é vítima porque alguém a agrediu. Portanto, **não se pode traçar um perfil de vítima,** o que acontece é que se calhar, uma pessoa, por exemplo, a Evonês ou eu, E3, hoje estou agredida, parto da situação de violência? Assim, não quero isso para a minha vida? Outro perfil de vítima, provavelmente, mais dependente, que tenha mais dificuldade em

perspetivar o futuro, que tenha menos autonomia, que imagine que a sua vida é aquela ali, que se terminar a relação é que terá mais dificuldade em quebrar com o ciclo de violência. Agora em termos de vítima **qualquer pessoa pode ser vítima.**

Quais as características dos agressores nas relações de namoro?

E o mesmo com os agressores, porque nós temos um perfil de agressores, que são agressores mais ciumentos que é aqueles que apontam para uma avaliação de risco maior e que nos preocupam mais; que são agressores que têm ciúmes doentios, que querem uma relação muito controlada, que em tudo veem ameaças à relação, que veem a mulher ou a namorada em tudo que é sítio, pronto, isso é um perfil de agressor que nos preocupa mais, porque aliás a maior parte dos homicídios, inclusive, é com esse perfil. Mas depois quer dizer, **o agressor é a pessoa mais normal e normalmente até é uma pessoa que é muito...está muito bem socialmente, que tem boas relações e que não é que...que ninguém diria que aquela pessoa depois é um agressor que como é evidente, a violência só ocorre em relações de intimidade e dentro de quatro paredes, é uma violência muito covarde, portanto, e é feita num segredo entre aspas, não é?** E, portanto, há vários tipos de agressores, há estes que são os melhores dos vizinhos e dos amigos e que entretanto; depois há perfis que quando se conjuga os fatores do alcoolismo... **há agressores que quando têm problemas com dependência química ou de alcoolismo que são muito mais visíveis e que toda a gente sabe que eles são com essas vítimas ou são com qualquer pessoa, são pessoas violentas. Enquanto aquele típico agressor das violências nas relações de intimidade, quer seja de namoro quer seja nas conjugais, é um agressor que atua só dentro das quatro paredes e de casa.** Normalmente essas situações até podem vitimar, não se tendem a regredir, tendem a parar, ao contrário do que se imaginava, que ele pode fazer pior. O que nos preocupa mais e que nós sabemos que é mais...é quando é este agressor mais obsessivo e mais doentio em termos de ciúmes.

Nos casos identificados, há muitos casos de violências continuadas?

É.

Nos casos identificados, há histórico de violência na família?

Não, temos vários tipos. Há situações...o tipo de violência é que é diferente e a forma como é encarada, não é? **Uma pessoa que já viu a mãe ser batida, que o pai já a batia, o avô já batia na avó, encara quase como...é normal, é um fardo que ela vai carregar para o resto da vida, porque é normal os homens baterem nas mulheres, pronto. O que não quer dizer que...isso é a forma como a pessoa vivencia, não é? As suas relações. Enquanto que há outro tipo de pessoas que é uma situação qualquer de uma vez na vida, eu tenho tido senhoras que me disseram “poça, isso pra mim, ele ter-me chamado daquele nome foi a coisa pior...”, portanto, ou seja, a humilhação que aquela senhora sofreu por ele ter dito o nome, se calhar foi, em termos de peso, se puséssemos numa balança, a mesma humilhação da outra pessoa que foi completamente esfaqueada. Isso pra dizer, portanto, a humilhação que a pessoa sente da agressão que recebeu difere de pessoa para pessoa de acordo com o contexto também de violência e de acordo com a forma como a pessoa vive...pra mim, sei lá, uma pessoa dizer “olha, vai à merda” é uma situação... é uma coisa muito agressiva enquanto para outra chamar todos os nomes do mundo é uma coisa normal, (...), portanto, isso depois tem muito a ver com as relações que a pessoa vive e a forma como as encara como é evidente, mas não deixa de ser mais violento ou menos violento para a pessoa; e **nós como sociedade devíamos olhar isso, não é por aquela pessoa estar habituada que não temos que condenar o crime da mesma forma.****

Quais são os riscos e quais são as consequências, quando não houver uma intervenção em situação da violência no namoro?

As consequências é que para já, não vai parar nunca, não é? Portanto, se era violência no namoro, vai ser violência no casamento, ou violência... é uma coisa que vai continuar, a violência tende a aumentar, não tende a acabar, não é? Não é a pessoa...?...ah quando era namorado era assim mas quando se casar vai ser tudo perfeito? Não, vai piorar muito mais, em último caso é a morte mesmo, pode mesmo acontecer aquele tipo de violência que estávamos a falar. Mas o que acontece quando não há uma intervenção é que há uma...no fundo, tem custos psicológicos inclusive para as vítimas, nós temos pessoas que estão a ser acompanhadas na consulta de psicologia e psiquiatria há imensos anos com depressões gravíssimas que são custos derivados da violência, não é? E são consequências dessa própria violência, portanto, pode, as pessoas que conseguiram romper com o ciclo terão mais facilidade. Agora, como é evidente, é mais...diria eu, que é mais difícil para algumas pessoas que não tiverem nenhum apoio, não é? Porque às vezes sem a intervenção de ninguém as pessoas não conseguem acabar com a relação. Eu acho que a intervenção tem que existir quando as pessoas por elas próprias não conseguem decidir esta situação, porque dado que é um crime público, a pessoa apresentando uma denúncia na escola e terminando com a relação não precisa de ninguém. Ou seja, os serviços só existem para apoiar as pessoas e para facilitar esta tomada de decisão e para depois informar sobre os vários apoios que existem.

Quais são os modelos e técnicas mais comuns de intervenção nos casos de violência no namoro?

Quer dizer, os casos de intervenção têm que ser, quer dizer, nós, por exemplo, no “espaço V” temos atendimento psicológico, portanto, meu colega é psicólogo clínico e faz... é psicoterapeuta, portanto, ele faz, no fundo não faz psicoterapia com as pessoas, mas, trabalha com elas mais aprofundadamente no processo de decisão e para que elas possam tomar uma decisão mais consciente. Porque a decisão não é a que nós achamos que é a melhor que é elas se separar de tudo, se calhar até podem continuar no agressor e conseguir mudar o tipo de relação, o padrão, e ter uma relação não violenta. Porque acabar com a violência em algumas situações pode não ser determinado com aquele agressor. Há pessoas que realmente podem inverter a situação, não temos muito conhecimento, mas há pessoas que conseguem ou mudar elas próprias a sua forma de estar sendo mais assertivas e menos passivas, também podem conseguir mudar aquele padrão de relação de submissão, no fundo, e mais violento. Mas e portanto a nossa intervenção é sempre a pessoa... fazemos uma avaliação das necessidades da vítima e realmente se for para acompanhamento psicológico para além de eu acompanhar, acompanha também o meu colega e faz toda uma avaliação, em termos de avaliação de risco. Se for necessário a pessoa ser acolhida numa casa-abrigo, que há muitas situações, independentemente de serem de violência no namoro. Que há agressores muito... relações muito perturbadas e que realmente são capazes de...portanto se a pessoa se sentir ... uma avaliação e depois é toda a rede que tem que estar operacional, não é? A pessoa apresenta a denúncia, tem que haver esta ligação com as esquadras, tem que haver a ligação com a saúde, se a pessoa precisar de prova, não é? Porque a violência no namoro, por exemplo, se for física tem... é importante saber as provas por parte da saúde. É importante ver, mesmo que seja violência no namoro, se houver crianças no que é que se vai intervir, portanto tem que ser uma intervenção que esteja integrada e que olhe para as necessidades daquela pessoa. Mas basicamente, a nossa intervenção é que a pessoa fique o mais consciente possível daquela situação e mesmo que opte por ficar na relação, saiba que há uma porta que pode sempre bater para determinar e que tem apoios...porque felizmente hoje em dia, há vários apoios que a pessoa pode...que a pessoa pode

recorrer. Mas no fundo é também torná-la mais consciente do que é que está a viver, não é? Não é propriamente um namorado que tem mau feitio, é porque as relações de violência no namoro existem e a nossa ideia idílica e romântica de que a pessoa vai mudar quase nunca acontece, não é?

Quais são as fases de intervenção, no caso de violência no namoro?

O que nós fazemos sempre é a avaliação, nós fazemos uma primeira entrevista com a pessoa para a identificação das necessidades, portanto, é uma avaliação diagnóstica, não é? Depois trabalhamos um caminho com a pessoa, fazemos um caminho, um plano de intervenção que...às vezes no fundo é só conversar com a pessoa para tomar a sua decisão, ou pode ser ir para uma casa-abrigo, portanto, nós depois traçamos um caminho que fazemos com a pessoa. Normalmente, vamos avaliando todas as sessões, o caminho que vai sendo trilhado, mas há situações que depois acabam por ser mais... não é? A pessoa já resolveu a sua situação e acaba por ir ao serviço mais esporadicamente, mas temos essa preocupação de fazer um acompanhamento sistemático da situação e continuar no tempo. Porque se a pessoa vai lá e fala uma vez connosco e depois se não vai lá várias vezes, dificilmente, conseguirá...há pessoas que não, há pessoas que só vão lá saber informação e conseguem por elas terminar. Quando são situações mais complicadas, exigem um acompanhamento mais sistemático.

Devido à sua experiência, acha que seria mais indicado trabalhar na prevenção ou diretamente já nos casos em concreto?

Eu acho que a prevenção na violência no namoro é o...pelo menos nós lá no Fórum Municipal de Cascais, quanto à violência doméstica, não sei se também já consultou, no fórum (...). Nós, no fórum, o que temos feito é...mas é assim ao se trabalhar a prevenção também se informa que há gabinetes que podem apoiar caso as situações ocorram, mas no fundo é dada a informação e que os jovens sintam que há determinados limites que quando se ultrapassam são violência, que eu acho que os jovens não têm esses limites muito bem definidos, que acham que é coisa de velhos.

Considera que as políticas sociais, as respostas institucionais existentes na sociedade portuguesa, são suficientes e eficazes face à problemática da violência no namoro?

Eu acho que já há uma evolução tão grande, que eu acho que neste momento podemos dizer...eu acho é que somos capazes de começar a regredir agora, porque neste momento, há tudo: há casas de acolhimento de emergência, quando é necessário acolher uma vítima e que não se tem uma casa-abrigo logo; há as casas-abrigo; há o apoio que há de vítimas de violência doméstica; há a indemnização que o Estado tem para as vítimas de violência doméstica; portanto, eu acho que há uma série já de recursos e que são eficazes. Agora, é claro, isto depois depende muito, isto das políticas sociais não são...não cobrem o território todo nacional, não é? Uma coisa é...por exemplo, nós em Cascais temos um serviço específico de atendimento à vítima de violência. Em Oeiras, por exemplo já não temos. As vítimas de violência doméstica em Oeiras, provavelmente, terão mais alguma dificuldade do que as que estão em Cascais, portanto, e depois também tem muito a ver com os recursos que há em cada território, agora o que eu acho que é muito importante; e já vamos no quinto plano; haver um plano que existe que tem de definir as metas, prioridades e que são avaliadas no final de cada ano, eu acho que isso é muito importante, e aliás e que abarquem os vários setores. Porque tem a questão da prevenção, tem a questão da intervenção com as vítimas, tem a questão da intervenção com os agressores, no fundo, eu acho que é muito abrangente o plano que nós temos, o plano nacional.

O que falta para uma intervenção mais eficaz na problemática da violência no namoro?

Eu acho que haver...eu acho que no fundo era haver uma maior abrangência do território destes serviços de atendimento e que...porque não me parece bem que uma vítima em Cascais possa ter uma melhor oportunidade de sair da relação violenta do que outra que mora mesmo ali ao lado, em Oeiras. Eu acho que deveria haver uma maior uniformização.

Considera que as redes de apoio, tais como escolas, familiares, media e outros, estarão atentos a prevenção da violência no namoro?

Acho que estão a começar agora esse caminho.

Acha que ainda falta algo a fazer para prevenir a violência nas relações de namoro?

Eu acho que é continuar. Eu acho que, aliás, devia de mesmo haver uma disciplina nas escolas...não sei, até podia ser enquadrado em termos de... daquela disciplina que é...não sei quantos para a cidadania, que as pessoas nunca sabem o que é que hão de fazer nessa disciplina. Eu acho que havia mesmo de haver, que fosse uma formação de base, os miúdos terem...os jovens terem, uma disciplina sobre violência no namoro; em que se falasse da roda do poder e do controlo, para eles perceberem o que é que está em causa, porque as pessoas quanto mais informadas estiverem melhor podem tomar decisões assertivas e de respeito para a sua vida.

APÊNDICE V – ANÁLISE INDIVIDUAL DA ENTREVISTA 4

Observação:

Categoria 1: Identificação de situação de violência (Analisada a verde)

Categoria 2: Estratégias de intervenção (Analisada a azul)

Categoria 3: Perspetivas de prevenção (Analisada a vermelho)

Identificação do Profissional: E4 Área Profissional: Assistente Social/ Técnica Superior de Serviço Social Sexo: Fem. Idade: 47 Quanto tempo de experiência tem nesta área profissional? 3anos. Instituição: Câmara Municipal de Lisboa
Tendo em conta a sua experiência profissional, qual a visão que tem sobre a Violência nas Relações de Namoro na sociedade contemporânea? Não só através da experiência profissional mas através das notícias, são ainda relatadas muitas situações de jovens, sobretudo rapazes que perpetuam comportamentos e atos de violência sobre as namoradas. De um relatório recentemente publicado sobre um estudo realizado sobre a matéria refere que uma percentagem significativa de rapazes considera que este tipo de tratamento face à namorada é justificável.
A violência no namoro (VN) é, atualmente, uma realidade frequente? Existe essa perceção, e segundo relatório da APAV, hoje em dia aumentou a violência psicológica em detrimento da violência física entre os jovens.
O que leva as pessoas a usarem a violência com a/o sua/seu namorada/o? O que está inerente à existência e perpetuação destes comportamentos violentos intergeracionais, prende-se com determinados estereótipos ainda patentes na sociedade, nomeadamente quanto à igualdade de género e a lenta mudança da sociedade (ainda muito patriarcal).
Quais são os indícios que levam a/o namorada/o a procurar ajuda juntos dos técnicos competentes nesta problemática? Muitas vezes as/os jovens não pedem ajuda por vergonha, fragilidade, medo, mas quando conseguem dar esse passo foi porque constatarem que a sua situação não é única, foram alertados por um filme, um documentário ou alguém conhecido que encaminha para poderem ultrapassar a situação.
Qual o momento em que a/o namorada/o percebeu que seria vítima de violência no namoro? Quando por vezes já foi alvo de muitas formas de violência, psicológica, emocional e tem alguém ou algo que a faz perceber, que aquele comportamento não é normal, não é correto e ela/ele não

merecem estar naquela situação.

Quais são os tipos de violência mais comum nas relações de namoro?

Em estudos recentes (APAV), atualmente os casos mais relatados têm a ver com o tipo de violência psicológica, seguido de violência física e abuso sexual.

Quais são as características das vítimas de violência no namoro?

Geralmente o que nos é relatado é que se trata de um tipo de jovens inseguras/os com problemas de autoestima. A maioria das vítimas acreditavam nos mitos e crenças que circulam sobre o amor, “é ciumento porque gosta de mim”, por exemplo, visão tradicionalista da mulher, existência de carências precoces e muitas vezes vinculações mal sucedidas na família ou outras relações.

Quais as características dos agressores nas relações de namoro?

São na maioria dos casos manipuladores/as, pouco resistentes à frustração, indivíduos com maior necessidade de controlo, poder; tendência para minimizar a severidade, a frequência e consequência do comportamento violento; tendência para responsabilizar a vítima pela violência, seja física, psicológica, económica ou sexual.

Nos casos identificados, há muitos casos de violências continuadas?

Com alguma incidência.

Nos casos identificados, há histórico de violência na família?

Em algumas situações perpetuam-se comportamentos, mas nem sempre.
Existe uma tendência para a repetição de comportamentos.

Quais são os riscos e quais são as consequências, quando não houver uma intervenção em situação da violência no namoro?

A violência pode ser em crescendo e causar danos muito graves e levar a um desfecho de morte. Causa geralmente perturbação e mal estar na vítima, problemas de saúde física e mental.

Quais são os modelos e técnicas mais comuns de intervenção nos casos de violência no namoro?

Tem de existir uma relação de confiança construída para a ajuda ser mais eficaz. O acompanhamento deve ser feito por profissionais competentes. Empoderamento da vítima de forma gradual para poder ultrapassar a situação de “prisão emocional” em que se encontra.

Quais são as fases de intervenção, no caso de violência no namoro?

Não existem receitas iguais para todas as situações, no entanto penso que a ajuda deve passar por:
Conhecimento da situação;
Encaminhamento caso seja necessário para apoio especializado no trabalho com jovens;
O apoio com demonstração de outras situações;
O discurso tem de ser contentor, compreensivo.

Considera que as políticas sociais, as respostas institucionais existentes na sociedade portuguesa, são suficientes e eficazes face à problemática da violência no namoro? O que falta para uma intervenção mais eficaz na problemática da violência no namoro?

Já vão existindo algumas instituições que promovem acompanhamento e fazem algumas campanhas de prevenção no sentido de se conseguir uma maior sensibilização para a erradicação deste tipo de situações, mas na minha opinião continua a existir falta de informação e apoios devidos com a premência que estas situações necessitavam.

Considera que as redes de apoio, tais como escolas, familiares, media e outros, estarão atentos à prevenção da violência no namoro? Acha que ainda falta algo a fazer para prevenir a violência nas relações de namoro?

Atualmente existe mais informação e divulgação de alguma informação relacionada com esta temática, mas ainda se encontram patentes na nossa sociedade atitudes e crenças bloqueadoras, nomeadamente estudos revelam a presença de alguns mitos nos adolescentes relativamente à violência no namoro: “é ciumento/a porque me ama”; “a violência acaba quando casarmos”; “há raparigas que provocam os rapazes, não admira que eles se descontrolem”; “um estalo ou um insulto não são violência”; “É melhor estar numa relação violenta do que estar sozinho/a”; etc.

Será então necessário fazer prevenção e estar atento aos sinais que se passam a nossa volta. Nas escolas os professores deveriam ter formação na matéria para poderem sinalizar para serviços competentes, APAV, PSP ou outros serviços especializados de atendimento a jovens que estejam a ser vítimas de violência física, psicológica/ emocional, ou abuso sexual.

A APAV e outras organizações que estão no terreno já têm pessoas, técnicos qualificados. No entanto, na minha opinião, ainda há um longo caminho a percorrer na formação, sensibilização dos vários agentes que estão junto dos adolescentes.

APÊNDICE VI – ANÁLISE INDIVIDUAL DA ENTREVISTA 5

Observação:

Categoria 1: Identificação de situação de violência (Analisada a verde)

Categoria 2: Estratégias de intervenção (Analisada a azul)

Categoria 3: Perspetivas de prevenção (Analisada a vermelho)

Identificação do Profissional: E5

Área Profissional: Psicóloga **Sexo:** Feminino **Idade:** 41

Quanto tempo de experiência tem nesta área profissional? 5anos.

Instituição: Graal

Tendo em conta a sua experiência profissional, qual a visão que tem sobre a Violência nas Relações de Namoro na sociedade contemporânea?

Considero que é um problema com uma incidência preocupante e que é frequentemente banalizado, minimizado e insuficientemente problematizado.

A violência no namoro (VN) é, atualmente, uma realidade frequente?

Acredito que sim. Na interação com os jovens temos a percepção de que é uma realidade que conhecem bem e que muitos a vivenciam. Há, por outro lado, dados da investigação que são reveladores da amplitude do fenómeno: Por exemplo, de acordo com um estudo da Universidade do Minho, de 2010, que integrou uma amostra elevada de cerca de 5000 jovens, 1 em cada 4 jovens relata ter sido vítima de pelo menos um ato abusivo durante o último ano no contexto de relações de namoro.

O que leva as pessoas a usarem a violência com a/o sua/seu namorada/o?

Considero que o desejo de controle, de dominação, são a principal causa da violência, sobretudo contra as raparigas. Considero que a tolerância social que existe em relação ao uso da violência é também um dos fatores responsáveis pelo seu uso tão generalizado.

Quais são os indícios que levam a/o namorada/o a procurar ajuda juntos dos técnicos competentes nesta problemática?

Tenho a percepção que os e as jovens só pedem ajuda a técnicos quando os comportamentos violentos assumem formas e níveis muito graves. São ainda poucos os que procuram ajuda especializada, procuram-na quando concluem que não têm capacidade para resolver a situação.

Qual o momento em que a/o namorada/o percebeu que seria vítima de violência no namoro?

Muitas vezes apesar de serem vítimas de violência os e as jovens não se veem como tal. É frequente considerarem que é normal, outras vezes até romantizam e muitas vezes culpabilizam-se pelos problemas relacionais que vivenciam. A consciência de que se está a ser vítima surge em situações graves, ou simplesmente em conversas, no contacto com materiais de sensibilização para o

problema da violência no namoro...

Quais são os tipos de violência mais comum nas relações de namoro?

A violência psicológica será a mais comum.

Comportamentos como insultar, humilhar, ameaçar, são os mais frequentes, mas estão também presentes nas relações de namoro comportamentos mais graves como “atos sexuais contra a vontade”, “murros”, “pontapés”, “cabeçadas”.

Quais as características dos agressores nas relações de namoro?

Considero que não há à partida traços de personalidade comuns a todas as vítimas e agressores. Não há um perfil que possamos identificar à partida. A investigação tem dito isto mesmo... mas considero que as pessoas que são vítimas partilham, na sequência dos maus-tratos a que são sujeitas, de uma baixa autoestima, elevados níveis de ansiedade, etc...

Quais são os riscos e quais são as consequências, quando não houver uma intervenção em situação da violência no namoro?

As experiências de abuso (físico, psicológico, sexual) vividas nas relações amorosas produzem efeitos negativos e significativos a curto e a longo prazo. Os efeitos imediatos incluem reações emocionais negativas, tais como medo, raiva, isolamento, tensão, sofrimento. Podem também incluir consequências físicas, não só diretamente originadas pela violência corporal (nódoas negras, ossos partidos, etc.), mas também indiretas, como insónias e dores de cabeça, entre outras.

Estas vítimas vivem em “terror” e tensão constantes, o que aumenta o risco de desenvolverem problemas psicológicos, como depressão, ansiedade, fobias, stress pós-traumático, distúrbios alimentares, tendência para o suicídio e consumo abusivo de álcool e drogas.

A experiência continuada de abuso físico, psicológico e/ou sexual compromete consideravelmente a qualidade de vida da pessoa vitimada e a sua autoestima. A vítima acaba por sentir que não merece um tratamento respeitoso e que é incapaz de suscitar sentimentos positivos em potenciais parceiros/as.

A vivência de uma relação violenta tem implicações na qualidade das relações interpessoais. Não é raro as pessoas ficarem com medo de se envolver em novas relações, receando repetir experiências traumáticas.

Quais são as fases de intervenção, no caso de violência no namoro?

O trabalho que desenvolvemos não é no apoio às vítimas, pelo que não disponho de suficiente informação sobre o assunto.

Considera que as políticas sociais, as respostas institucionais existentes na sociedade portuguesa, são suficientes e eficazes face à problemática da violência no namoro? O que falta para uma intervenção mais eficaz na problemática da violência no namoro?

Penso que se percorreu um caminho importante nos últimos anos. Hoje há uma visibilidade muito maior do problema da violência no namoro, há mais recursos colocados ao serviço da prevenção e do apoio às vítimas. No entanto, esses esforços são ainda insuficientes. Seria importante que se generalizassem as iniciativas de sensibilização dos e das jovens, bem como de agentes educativos. É fundamental a tomada de consciência da gravidade e do impacto da violência, é importante desafiar

de atitudes ou crenças e promover modelos de relacionamento saudáveis.

Considera que as redes de apoio, tais como escolas, familiares, media e outros, estarão atentos a prevenção da violência no namoro? Acha que ainda falta algo a fazer para prevenir a violência nas relações de namoro?

Considero que hoje há mais atenção para este problema do que havia há uns anos atrás. No entanto, continua a existir uma grande tolerância social face à violência no contexto das relações de intimidade, ainda é frequente considerarem-se “normais” comportamentos que são abusivos. A crença de que a violência nas relações de intimidade só tem lugar na vida adulta impede a identificação de muitas situações de violência no namoro. Há muito trabalho para fazer...

APÊNDICE VII – COMPARAÇÃO ENTRE AS ENTREVISTAS

Perguntas	Respostas da Entrevista 1	Respostas da Entrevista 2	Respostas da Entrevista 3	Respostas da Entrevista 4	Respostas da Entrevista 5
1 (Visão sobre a Violência nas Relações de Namoro na sociedade contemporânea)	“Na experiência que nós temos focamos essencialmente nos grupos de jovens que é a taxa maior da violência no namoro e a na percepção que temos”.	“(…) eu acho que sempre houve, agora é mais estudado porque são muitos os casos de violência doméstica e muitos deles começam na relação de namoro”.	“(…) no quarto plano [Nacional Contra a Violência Domestica], um dos objetivos era sensibilizar os jovens para violência no namoro, eu acho que se deu mais alguma visibilidade. E tem havido várias campanhas, a SIC promoveu algumas campanhas”.	“Não só através da experiência profissional mas através das notícias, são ainda relatadas muitas situações de jovens, sobretudo rapazes que perpetuam comportamentos e atos de violência sobre as namoradas”.	“Considero que é um problema com uma incidência preocupante e que é frequentemente banalizado, minimizado e insuficientemente problematizado.”
2 (A VN é uma realidade frequente?)	“(…) facilmente os jovens identificam entre eles um ou dois jovens vítimas de violência, há uma estatística que diz que em 1 a cada 4 jovens é vítima de violência ou já sofreu de violência no namoro (…)	“(…) a violência no namoro atualmente é uma realidade frequente, apesar de eu dizer que eu acho que isso sempre existiu.”	“Eu acho que é muito frequente sim. Quase todas as situações que nós temos de violência, hoje em dia, são situações passadas de violência que começaram no namoro.”	“Existe essa percepção, e segundo relatório da APAV, hoje em dia aumentou a violência psicológica em detrimento da violência física entre os jovens.”	“Acredito que sim. Na interação com os jovens temos a percepção de que é uma realidade conhecem bem e que muitos a vivem.”
3 (O que leva as pessoas a usarem a violência com a/o sua/seu namorada/o?)	“O que está na origem da violência são diversos fatores não há uma resposta única que provocam a violência no namoro, tem que haver aqui uma circunstância das duas partes, tem que haver um elemento que agride e tem que haver um elemento que aceita a agressão ou pelo	“Acho que tem a ver com exercer poder sobre o outro, exercer controlo sobre a outra pessoa. (...) são várias as razões porque se exerce violência e nenhuma delas válida, porque a violência não é resposta pra nada.”	“Eu acho que não há justificação para a violência, não consigo dizer nenhuma justificação, que não pode haver. Numa sociedade como a nossa, com os níveis de cidadania, não pode haver nenhuma justificação para a violência.”	“O que está inerente à existência e perpetuação destes comportamentos violentos intergeracionais, prende-se com determinados estereótipos ainda patentes na sociedade nomeadamente quanto à igualdade de género e a lenta mudança da sociedade (ainda muito	“Considero que o desejo de controle, de dominação são a principal causa da violência, sobretudo contra as raparigas. Considero que a tolerância social que existe em relação ao uso da violência é também um dos fatores responsáveis pelo seu uso tão generalizado.”

	menos não consegue evitar (...)”.			patriarcal).”	
4 (Condicionantes a níveis pessoais, culturais que contribuem para a VN)	“(…) não é por um jovem estar em crise numa família e que presencia atos de violência doméstica que se tornam agressores ou vítimas, há aqueles casos que os jovens têm consciência que os pais sofreram violência domésticas e eles procuram não reproduzirem este comportamento, mas há também efeitos contrários (...), tanto pode haver influências para o positivo como pode haver influências para o negativo.”	“Quando nós começamos a falar do tema, temos muitos jovens que nos dizem, “ah, afinal, se calhar, já fui vítima. Porque já me controlaram as mensagens, porque me esperavam todos os dias à porta da escola, porque dei por mim a ser seguida, porque antes de vestir aquela saia pensava duas vezes, porque já sabia que ia ter problemas.” E eles confrontam-se com isso e eu acho que só aí é que eles têm consciência, por isso é que eu acho que as ações de sensibilização e de prevenção são muito importantes (...)”.	“(…) isso tem muito a ver com o grupo em que a pessoa está inserida, não há uma fase em que a pessoa... tem muito a ver com o contexto onde vive. Em Portugal, as zonas quer seja mais no interior, quer seja mais no litoral, têm muito a ver com a perspetiva como se encara a violência como um crime ou não.”	“[só entendem que sofrem de VN] Quando por vezes já foi alvo de muitas formas de violência, psicológica, emocional e tem alguém ou algo que a faz perceber, que aquele comportamento não é normal, não é correto e ela/ele não merecem estar naquela situação.”	“Muitas vezes apesar de serem vítimas de violência os e as jovens não se veem como tal. É frequente considerarem que é normal, outras vezes até romantizam e muitas vezes culpabilizam-se pelos problemas relacionais que vivenciam. A consciência de que se está a ser vítima surge em situações graves, ou simplesmente em conversas, no contacto com materiais de sensibilização para o problema da violência no namoro...”
5 (Indícios que levam a/o namorada/o a procurar ajuda juntos dos técnicos competentes nesta problemática)	“(…) é muito difícil para as vítimas procurarem ajuda, geralmente estão rodeadas de sentimentos de culpas e vergonha por isso é muito complicado a procura de ajuda”.	“(…) procurar ajuda é muito difícil, acho que não são muitos os jovens que o fazem, (...) mas da experiência que tenho, eu acho que é quando se esgotaram um bocadinho as respostas de proximidade, quando há um pouquinho de desvalorização por parte dos amigos, quando, se calhar, os pais não estão atentos à situação (...)”.	“Eu acho que não procuram. Exatamente porque eu acho que é um problema que está muito banalizado. Eu acho que, pronto, a violência, é um fenómeno que está muito naturalizado em determinados grupos sociais, não é? Pronto, em grupos sociais menos diferenciados, em extratos sociais e económicos mais desfavorecidos, há uma certa naturalização da violência,	“Muitas vezes as/os jovens não pedem ajuda por vergonha, fragilidade, medo, mas quando conseguem dar esse passo foi porque constataram que a sua situação não é única foram alertados por um filme um documentário ou alguém conhecido que encaminha para poderem ultrapassar a situação.”	“Tenho a perceção que os e as jovens só pedem ajuda a técnicos quando os comportamentos violentos assumem formas e níveis muito graves. São ainda poucos os que procuram ajuda especializada, procuram-na quando concluem que não têm capacidade para resolver a situação.”

			alguma banalização”.		
6 (Tipos de violência mais comum nas relações de namoro)	“Quando as vítimas são raparigas é comum violência, físicas e sexuais. Quando as vítimas são rapazes é comum violências psicológicas, stalking.”	“(…) nas relações de namoro entre os jovens nem é a violência física, é a violência psicológica. Tanto dos rapazes quanto das raparigas”.	“(…) é mais a violência psicológica. (...) Mas eu penso que a violência então verbal é tão frequente e tão banalizada e mesmo a violência psicológica (...)”.	“(…) atualmente os casos mais relatados tem a ver com o tipo de violência psicológica, seguido de violência física e abuso sexual.”	“A violência psicológica será a mais comum. Comportamentos como insultar, humilhar, ameaçar, são os mais frequentes...”.
7 (Caraterísticas das vítimas nas relações de namoro)	“(…) a violência doméstica tal como a violência no namoro não são problemáticas específicas de um determinado grupo, são transversais a várias categorias sociais (...)”:	“Temos todo o tipo. Porque isso é um problema transversal, que afeta toda a gente, mas eu acho que de certa forma eles devem ter todos alguma coisa em comum, que talvez é a baixa autoestima, pouca confiança em si (...)”.	“Eu acho que tem muitos perfis, eu acho que é impossível, por mais estudos que tenham sido feitos e tenham sido encontrados mais perfis (...). Agora em termos de vítima qualquer pessoa pode ser vítima.”	“Trata[-se] de um tipo de jovens inseguras/os com problemas de autoestima, ...acreditavam nos mitos e crenças que circulam sobre o amor, ..., visão tradicionalista da mulher, existência de carências precoces e muitas vezes vinculações mal sucedidas na família ou outras relações.”	“Não há um perfil que possamos identificar à partida. A investigação tem dito isto mesmo... mas considero que as pessoas que são vítimas partilham, na sequência dos maus-tratos a que são sujeitas, de uma baixa autoestima, elevados níveis de ansiedade, etc...”.
8 (Caraterísticas dos agressores nas relações de namoro)	“Quanto a características de agressor a opinião é a mesma em relação as vítimas, há características psicológicas de estruturas da própria pessoa que levam a desenvolver comportamentos de agressor.”	“(…) normalmente são pessoas muito sociáveis, e que aos olhos dos outros nunca diria que essa pessoa seria capaz... Ninguém diria que essa pessoa seria capaz de exercer violência sobre outra. (...) Portanto, estão muito bem camuflados. (...) A nível psicológico são pessoas que talvez também tenham alguma falta de autoconceito e que necessitam de se afirmar exercendo poder sobre as	“(…) nós temos um perfil de agressores, que são agressores mais ciumentos que é aqueles que apontam para uma avaliação de risco maior e que nos preocupam mais (...). Mas depois quer dizer, o agressor é a pessoa mais normal e normalmente até é uma pessoa que é muito...está muito bem socialmente, que tem boas relações e que não é que...que ninguém diria que aquela pessoa depois é um	“São na maioria dos casos manipuladores/as, pouco resistentes à frustração, indivíduos com maior necessidade de controlo, poder; tendência para minimizar a severidade, a frequência e consequência do comportamento violento; tendência para responsabilizar a vítima pela violência, seja física, psicológica, económica ou sexual.”	“Considero que não há à partida traços de personalidade comuns a todas as vítimas e agressores.”

		outras pessoas”.	agressor (...)”.		
9 (Casos de violências continuadas)	“(…) não conseguimos identificar estas situações se há ou não casos de violências continuadas.”	“Sim, há muitos porque, muitas das vezes os jovens que sofrem violência no namoro, já também foram vítimas de violência doméstica, portanto, com os pais, violência na família (...)”.	“É” [há muitos].	“Com alguma incidência.”	-----
10 (Há histórico de violência na família?)	“Sim, (...) alguns dos jovens que procurou participar no projeto foi pelo facto de terem sido vítimas de violência na família.”	“Sim. Em alguns, dos casos que conheço nem todos são assim, mas já vi alguns antecedentes na maior parte. E normalmente, prolongam-me isso, pronto, primeiro eu acho que há uma aceitação da violência, acham aquilo uma coisa natural e normal; por que? porque também sempre cresceram e viveram nessa realidade”.	“Não, temos vários tipos. Há situações... Uma pessoa que já viu a mãe ser batida, que o pai já a batia, o avô já batia na avó, encara quase como...é normal (...). ...há outro tipo de pessoas que é uma situação qualquer de uma vez na vida, eu tenho tido senhoras que me disseram “poça, isso pra mim, ele ter me chamado daquele nome foi a coisa pior...”, portanto, ou seja, a humilhação que aquela senhora sofreu por ele ter dito o nome, se calhar foi, em termos de peso, se puséssemos numa balança, a mesma humilhação da outra pessoa que foi completamente esfaqueada”.	“Em algumas situações perpetuam-se comportamentos, mas nem sempre. Existe uma tendência para a repetição de comportamentos.”	-----
11 (Riscos e consequências, quando não	“Consequência é haver o culminar de uma mais situação trágica de violência doméstica que depois pode levar a outros estágios e	“Podem ser muitas. Eu acho que uma das mais evidentes entre os jovens, (...) nomeadamente, em relação às notas, ao desempenho	“As consequências são que para já, não vai parar nunca, não é? Portanto, se era violência no namoro, vai ser violência no casamento, ou	“A violência pode ser em crescendo e causar danos muito graves e levar a um desfecho de morte. Causa geralmente perturbação e	“As experiências de abuso (físico, psicológico, sexual) vividas nas relações amorosas produzem efeitos negativos e significativos a

houver uma intervenção em situação da violência no namoro)	terminar em morte. (...) a prevenção ainda não é suficiente porque nas conversas que temos com os jovens eles ainda não estão cientes da problemática, muitas vezes eles não tem consciência que está a viver numa relação de violência, os jovens contam histórias de amigos vítimas de VN. (...) Há falta de informação porque uma rapariga continua numa relação de violência, os contornos iniciais de uma relação violenta, os jovens confundem muito aquilo que são os primeiros sinais de violência, há uma confusão com os ciúmes geralmente desculpas se e diz que ele gosta muito de mim e por isso que me persegue, grita...”.	escolar, portanto, quando não é feita uma intervenção eficaz, quando o problema não é falado, não é exposto, quando os jovens não têm informação do que é que está a acontecer e que têm de dizer, eles próprios, “não, isso não pode continuar”, a baixa autoestima, a depressão, um fraco desempenho escolar, desatenção, desconcentração e isso tudo pode levar a situações ainda mais graves, não é? Como o suicídio, como o isolamento”.	violência... é uma coisa que vai continuar, a violência tende a aumentar, não tende a acabar (...). Mas o que acontece quando não há uma intervenção é que há uma...no fundo, tem custos psicológicos inclusive, para as vítimas, nós temos pessoas que estão a ser acompanhadas na consulta de psicologia e psiquiatria há imensos anos com depressões gravíssimas, que são custos derivados da violência, não é?”.	mal-estar na vítima, problemas de saúde física e mental.”	curto e a longo prazo. Os efeitos imediatos incluem reações emocionais negativas, tais como medo, raiva, isolamento, tensão, sofrimento. Podem também incluir consequências físicas, não só diretamente originadas pela violência corporal (nódoas negras, ossos partidos, etc.), mas também indiretas, como insónias e dores de cabeça, entre outras. Estas vítimas vivem em “terror” e tensão constantes, o que aumenta o risco de desenvolverem problemas psicológicos, como depressão, ansiedade, fobias, stress pós-traumático, desordens alimentares, tendência para o suicídio e consumo abusivo de álcool e drogas.”
12 (Modelos e técnicas mais comuns de intervenção)	“(…) o modelo de intervenção que fazemos na área da prevenção tem a ver com modelo de educação de quadros, ou seja nós damos formação e informação a jovens para que estes passam esta formação e informação para outros jovens, no entanto desenvolvam campanhas e iniciativas, atividades	“Nós passamos a mensagem através duma educação não formal, pronto, é mais um método educativo do que propriamente, uma intervenção. Tem mais a ver com a prevenção (...)”.	“(…) temos atendimento psicológico (...). ...a nossa intervenção é sempre a pessoa... fazemos uma avaliação das necessidades da vítima e realmente se for para acompanhamento psicológico para além de eu acompanhar, acompanha também o meu colega e faz toda uma avaliação, em termos de avaliação de risco.	“Tem de existir uma relação de confiança construída para a ajuda ser mais eficaz, acompanhamento deve ser feito por profissionais competentes. Empoderamento da vítima de forma gradual para poder ultrapassar a situação de “prisão emocional” em	

	pequenos projetos onde sensibilizam outros jovens para relativamente para as questões de igualdade de género e para a violência no namoro (...)."		Se for necessário a pessoa ser acolhida numa casa-abrigo, que há muitas situações, independentemente de serem de violência no namoro. (...) Mas basicamente, a nossa intervenção é que a pessoa fique o mais consciente possível daquela situação e mesmo que opte por ficar na relação, saiba que há uma porta que pode sempre bater para determinar e que tem apoios...".	que se encontra."	
13 (Fases de intervenção)	"(...) acho que deve ser feito um trabalho antes com as situações, e tentar introduzir nos jovens uma consciência de uma relação saudável e de relações não saudáveis (...), quando os assistentes sociais têm contactos com as situações dos jovens a situação já está muito avançada, a não ser que seja por intermédio da família."	"(...) eu sou muito apologista destas questões da prevenção (...), a intervenção é muito importante mas eu acho que deve-se começar primeiro com a prevenção, depois acho que deve haver um acompanhamento, não se pode desistir da vítima, porque ela não nos vai dizer logo que "sim senhor", que agora vai sair da relação e que vai ficar tudo bem, não, vai haver avanços, vai haver recuos e temos que estar lá para todas essas fases. E depois, era isso que eu 'tava a dizer é criar toda uma rede social de suporte (...)."	"O que nós fazemos sempre é a avaliação, nós fazemos uma primeira entrevista com a pessoa para a identificação das necessidades, ..., depois trabalhamos um caminho com a pessoa, fazemos um caminho, um plano de intervenção (...). Normalmente, vamos avaliando todas as sessões (...). Quando são situações mais complicadas, exigem um acompanhamento mais sistemático".	"Não existem receitas iguais para todas as situações, no entanto penso que a ajuda deve passar por: (1) Conhecimento da situação; (2) Encaminhamento caso seja necessário para apoio especializado no trabalho com jovens; (3) O apoio com demonstração de outras situações; (4) O discurso tem de ser contentor, compreensivo."	"O trabalho que desenvolvemos não é no apoio às vítimas, pelo que não disponho de suficiente informação sobre o assunto."
14	"Não, e principalmente porque há muito pouco	"Não. Portanto para uma intervenção mais eficaz,	"Eu acho que já há uma evolução tão grande, que eu	"Já vão existindo algumas instituições que promovem	"Penso que se percorreu um caminho importante nos

(As políticas sociais e as respostas institucionais existentes na sociedade portuguesa, são suficientes e eficazes face à problemática da VN?)	investimento na área da prevenção. Acho que não se dá o devido valor nesta área e em outras também, e não se faz o devido investimento nesta área (...).”	falta existirem estruturas de apoio suficientes que não há, não há entidades de apoio à vítima, há a APAV que é grande, que é a nível nacional, mas que não conseguem dar resposta a todos os casos, há outras também que fazem este apoio, mas tem que haver mais financiamentos pra projetos neste âmbito, de intervenção e de prevenção”.	acho que neste momento podemos dizer...eu acho é que somos capazes de começar a regredir agora, porque neste momento, há tudo: há casas de acolhimento de emergência,...; há a indemnização que o Estado tem para as vítimas de violência doméstica; portanto, eu acho que há uma série já de recursos e que são eficazes. Agora, é claro, isto depois depende muito, isto das políticas sociais não são...não cobrem o território todo nacional, não é?”.	acompanhamento e fazem algumas campanhas de prevenção no sentido de se conseguir uma maior sensibilização para a erradicação deste tipo de situações, mas na minha opinião continua a existir falta de informação e apoios devidos com a premência que estas situações necessitavam.”	últimos anos, hoje há uma visibilidade muito maior do problema da violência no namoro, há mais recursos colocados ao serviço da prevenção e do apoio às vítimas. No entanto, esses esforços são ainda insuficientes. Seria importante que se generalizassem as iniciativas de sensibilização dos e das jovens, bem como de agentes educativos. É fundamental a tomada de consciência da gravidade e do impacto da violência, é importante desafiar de atitudes ou crenças e promover modelos de relacionamento saudáveis.”
15 (As redes de apoio, tais como escolas, familiares, media e outros, estarão atentos a prevenção da violência no namoro?)	“Não, acho que quando é namoro não se levam muito a sério estas situações, quando é um casal há determinados comportamentos que as pessoas assinalam como alerta e, mas quando são dois jovens a discutir, o namorado dar uma estalada na namorada ou namorada a dar uma estalada no namorado se calhar acham que é coisas de miúdos e não levam a sério (...)”.	“(...) acho que já estamos todos mais alertas pra isso, todos temos a informação correta, não sei. [Mas, por outro lado] as pessoas que não sabem sequer que a violência no namoro é um crime e que a pessoa pode ir presa por isso e eu acho que ainda há falta de informação a este nível e isto deve ser passado aos jovens que também acho que nas escolas são poucos os professores e poucas as áreas curriculares que	“Acho que estão a começar agora esse caminho.”	“Atualmente existe mais informação e divulgação de alguma informação relacionada com esta temática mas ainda se encontram patentes na nossa sociedade atitudes e crenças bloqueadoras, nomeadamente estudos revelam a presença de alguns mitos nos adolescentes relativamente à violência no namoro (...). Será então necessário fazer prevenção e estar atento aos sinais que se passam a nossa volta, nas escolas os	“Considero que hoje há mais atenção para este problema do que havia há uns anos atrás, no entanto, continua a existir uma grande tolerância social face à violência no contexto das relações de intimidade, ainda é frequente considerarem-se “normais” comportamentos que são abusivos. A crença de que a violência nas relações de intimidade só tem lugar na vida adulta impede a identificação de muitas situações de violência no

		trabalham estes temas”.		professores deveriam ter formação na matéria para poderem sinalizar para serviços competentes, APAV, PSP ou outros serviços especializados de atendimento a jovens que estejam a ser vítimas de violência física, psicológica/ emocional, ou abuso sexual. “	namoro. Há muito trabalho para fazer...”.
--	--	-------------------------	--	--	---

APÊNDICE VIII – ANÁLISE DE CONTEÚDO: CATEGORIAS E RESPECTIVAS UNIDADES DE ANÁLISE

CATEGORIA	UNIDADES DE ANÁLISE	VARIÁVEIS
CATEGORIA 1 Identificação de situações de violência	<i>“...nos grupos de jovens (...) é a taxa maior da violência no namoro” (E1)</i> <i>“...as relações de intimidade entre os jovens são marcadas pela violências, muitas vezes por violência psicológicas em que os próprios jovens não questionam se aquilo é errado que não está correto, e portanto está envolvida em episódios de agressão dos quais não sentem bem e não conseguem perceber que não deviam ser assim ou não devia ter esta postura.” (E1)</i> <i>“...há uma estatística que diz que em 1 a cada 4 jovens é vítima de violência ou já sofreu de violência no namoro.” (E1)</i> <i>“O que está na origem da violência são diversos fatores não há uma resposta única que provocam a violência no namoro...” (E1)</i> <i>“...tem que haver um elemento que agride e tem que haver um elemento que aceita a agressão ou pelo menos não consegue evitar, significa que tem que haver condições em termos de um casal, há uma perspetiva de o facto da vítima o ter baixa estima, raparigas ou rapazes esteja em situação vulneráveis ou que estejam com poucas confianças.” (E1)</i> <i>“...não é por um jovem estar em crise numa família e que presencia atos de violência doméstica que se tornam agressores ou vítimas...” (E1)</i> <i>“...a VN ser um crime público e esta enquadrado na VD e portanto qualquer pessoa pode denunciar...” (E1)</i> <i>“...quando é namoro não se levam muito a sério estas situações...” (E1)</i> <i>“...quando são dois jovens a discutir, o namorado dar uma estalada na namorada ou namorada a dar uma estalada no namorado se calhar acham que é coisas de miúdos e não levam a sério...” (E1)</i> <i>“...são muitos os casos de violência doméstica e muitos deles começam na relação de namoro.” (E2)</i> <i>“Não só através da experiência profissional mas através das notícias, são ainda relatadas muitas situações de</i>	Identificação de Violência no Namoro (VN)

	<i>jovens, sobretudo rapazes que perpetuam comportamentos e atos de violência sobre as namoradas.” (E4)</i> <i>“A violência pode ser em crescendo e causar danos muito graves e levar a um desfecho de morte. Causa geralmente perturbação e mal-estar na vítima, problemas de saúde física e mental.” (E4)</i> <i>“Considero que é um problema com uma incidência preocupante e que é frequentemente banalizado, minimizado e insuficientemente problematizado.” (E5)</i> <i>“...de acordo com um Estudo da Universidade do Minho, de 2010, que integrou uma amostra elevada de cerca de 5000 jovens, 1 em cada 4 jovens relata ter sido vítima de pelo menos um ato abusivo durante o último ano no contexto de relações de namoro.” (E5)</i>	
	<i>“Quando as vítimas são raparigas é comum violência, físicas e sexuais. Quando as vítimas são rapazes é comum violências psicológicas, stalking.” (E1)</i> <i>“...nas relações de namoro entre os jovens nem é a violência física, é a violência psicológica.” (E2)</i> <i>“A violência física, acredito que seja exercida, mas também muito mais a nível da violência verbal, dos gritos, dos insultos, pronto, que toca a violência psicológica. E de violência física, talvez mais os empurrões, os apertos, acho que o que é mais evidente entre os jovens.” (E2)</i> <i>“...é mais a violência psicológica.” (E3)</i> <i>“...eu penso que a violência então verbal é tão frequente e tão banalizada e mesmo a violência psicológica o controlo das mensagens, o ver que mensagens é que recebe, o controlar, o não querer que tenha amigos, há algumas situações, não serão a maior parte. Eu penso que quando é uma violência mais física, não é? Que possam envolver ou murros, ou bofetadas, ou pontapés, que se calhar a pessoa mais facilmente poderá pedir ajuda e identificar como violência.” (E3)</i> <i>“... hoje em dia aumentou a violência psicológica em detrimento da violência física entre os jovens.” (E4)</i> <i>“Em estudos recentes (APAV), atualmente os casos mais relatados tem a ver com o tipo de violência psicológica, seguido de violência física e abuso sexual.” (E4)</i> <i>“A violência psicológica será a mais comum. Comportamentos como insultar, humilhar, ameaçar, são os mais frequentes, mas estão também presentes nas relações de namoro comportamentos mais graves como “atos</i>	Tipo de violência nas relações de namoro

	<i>sexuais contra a vontade”, “murros”, “pontapés”, “cabeçadas”.</i> ” (E5)	
	<i>“...a violência doméstica tal como a violência no namoro não são problemáticas específicas de um determinado grupo, são transversais a várias categorias sociais...”</i> (E1) <i>“...na minha opinião há características psicológicas de estrutura da própria pessoa que proporcionam e permitem a VN.”</i> (E1) <i>“Quase todas as situações que nós temos de violência, hoje em dia, são situações passadas de violência que começaram no namoro.”</i> (E3) <i>“... pessoas com uma dependência emocional maior, com baixa autoestima, que se desvalorizam têm mais dificuldade em romper com a relação...”</i> (E3) <i>“...isso tem muito a ver com o grupo social onde a pessoa está inserida..”.</i> (E3) <i>“...não se pode traçar um perfil de vítima...”</i> (E3) <i>“...qualquer pessoa pode ser vítima.”</i> (E3) <i>“Geralmente o que nos é relatado é que se trata de um tipo de jovens inseguras/os com problemas de autoestima, a maioria das vítimas acreditavam nos mitos e crenças que circulam sobre o amor, “é ciumento porque gosta de mim” ex., visão tradicionalista da mulher, existência de carências precoces e muitas vezes vinculações mal sucedidas na família ou outras relações.”</i> (E4) <i>“Muitas vezes apesar de serem vítimas de violência os e as jovens não se veem como tal.”</i> (E5) <i>“Considero que não há à partida traços de personalidade comuns a todas as vítimas e agressores. Não há um perfil que possamos identificar à partida. A investigação tem dito isto mesmo... mas considero que as pessoas que são vítimas partilham, na sequência dos maus-tratos a que são sujeitas, de uma baixa autoestima, elevados níveis de ansiedade, etc...”.</i> (E5)	Tipos de vítimas de VN
	<i>“...há características psicológicas de estruturas da própria pessoa que levam a desenvolver comportamentos de agressor.”</i> (E1) <i>“...alguma valorização pessoal, rebaixar o outro para poder sobressair enquanto pessoa, que ‘tá errado, claro,</i>	Tipos de agressores nas relações de

	<i>totalmente errado.” (E2)</i> <i>“...o agressor é a pessoa mais normal e normalmente até é uma pessoa que é muito...está muito bem socialmente, que tem boas relações e que não é que...que ninguém diria que aquela pessoa depois é um agressor que como é evidente, a violência só ocorre em relações de intimidade e dentro de quatro paredes, é uma violência muito covarde, portanto, e é feita num segredo...” (E3)</i> <i>“...há agressores que quando têm problemas com dependência química ou de alcoolismo que são muito mais visíveis e que toda a gente sabe que eles são com essas vítimas ou são com qualquer pessoa, são pessoas violentas. Enquanto aquele típico agressor das violência nas relações de intimidade, quer seja de namoro quer seja nas conjugais, é um agressor que atua só dentro das quatro paredes e de casa”. (E3)</i> <i>“... uma percentagem significativa de rapazes considera que este tipo de tratamento face à namorada é justificável.” (E4)</i> <i>“São na maioria dos casos manipuladores/as, pouco resistentes à frustração, indivíduos com maior necessidade de controlo, poder; tendência para minimizar a severidade, a frequência e consequência do comportamento violento; tendência para responsabilizar a vítima pela violência, seja física, psicológica, económica ou sexual.” (E4)</i>	namoro
	<i>“...acho que tem a ver com exercer poder sobre o outro, exercer controlo sobre a outra pessoa.” (E2)</i> <i>“...a questão de alguma desigualdade que exista também entre o homem e a mulher...” (E2)</i> <i>“...um bocadinho com a desvalorização da mulher em relação ao homem, com algumas outras questões mais culturais...” (E2)</i> <i>“...em extratos sociais e económicos mais desfavorecidos, há uma certa naturalização da violência, alguma banalização.” (E3)</i> <i>“Considero que o desejo de controle, de dominação são a principal causa da violência, sobretudo contra as raparigas.” (E5)</i>	Condicionantes a níveis pessoais, culturais que contribuem para a VN
	<i>“...alguns dos jovens que procurou participar no projeto foi pelo facto de terem sido vítimas de violência na família.” (E1)</i> <i>“...muitas das vezes os jovens que sofrem violência no namoro, já também foram vítimas de violência doméstica,</i>	Histórico de violência na família

	<i>portanto, com os pais, violência na família...” (E2)</i> <i>“Uma pessoa que já viu a mãe ser batida, que o pai já a batia, o avô já batia na avó...é normal, é um fardo que ela vai carregar que carregar para o resto da vida, porque é normal os homens baterem nas mulheres, pronto...” (E3)</i> <i>“O que está inerente à existência e perpetuação destes comportamentos violentos intergeracionais, prende-se com determinados estereótipos ainda patentes na sociedade nomeadamente quanto à igualdade de género e a lenta mudança da sociedade (ainda muito patriarcal).” (E4)</i> <i>“Existe uma tendência para a repetição de comportamentos.” (E4)</i>	
CATEGORIA 2 Estratégias de intervenção	<i>“...é muito difícil para as vítimas procurarem ajuda...” (E1)</i> <i>“[o que] faz uma vítima dar passo é sentir que encontra uma rede de apoios ou alguma instituição que possa confiar e que ofereça apoio, ou então pode ser o facto da vítima sentir-se tão assustada a ponto de tomar uma iniciativa e pedir ajuda.” (E1)</i> <i>“Há muitas críticas para as vítimas...” (E1)</i> <i>“Há falta de informação...” (E1)</i> <i>“...ajuda é muito difícil, acho que não são muitos os jovens que o fazem...” (E2)</i> <i>“...quando se esgotaram um bocadinho as respostas de proximidade, quando há um pouquinho de desvalorização por parte dos amigos, quando, se calhar, os pais não estão atentos à situação (...) quando se sente um bocadinho que não há nada, já não há volta a dar e que o jovem se sente encurralado, então eu acho que aí procurar ajuda”. (E2)</i> <i>“...temos muitos jovens que nos dizem, “ah, afinal, se calhar, já fui vítima. Porque já me controlaram as mensagens, porque me esperavam todos os dias a porta da escola, porque dei por mim a ser seguida, porque antes de vestir aquela saia pensava duas vezes, porque já sabia que ia ter problemas.” E eles confrontam-se com isso e eu acho que só aí é que eles têm consciência, por isso que eu acho que as ações de sensibilização e de prevenção são muito importantes...” (E2)</i> <i>“Eu acho que não procuram [ajuda]. (...) É muito complicado chegar a estas jovens...” (E3)</i>	Sinalização das situações : procura de ajuda

	<i>“...por exemplo, a violência psicológica, no fundo, a agressão verbal, a forma como se tratam muito agressiva; era muito banalizado por eles, e era quase como se fosse coisas de cotas.” (E3)</i> <i>“Muitas vezes as/os jovens não pedem ajuda por vergonha, fragilidade, medo, mas quando conseguem dar esse passo foi porque constataram que a sua situação não é única foram alertados por um filme um documentário ou alguém conhecido que encaminha para poderem ultrapassar a situação.” (E4)</i> <i>“Quando por vezes já foi alvo de muitas formas de violência, psicológica, emocional e tem alguém ou algo que a faz perceber, que aquele comportamento não é normal, não é correto e ela/ele não merecem estar naquela situação.” (E4)</i> <i>“São ainda são poucos os que procuram ajuda especializada, procuram-na quando concluem que não têm capacidade para resolver a situação.” (E5)</i> <i>“A experiência continuada de abuso físico, psicológico e/ou sexual compromete consideravelmente a qualidade de vida da pessoa vitimizada e a sua autoestima. A vítima acaba por sentir que não merece um tratamento respeitoso e que é incapaz de suscitar sentimentos positivos em potenciais parceiros/as. A vivência de uma relação violenta tem implicações na qualidade das relações interpessoais. Não é raro as pessoas ficarem com medo de se envolver em novas relações, receando repetir experiências traumáticas.” (E5)</i>	
	<i>“...criamos o projeto Jovens embaixadores...” (E1)</i> <i>“...o modelo de intervenção que fazemos na área da prevenção tem a ver com modelo de educação de quadros, ou seja nos damos formação e informação a jovens para que estes passam esta formação e informação para outros jovens...” (E1)</i> <i>“...desenvolvam campanhas e iniciativas, atividades pequenos projetos ondem sensibilizam outros jovens...” (E1)</i> <i>“Eu acho que o acompanhamento psicológico é muito importante, depois, é toda a outra parte de criar uma estrutura, uma rede social, que dê apoio que dê suporte, nós normalmente encaminhamos para entidades que já têm uma longa experiência... mas nós passamos a mensagem através duma educação não formal... é mais um método educativo do que propriamente, uma intervenção. Tem mais a ver com a prevenção, eu acho que prevenindo também se está a intervir, digamos assim, porque estamos a evitar que estes casos aconteçam futuramente.” (E2)</i> <i>“... é criar toda uma rede social de suporte, há algumas estratégias de intervenção que também se utilizam, por</i>	Tipos de intervenção

	<i>exemplo, posso dar alguma prática que é alterar as rotinas da vítima, criar, por exemplo, outro percurso até a escola, até a casa, registrar números de SOS no telefone, procurar sempre pessoas de confiança, nunca estar sozinha em locais, mesmo públicos. Portanto há sempre ali alguns recursos e algumas respostas à volta.” (E2)</i> <i>“...os casos de intervenção têm que ser (...) aprofundadamente no processo de decisão e para que elas possam tomar uma decisão mais consciente. Porque a decisão não é a que nós achamos que é a melhor que elas se separar de tudo, se calhar até podem continuar no agressor e conseguir mudar o tipo de relação, o padrão, e ter uma relação não violenta” (E3)</i> <i>“...fazemos uma avaliação das necessidades da vítima e realmente se for para acompanhamento psicológico para além de eu acompanhar, acompanha também o meu colega e faz toda uma avaliação, em termos de avaliação de risco. Se for necessário a pessoa ser acolhida numa casa-abrigo, que há muitas situações, independentemente de serem de violência no namoro.” (E3)</i> <i>“...a nossa intervenção é que a pessoa fique o mais consciente possível daquela situação e mesmo que opte por ficar na relação, saiba que há uma porta que pode sempre bater para determinar e que tem apoios...porque felizmente hoje em dia, há vários apoios que a pessoa pode...que a pessoa pode recorrer. Mas no fundo é também torná-la mais consciente do que é que está a viver, não é? Não é propriamente um namorado que tem mal feito é porque as relações de violência no namoro existem e a nossa ideia idílica e romântica de que a pessoa vai mudar quase nunca acontece, não é?” (E3)</i> <i>“...nós fazemos sempre é a avaliação, nós fazemos uma primeira entrevista com a pessoa para a identificação das necessidades, portanto, é uma avaliação diagnóstica, não é? Depois trabalhamos um caminho com a pessoa, fazemos um caminho, um plano de intervenção que...às vezes no fundo é só conversar com a pessoa para tomar a sua decisão, ou pode se ir para uma casa-abrigo, portanto, nós depois traçamos um caminho que fazemos com a pessoa. Normalmente, vamos avaliando todas as sessões...” (E3)</i> <i>“...temos essa preocupação de fazer um acompanhamento sistemático da situação e continuar no tempo. Porque se a pessoa vai lá e fala uma vez connosco e depois se não vai lá várias vezes, dificilmente, conseguirá...há pessoas que não, há pessoas que só vão lá saber informação e conseguem por elas terminar. Quando são situações mais complicadas, exigem um acompanhamento mais sistemático.” (E3)</i> <i>“Tem de existir uma relação de confiança construída para a ajuda ser mais eficaz, acompanhamento deve ser feito por profissionais competentes. Empoderamento da vítima de forma gradual para poder ultrapassar a situação de “prisão emocional” em que se encontra.” (E4)</i>	
--	---	--

	<i>“O trabalho que desenvolvemos não é no apoio às vítimas, pelo que não disponho de suficiente informação sobre o assunto.” (E5)</i>	
	<i>“...introduzir nos jovens uma consciência de uma relação saudável e de relações não saudáveis para que eles percebam quais são as características de uma relação saudável e não saudável...” (E1)</i> <i>“...há poucas respostas nomeadamente quando há situações mais graves de violência doméstica, de não haver casas de abrigo suficientes, de haver poucos técnicos o para os atendimentos...” (E1)</i> <i>“...para uma intervenção mais eficaz, falta existirem estruturas de apoio suficientes que não há, não há entidades de apoio à vítima, há a APAV que é grande, que é a nível nacional, mas que não conseguem dar resposta a todos os casos, há outras também que fazem este apoio, mas tem que haver mais financiamentos pra projetos neste âmbito, de intervenção e de prevenção.” (E2)</i> <i>“...às vezes sem a intervenção de ninguém as pessoas não conseguem acabar com a relação, eu acho que a intervenção tem que existir quando as pessoas por elas próprias não conseguem decidir esta situação, porque dado que é um crime público, a pessoa apresentando uma denúncia na escola e terminando com a relação não precisa de ninguém, ou seja, os serviços só existem para apoiar as pessoas e para facilitar esta tomada de decisão e para depois informar sobre os vários apoios que existem.” (E3)</i> <i>“Não existem receitas iguais para todas as situações, no entanto penso que a ajuda deve passar por: Conhecimento da situação; Encaminhamento caso seja necessário para apoio especializado no trabalho com jovens; O apoio com demonstração de outras situações; O discurso tem de ser contentor, compreensivo.” (E4)</i>	Medidas a tomar
CATEGORIA 3 Perspetivas de prevenção	<i>“É importante trabalhar na prevenção embora hoje a prevenção ainda não é suficiente porque nas conversas que temos com os jovens eles ainda não estão cientes da problemática...” (E1)</i> <i>“...assim quando houver indícios de uma relação não saudável intervir, embora seja muito complicado porque com os jovens apanha muitas ondulações...” (E1)</i> <i>“...é a baixa autoestima, pouca confiança em si, apesar de terem, se calhar, cargos superiores, ou de morarem em bairros sociais, eu acho que ‘tá por detrás disto alguma falta de autoconceito, de autoconfiança. E essa acho que é uma característica que é, pronto, que é comum a toda a gente.” (E2)</i>	Consequências da falta de prevenção

	<i>“... já vi alguns antecedentes na maior parte. E normalmente, prolongam-me isso, pronto, primeiro eu acho que há uma aceitação da violência, acham aquilo uma coisa natural e normal; por que? porque também sempre cresceram e viveram nessa realidade. Eu acho que é por aí, e depois porque, pronto, aceitando essa situação, parece que estão a procura daquele padrão, daquela figura de homem de família, com poder, com aquela afirmação... Parece até um bocadinho patológico.” (E2)</i> <i>“...quando não é feita uma intervenção eficaz, quando o problema não é falado, não é exposto, quando os jovens não têm informação do que é que está a acontecer e que têm de dizer, eles próprios, “não, isso não pode continuar”, a baixa autoestima, a depressão, um fraco desempenho escolar, desatenção, desconcentração e isso tudo pode levar a situações ainda mais graves, não é? Como o suicídio, como o isolamento.” (E2)</i>	
	<i>“...há muito pouco investimento na área da prevenção. Acho que não se dá o devido valor nesta área...” (E1)</i> <i>“...apesar dos conhecimentos da PSP e das forças estarem sensibilizadas para problemática VD e VN é muito desigual falarmos das cidades maiores e falar das cidades do interior, há muitas situações que a GNR e amigo do agressor e achar que esta situação é normal e não da muitas importâncias.” (E1)</i> <i>“...quando é violência psicológica é muito difícil encontrar as provas e não há prova as coisa cai no esquecimento e ainda coloca-se mais vítimas em risco do não ter feito nada, neste sentido há poucos recursos para poder agir de forma eficiente.” (E1)</i> <i>“Porque prevenção eu acho que também há muito pouca. Porque tenta-se apagar o fogo que existe mas não se previne o incêndio. E eu acho que falta o Estado investir nesta área da prevenção.” (E2)</i> <i>“Tenho a consciência do trabalho que temos desenvolvido, que há muita gente na rua, porque nós vamos muito pra rua falar com as pessoas que não sabem sequer que a violência no namoro é um crime e que a pessoa pode ir presa por isso e eu acho que ainda há falta de informação a este nível e isto deve ser passado aos jovens que também acho que nas escolas são poucos os professores e poucas as áreas curriculares que trabalham estes temas. Dantes tínhamos a formação cívica, onde isso podia entrar, agora acho que há muito pouco espaço para trabalhar essas questões e pra preparar os jovens para o mundo exterior. Prepara-se muito de forma académica e pouco de forma prática e preventiva, claro.” (E2)</i> <i>“...fizemos um Kit Pedagógico, trabalhamos com as escolas para fazer um kit pedagógico para trabalhar com os alunos as questões da violência no namoro, portanto eu acho que cada vez se vai tendo mais visibilidade.” (E3)</i>	Prevenção atual

	“...acho que a prevenção na violência no namoro é o [mais indicado]. ... há gabinetes que podem apoiar caso as situações ocorram, mas no fundo é dada a informação e que os jovens sintam que há determinados limites que quando se ultrapassam são violência, que eu acho que os jovens não têm esses limites muito bem definidos, que acham que é coisa de velhos.” (E3) “...que já há uma evolução tão grande... há casas de acolhimento de emergência, quando é necessário acolher uma vítima e que não se tem uma casa-abrigo logo; há as casas-abrigo; há o apoio que há de vítimas de violência doméstica; há a indemnização que o Estado tem para as vítimas de violência doméstica; portanto, eu acho que há uma série já de recursos e que são eficazes. (...) Porque tem a questão da prevenção, tem a questão da intervenção com as vítimas, tem a questão da intervenção com os agressores, no fundo, eu acho que é muito abrangente o plano que nós temos, o plano nacional.” (E3) “Já vão existindo algumas instituições que promovem acompanhamento e fazem algumas campanhas de prevenção no sentido de se conseguir uma maior sensibilização para a erradicação deste tipo de situações, mas na minha opinião continua a existir falta de informação e apoios devidos com a premência que estas situações necessitavam.” (E4) “...há mais recursos colocados ao serviço da prevenção e do apoio às vítimas. No entanto, esses esforços são ainda insuficientes. Seria importante que se generalizassem as iniciativas de sensibilização dos e das jovens, bem como de agentes educativos. É fundamental a tomada de consciência da gravidade e do impacto da violência, é importante desafiar de atitudes ou crenças e promover modelos de relacionamento saudáveis.” (E5) “...continua a existir uma grande tolerância social face à violência no contexto das relações de intimidade, ainda é frequente considerarem-se “normais” comportamentos que são abusivos. A crença de que a violência nas relações de intimidade só tem lugar na vida adulta impede a identificação de muitas situações de violência no namoro” (E5)	
	“...eu sou muito apologista destas questões da prevenção (...), a intervenção é muito importante mas eu acho que deve-se começar primeiro com a prevenção, depois acho que deve haver um acompanhamento, não se pode desistir da vítima, porque ela não nos vai dizer logo que “sim senhor”, que agora vai sair da relação e que vai ficar tudo bem, não, vai haver avanços, vai haver recuos e temos que estar lá para todas essas fases” (E2) “...mais assistencialização, mais partilha de conhecimentos, de informação, companhas. ... é informar os jovens, e acho que é passar esta mensagem de forma igual, ou seja, nós apostamos na transmissão de mensagens de	Prevenção futura

	<i>jovem pra jovem, porque eu acho que ela é melhor recebida do que se for um professor, alguém mais acadêmico, a sentar os jovens e falar com eles. Acho que se tem que apostar nesta área, aqui um bocadinho na educação não-formal para sensibilizar os jovens e para informar. E depois acho que devia haver mais alterações a nível dos media, da comunicação social, porque acho que ainda há muitos modelos que não são boas referências, como o modelo da mulher perfeita, da mulher que tem que 'tar muito magrinha e que tem que ser...para o homem apreciar e isto desvaloriza a mulher e o próprio homem que também tem que ser modelo e musculado e eu acho que isso toca um bocadinho nas questões de género, e na violência de género, que 'tá por trás também da violência no namoro. E acho que esse percurso tem de ser feito todo desde o início, para os jovens perceberem onde é que está o problema e pra não irem atrás dele.” (E2)</i> <i>“...eu acho que no fundo era haver uma maior abrangência do território destes serviços de atendimento e... Eu acho que deveria haver uma maior uniformização.” (E3)</i> <i>“Eu acho que havia mesmo de haver, que fosse uma formação de base, os miúdos terem...os jovens terem, uma disciplina sobre violência no namoro; em que se falasse da roda do poder e do controlo, para eles perceberem o que é que está em causa, porque as pessoas quanto mais informadas tiverem melhor podem tomar decisões assertivas e de respeito para a sua vida.” (E3)</i> <i>“Será então necessário fazer prevenção e estar atento aos sinais que se passam a nossa volta, nas escolas os professores deveriam ter formação na matéria para poderem sinalizar para serviços competentes, APAV, PSP ou outros serviços especializados de atendimento a jovens que estejam a ser vítimas de violência física, psicológica/emocional, ou abuso sexual. A APAV e outras organizações que estão no terreno já tem pessoas, técnicos qualificados, no entanto na minha opinião ainda há um longo caminho a percorrer, na formação, sensibilização dos vários agentes que estão junto dos adolescentes.” (E4)</i> <i>“Há muito trabalho para fazer...” (E5)</i>	
--	---	--